



Università  
Ca' Foscari  
Venezia

Corso di Laurea  
Magistrale  
in Lingue e Letterature Europee,  
Americane e Postcoloniali

Tesi di Laurea

**A representação da mulher nas revistas femininas  
portuguesas durante o Estado Novo (1933-1974):  
um estudo exploratório**

**Relatore**

Prof.ssa Vanessa Castagna

**Correlatore**

Prof.ssa Mônica Simas Muniz de Souza

**Laureanda**

Sofia Bellato

Matricola 862881

**Anno Accademico**

2021 / 2022

## RESUMO

No presente trabalho apresenta-se um estudo exploratório sobre as revistas femininas publicadas durante o período da ditadura salazarista em Portugal, tentando esclarecer como estas foram utilizadas numa perspectiva de propaganda ideológica, construída sobre princípios conservadores e antiliberais, que visavam ter na mulher um indivíduo submisso e obediente numa sociedade patriarcal. O objetivo é observar a construção e a transformação do ideal feminino, ao longo dos anos da ditadura, nas revistas femininas portuguesas. O estudo inclui um enquadramento histórico que, além de apresentar as principais organizações femininas em Portugal durante o Estado Novo, mostra a situação política e civil da mulher já durante os primeiros anos da ditadura. Evidencia-se ainda, no segundo capítulo, o modelo educativo imposto às raparigas inclusivamente através das revistas femininas promovidas por organizações como a Mocidade Portuguesa Feminina, que compartilhava com o regime a mesma visão de estrutura social. Por outro lado, como se evidencia no terceiro capítulo, na mesma época algumas revistas, como *Crónica Feminina*, introduzem cautamente ideias e assuntos mais progressistas relativamente ao papel da mulher na sociedade.

**PALAVRAS-CHAVE:** Estado Novo; revistas femininas; censura; mulher portuguesa; sociedade patriarcal.

## ABSTRACT

Il presente elaborato rappresenta uno studio esplorativo sulle riviste femminili pubblicate durante il periodo della dittatura di Salazar in Portogallo, per chiarire come queste furono adoperate in una prospettiva di propaganda ideologica, costruita su principi conservatori e antiliberali, che puntavano ad avere una figura femminile sottomessa e obbediente in una società patriarcale. L'obiettivo è quello di osservare la costruzione e la trasformazione dell'ideale femminile, durante gli anni della dittatura, nelle riviste femminili portoghesi. Lo studio comprende un inquadramento storico che, oltre a presentare le principali organizzazioni femminili in Portogallo durante lo Stato Nuovo, mostra la situazione politica e civile della donna già a partire dai primi anni del regime. Si affronta, inoltre, nel secondo capitolo, il modello educativo imposto alle ragazze attraverso le riviste promosse da organizzazioni come la Mocidade Portuguesa Feminina, che condivideva con il regime la stessa visione di struttura sociale. Dall'altra parte, come si sottolinea nel terzo capitolo, nello stesso periodo alcune riviste, come *Crónica Feminina*, introducono, con cautela, idee e temi più progressisti relativi al ruolo della donna nella società.

**PAROLE CHIAVE:** Stato Nuovo; riviste femminili; censura; donna portoghese; società patriarcale.

*Queremos ser respeitadas e não consideradas escravas,  
ou simples objectos de luxo, o que também é uma forma,  
embora dourada de escravidão.  
Nós, mulheres democratas, queremos ser verdadeiramente  
a companheira do homem. Queremos tudo isso,  
mas sabemos pela mais dura experiência,  
que o Estado Novo não o permitirá.*  
Maria Lamas

*Instruir a mulher, dar-lhe ao nosso lado o  
seu verdadeiro lugar de igual e de companheira,  
porque só a mulher libertada pode libertar o homem.*  
Émile Zola

# ÍNDICE

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>p. 2</b>
<b>CAPÍTULO I – A mulher portuguesa durante o Estado Novo.....</b>	<b>p. 5</b>
I.1. A instauração de uma mentalidade patriarcal.....	p. 5
I.2. Organizações e associações femininas durante o Estado Novo.....	p. 12
I.3. Direitos civis e políticos da mulher durante o regime.....	p. 17
I.4. A censura como instrumento para reprimir e moldar mentalidades.....	p. 24
<b>CAPÍTULO II – A identidade feminina na imprensa apoiada pelo Estado Novo.....</b>	<b>p. 29</b>
II.1. O desenvolvimento da imprensa feminina em Portugal a partir do século XIX.....	p. 29
II.2. As revistas femininas apoiadas pelo regime salazarista.....	p. 33
II.3. A idealização da mulher entre Deus, Pátria e Família.....	p. 41
II.4. Estratégias verbais e visuais nas revistas femininas.....	p. 56
<b>CAPÍTULO III – Uma nova imagem de mulher em <i>Crónica Feminina</i>.....</b>	<b>p. 63</b>
III.1. As revistas femininas entre emancipação e estagnação social.....	p. 63
III.2. Rumo a um novo ideal em <i>Crónica Feminina</i> .....	p. 76
III.3. Casamento e trabalho na transformação da imagem feminina.....	p. 78
III.4. O corpo da mulher na <i>Crónica Feminina</i> .....	p. 84
III.5 Recuperação do modelo patriarcal nos suplementos.....	p. 89
<b>CONCLUSÃO.....</b>	<b>p. 94</b>
<b>APÊNDICE ICONOGRÁFICO.....</b>	<b>p. 96</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>p. 111</b>

## Introdução

O presente trabalho pretende analisar a imagem da mulher nas revistas publicadas durante o Estado Novo, evidenciando a diferença entre revistas promovidas e reconhecidas pelo regime e revistas femininas cautamente portadoras de um novo ideal de mulher, que tentaram introduzir novas ideias e um conteúdo mais moderno e internacional. Independentemente da diferente orientação na base das revistas, a imprensa periódica feminina foi um instrumento de transmissão de modelos sociais e representa uma importante fonte documental dos anos do regime, em particular sobre o papel do sexo feminino e a sua participação na vida pública. Nomeadamente, o Estado salazarista serviu-se da imprensa feminina para comunicar com a mulher portuguesa e transmitir uma ideologia política, enraizando uma mentalidade normalizada pelo povo, que continuou a estar presente, de uma forma mais subtil e quase dogmatizada, mesmo nas revistas que se iam proclamando mais modernas.

A tese está estruturada em três capítulos. O primeiro visa definir a posição da mulher portuguesa durante o Estado Novo e esboça o seu papel na sociedade salazarista. Depois de um enquadramento histórico-cultural, aborda-se a construção de um ideal de mulher, promovido pelo regime, reduzido ao espaço doméstico e vinculado aos pilares salazaristas de “Deus, Pátria e Família”. Além de se apresentar a instauração de uma mentalidade patriarcal, frisam-se alguns nomes de mulheres que lançaram as bases para a emancipação feminina portuguesa, como Ana de Castro Osório, Adelaide Cabete, Carolina Michaëlis de Vasconcelos e Carolina Beatriz Ângelo entre outras, cujas propostas ficaram, todavia, frustradas durante o regime. Destacam-se também diferentes Organizações Femininas, como a Mocidade Portuguesa Feminina (1938), e a obra das Mães pela Educação Nacional (1936). Neste quadro, evidenciam-se as estratégias que o regime repressivo utilizou para reeducar e moldar o espírito e os valores das mulheres que honravam a pátria portuguesa servindo a família.

Em seguida, o segundo capítulo apresenta o desenvolvimento da imprensa feminina em Portugal a partir do século XIX, mencionando os nomes das principais revistas portuguesas da época, para depois focar-se na análise dos periódicos femininos

publicados durante o Estado Novo, que propunham um verdadeiro processo de formação para todas as mulheres portuguesas, das meninas às mulheres adultas. Em particular, destacam-se, neste contexto, o *Boletim de Mocidade Portuguesa Feminina* e a revista *Menina e Moça*. Estas publicações periódicas plasmam a forma de ser mulher e representam um processo de valorização cultural orientado pela propaganda, que se instala numa sociedade e que permanece visível por muito tempo, tornando-se uma ideologia absorvida, uma vez que é instrumentalizada pelo regime. Por meio de um estudo crítico das revistas, é possível identificar elementos semióticos de construção ou confirmação de um modelo feminino ideal, sempre presente.

No entanto, se por um lado, durante o Estado Novo, existiam revistas femininas publicadas pelo regime com o fim de valorizar o regresso ao sistema patriarcal, por outro lado, nasceram, no mesmo contexto, revistas publicadas principalmente por e para mulheres, que pretendiam mostrar um processo de autoconsciencialização sobre a condição feminina, no que diz respeito à sua participação na vida pública e profissional. O terceiro e último capítulo identifica, por isso, a tentativa de um novo diálogo entre a mulher e a sua época nas principais publicações periódicas femininas não promovidas pelo regime, mostrando, por meio do espólio e da leitura crítica das publicações em causa, a cauta transformação do modelo feminino, que, em todo o caso, ainda se mantém muito vinculado ao serviço doméstico e à educação dos filhos. Neste contexto, destaca-se em especial a revista *Crónica Feminina*, o principal objeto de estudo dentro desta perspetiva, destacando do ponto de vista temático, sobretudo, o tema do casamento, do trabalho feminino e da sexualidade. Por outro lado, a análise de alguns suplementos da revista *Crónica Feminina* revelam a recuperação de uma imagem da mulher que tem em si as características de uma boa mãe e dona de casa.

Graças a uma estrutura simétrica dos capítulos segundo e terceiro, é possível realçar as diferenças entre as revistas promovidas pelo regime, como *Menina e Moça*, e as revistas portadoras de uma nova consciência feminina, como *Crónica Feminina*; o conteúdo temático, a linguagem utilizada nos artigos e as ilustrações presentes nas páginas destas revistas convergem e permitem compreender a distância entre estas duas realidades, que fizeram parte da história da imprensa portuguesa e que representaram testemunhos autênticos da história deste país.

Para a primeira parte do estudo foram utilizadas sobretudo revistas digitalizadas e disponibilizadas pela Internet; pelo contrário, na segunda parte, foram observadas e estudadas mais de cem cópias físicas da revista portuguesa *Crónica Feminina*, realizando uma análise estrutural e textual, tanto verbal como visual. Dada a importância deste último tipo de material, completa este trabalho um amplo apêndice iconográfico, que apresenta uma seleção de fotos e imagens, tiradas, principalmente, das revistas femininas portuguesas, que enriquecem o conteúdo desta pesquisa.

# CAPÍTULO I

## A mulher portuguesa durante o Estado Novo

### I. 1. A instauração de uma mentalidade patriarcal

O Estado Novo começou em 1933, ano em que António de Oliveira Salazar (1889-1970), presidente do Conselho de Ministros, fez aprovar uma nova Constituição. A Ditadura Nacional terminaria só com a Revolução dos Cravos, que se deu a 25 de abril de 1974.

O regime político, liderado por Salazar, caracterizou-se por um forte nacionalismo e autoritarismo e por um repressivo e rigoroso sistema de censura para controlar a população, por meio de proibições, no que diz respeito a qualquer forma de modernidade e liberalismo. Assim como em todos os regimes ditatoriais, Salazar utilizou os meios de comunicação e a instrução pública para educar as crianças e a população em geral, a fim de conseguir um Estado em concordância com os valores do regime.

Não deixam, contudo, de ser significativos os anos que antecederam o período salazarista, uma vez que apresentaram importantes mudanças: em 1910 começou a I República Portuguesa, caracterizada por uma forte instabilidade política e, em seguida, em 1926, a II República Portuguesa, marcada pela tomada do poder por parte dos militares portugueses.

Numa sociedade tradicionalmente patriarcal, já a partir dos primeiros anos do século XX, houve conferências, associações e grupos que defendiam e reivindicavam a autonomia da mulher, como no caso de Alice Pestana (1860-1929)<sup>1</sup>, que fundou a secção feminista na Liga Portuguesa da Paz, em 1906, ou de Ana de Castro Osório (1872-1935)<sup>2</sup>,

---

<sup>1</sup> Alice Pestana foi jornalista e escritora portuguesa, pertencia a uma família culta que lhe permitiu estudar diversos idiomas e que lhe deu as bases para a realização de artigos sobre a política, o analfabetismo e a educação feminina. Entre 1888 e 1893 viajou pela Europa para estudar o sistema educativo nos outros países, com o objetivo de introduzir reformas para a melhoria da educação portuguesa.

<sup>2</sup> Ana de Castro Osório, filha de magistrado, foi autora de livros para crianças, publicista e defensora dos direitos da mulher, no que se refere ao acesso ao mundo da educação e do trabalho. Ela foi autora de *Às Mulheres Portuguesas*, um dos primeiros manifestos feministas de Portugal, que sublinhava a importância da educação da mulher, como ponto de partida para a remodelação de uma sociedade mais liberal e



a qual, no ano seguinte, criou o Grupo Português de Estudos Feministas, para estudar os problemas sociais da mulher.

Outra iniciativa, no primeiro quartel do século, que se interessou pela condição das mulheres e das crianças foi o Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas, fundado em 1914, graças à médica Adelaide Cabete (1867-1935), filha de agricultores, que apoiou a igualdade civil, o ensino da puericultura e a educação para a saúde. Esta federação não seguia nenhuma facção política, mas proclamava o progresso económico e social da mulher, a protecção da criança e a saúde das grávidas, para atingir uma mudança da situação da mulher e para evitar o regresso da “fada do lar”.

Entre as figuras essenciais para os movimentos feministas portugueses nas primeiras décadas do século XX, houve também a filóloga Carolina Michaëlis de Vasconcelos (1851-1925), que identificava a causa da situação de atraso económico da mulher na elevada taxa de analfabetismo e na mentalidade que reconhecia a supremacia do homem, e a escritora Maria Amália Vaz de Carvalho (1847-1921), que dedicou as suas obras aos direitos da mulher e à necessidade de melhorar a posição sociojurídica feminina, tendo como objetivo educar a mulher para alcançar o reconhecimento do direito ao trabalho e à educação.

Vale a pena mencionar também alguns nomes de homens que, na mesma época, defenderam a igualdade entre os sexos, como José Joaquim Lopes Praça (1844-1920), professor de Direito Público em Coimbra, que reconhecia a falta de educação das mulheres, sublinhando como esta era meramente destinada ao âmbito doméstico e familiar. Ou ainda, José Ferreira Marnoco e Sousa (1869-1916), diretor da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, que dedicou alguns textos ao sufrágio feminino, às carreiras jurídicas para as mulheres e às punições do crime de adultério.

Com a nomeação de António de Oliveira Salazar para a Presidência do Ministério, e mais tarde do Conselho de Ministros, a situação mudou consideravelmente, em virtude do seu intuito de reduzir qualquer tipo de iniciativa que poderia alterar a ordem social. Para a manutenção dessa ordem social, era necessário, em primeiro lugar, que a mulher

---

igualitária. Além da formação escolar, ela reconhecia o direito ao trabalho feminino, que tornava independente a mulher, e que permitia ver o casamento não como imposição e única possibilidade para o sustento económico, mas, pelo contrário como uma escolha de amor da mulher.

casada, coluna da família, ficasse em casa, sem entrar em concorrência com o homem no mercado do trabalho.

Salazar resumia o fulcro da sua política na tríade “Deus, Pátria e Família”, como se pode ver nas suas palavras pronunciadas em Braga, em 1936, no décimo aniversário do dia 28 de maio<sup>3</sup>:

Não discutimos Deus e a virtude; não discutimos a Pátria e a sua história; não discutimos a autoridade e o seu prestígio; não discutimos a família e a moral; não discutimos a glória do trabalho e o seu dever.<sup>4</sup>

Desta forma o ditador, desde o início, propõe-se moldar a sociedade alicerçando-se nos valores tradicionais, para forjar um povo que obedece, com forte espírito nacionalista de proteção do próprio país, submisso à educação patriótica; em suma, um povo inócuo.

A relação entre a Igreja e o Estado revelou-se elemento essencial, com a afirmação da moral cristã durante o Estado Novo, em profunda contraposição com a situação vigente nos anos da Primeira República, que com a Constituição da República de 1911 abolira a religião de Estado e introduzira o laicismo, ou seja a neutralidade do ensino de matérias religiosas e a igualdade política de todas as religiões. Durante o Estado Novo, pelo contrário, a população era doutrinada, desde cedo, a aceitar os princípios da Igreja Católica, presentes também nos livros didáticos, nas revistas e na política.

A partir de 1928, com efeito, o ensino religioso foi reintroduzido, assim como foi concretizada a aspiração de criar uma união entre católicos e políticos, através da fundação, em 1933, da Ação Católica Portuguesa, que desejava transformar o país e pôr fim ao conflito de classes. A doutrina cristã entrou também nos princípios da Constituição, quando, em 1935, se procedeu à revisão do artigo 43º, que estabelecia uma educação estatal caracterizada pela moral cristã; símbolo desta evolução foi a introdução da cruz nas salas de aula e a reelaboração da História oficial de Portugal: os acontecimentos e as grandes personalidades do passado foram retratados como ideais da

---

<sup>3</sup> Golpe de Estado de 28 de Maio de 1926: houve um levantamento militar que começou no norte do país. Com o golpe militar os partidos republicanos retiram-se e Portugal entra na ditadura militar, primeiro passo para o regime do Estado Novo.

<sup>4</sup> C. Rundle, *Translation Under Fascism*, New York, Palgrave Macmillan, 210, p. 141.

fé cristã, cujo objetivo era espalhar os princípios da religião cristã; a história das descobertas, assim como a da colonização, era estudada como elemento de um plano para difundir a doutrina cristã, apagando, desta forma, todos os traços de uma história feita de violências e atrocidades.

Quanto à Igreja, nos primeiros anos da ditadura ela estava sob o controlo do Papa Leão XIII, o qual apoiava a ideologia do salazarismo, condenando qualquer tipo de associação contrária ao nacionalismo. Em 1940 foi assinada a Concordata, ou seja um acordo entre a Santa Sé e a República Portuguesa, que normalizou as relações entre as duas partes, reconhecendo a personalidade jurídica da Igreja Católica no território português.

Depois da Segunda Guerra Mundial, apesar dos movimentos democráticos que fervilhavam na Europa, a Igreja portuguesa manteve-se sempre fiel ao regime de Salazar e o catolicismo tornou-se o único culto religioso permitido em Portugal. As relações entre Estado e Igreja só começaram a ser mais conflituais entre 1951 e 1961, durante o período da Guerra Fria; o ativismo e a mentalidade progressista e comunista na cena internacional, entraram também nos Congressos Católicos portugueses, influenciando as orientações da Igreja, que optava por uma abertura à democracia.

Além da relação com a Igreja, o regime evidenciava uma indissolúvel correspondência entre Estado e Família e, desta forma, tentava elevar o papel da mulher, que era entendida como figura essencial de crescimento para o regime e artífice da grandeza do país. Este tipo de opressão foi muito subtil nas consciências das mulheres, dado que a repressão era visível, mas a opressão era invisível e atingia a mente das pessoas, a parte psicológica<sup>5</sup>.

Por meio de uma revolução mental e psicológica Salazar, de facto, conseguiu moldar uma sociedade passiva de indivíduos que se percebiam como membros orgulhosos da pátria, e fê-lo em boa parte através da educação, que partia da família, da escola e da Igreja: foi nestes três espaços que ele atuou para influenciar a mentalidade da população. O regime, inclusive, transmitia a mensagem que educar os filhos segundo os princípios salazaristas não tinha só uma consequência positiva individual, mas, era um elemento de interesse nacional, ou seja, uma ação para o bem da Nação.

---

<sup>5</sup> Cfr. as reflexões de Lia Viegas em M. Tavares, *Feminismos. Percursos e desafios (1947-2007)*, Alfragide, Texto Editores, 2010, p. 62.

Neste contexto, a mulher também sentia que tinha uma posição essencial na sociedade, sendo ela responsável pela educação dos futuros cidadãos portugueses. Não é por acaso que Salazar utilizava, inteligentemente, nos seus discursos, palavras doces, cheias de gratidão e apreço, destinadas às mulheres; essas palavras atribuíam-lhes importância dentro de uma ordem social, mas, na verdade, escondiam uma forte prevaricação do homem sobre os direitos femininos. Numa entrevista a António Ferro, publicada no *Diário de Notícias* em 1932, Salazar sublinha, mais uma vez, a importância da mulher, espinha dorsal da família, na sociedade portuguesa: “Dentro do lar, a mulher não é escrava. Deve ser amada, acarinhada e respeitada, porque a sua função de mãe, de educadora dos seus filhos, não é inferior à do homem”<sup>6</sup>.

Se por um lado, Salazar excluía a inferioridade da mulher em relação ao homem, por outro lado, é evidente que esta visão do sexo feminino limitava a própria participação na vida fora da casa. Durante a propaganda salazarista, o ditador utilizava palavras fortes e cativantes, convidando as mulheres a votar nele, mostrando-lhes todas as vantagens de que beneficiavam graças ao Estado Novo. Também outros ditadores dos regimes autoritários faziam apelo ao sexo feminino utilizando argumentações sedutoras, valorizando o papel de mãe e de esposa e atribuindo uma suposta igualdade de valor entre os sexos. Num cartaz publicitário (Cfr. Fig. 1 - Apêndice) daquele período destacam-se as seguintes palavras:

Mulheres Portuguesas: graças ao Estado Novo tens a estabilidade da família, a liberdade religiosa, a ordem social, a paz que preservou o nosso país da catástrofe e das destruições da guerra. Se teu marido, teus irmãos, teus filhos vivem, se não marcharam para os campos de batalha, A SALAZAR O DEVES!

Se teu noivo não foi morrer em terra estranha, sob as tempestades de ferro e fogo e podes constituir um lar feliz e tranquilo, A SALAZAR O DEVES!

Se a teus filhos não faltam o abrigo e o pão, se a tua casa não foi destruída, arrasada a fábrica onde os teus trabalham, falados os campos donde te vêm os frutos da natureza, A SALAZAR O DEVES!

Mães, Espôsas, Noivas de Portugal, VOTAI POR SALAZAR.<sup>7</sup>

---

<sup>6</sup> A. Carvalho, *António de Oliveira Salazar: discurso político e “retórica” dos direitos humanos*, Salamanca, Colección Vitor, 2013, p. 252.

<sup>7</sup> Cartaz de propaganda política do Estado Novo, Biblioteca Nacional Digital: <https://purl.pt/28182>

Outro exemplo da promoção da mulher enquanto prestadora de cuidados ao seu lar está presente na ilustração de *A Lição de Salazar* (Cfr. Fig. 2 - Apêndice), um cartaz que faz parte de uma série distribuída nas escolas primárias de Portugal, em 1938, que mostrava a grandeza do ditador por meio de obras realizadas durante os anos do seu regime; na imagem está representado o lar de uma típica família portuguesa, constituído por objetos religiosos, como o grande crucifixo sobre o altar (Deus), elementos representativos da Pátria, como a farda da Mocidade Portuguesa do menino e, por fim, a imagem da Família perfeita com a mãe que cuida dos filhos, mantém a casa limpa, cozinha e põe a mesa, para que o marido encontre tudo preparado à sua chegada, depois do trabalho.

Pelo contrário o material educativo utilizado pelo regime, como os cartazes acima mencionados, ofereciam uma visão acerca das iniciativas positivas que a política do Estado Novo realizou; sob o mesmo título, ou seja *A lição de Salazar*, este material valorizava, por exemplo, a restauração financeira iniciada em 1928, a edificação de novas estruturas do património histórico e artístico da nação, a construção de portos para a economia nacional e a criação de estradas para a circulação de pessoas e mercadorias.

Esta ideologia está bem visível também nas páginas do Boletim Mensal, realizado pela Mocidade Portuguesa Feminina, organização do Estado Novo, que se analisará mais adiante. No terceiro número, publicado em 1939, está presente um artigo sobre as férias e a forma correta para passar o tempo livre no verão; à pergunta “Como deve uma Filiada da M.P.F. preencher o tempo de férias?”, uma rapariga responde:

Uma filiada da M.P.F. deve preencher o seu tempo de férias aproveitando tôdas as ocasiões possíveis de trabalhar pelo seu ideal: “Deus, Pátria e Família”. Por Deus, não descurando os seus deveres e práticas religiosas e exercendo o Bem e a Caridade. Pela Pátria, honrando e prestigiando a Mocidade pelo seu comportamento, a sua palavra e as suas obras. Pela Família, engrandecendo o seu Lar com a sua acção sempre activa, consciente e carinhosa. [Maria Isabel de Azevedo Coutinho, Filiada N° 15.978. centro N° 4 – Ala 1. Província da Estremadura]<sup>8</sup>

---

<sup>8</sup> “Como deve uma Filiada da M.P.F. preencher o tempo de férias?”, in *Mocidade Portuguesa Feminina: boletim mensal*, n.º 3, julho de 1939, p. 13.

Quanto à representação do sexo feminino nos manuais do ensino primário, era frequente encontrar nos livros escolares páginas que propunham uma clara distinção entre raparigas e rapazes, no que diz respeito às atividades praticadas no tempo livre: a rapariga faz as tarefas domésticas, cuida das crianças e brinca com elas, limpa a casa e cozinha, enquanto o rapaz está ao ar livre e trabalha no campo, pesca, pinta, toca instrumentos musicais e faz trabalhos manuais (Cfr. Fig. 3 e 4 - Apêndice).

A ideologia salazarista pretendia inculcar já nas crianças uma mentalidade em que ao homem e mulher não cabiam as mesmas tarefas. Uma mulher, tendo ela nascido mulher, segundo os princípios do Estado Novo, não poderia alterar a sua própria condição, ou melhor, teria de aceitar a sua natureza de mulher, que “parece ter sido feita para dar e para dar-se [...]. Ela é toda coração, e o coração foi feito para amar, para dedicar-se, para imolar-se. Por isso é que o lar doméstico tem de ser o especial campo de acção da mulher”<sup>9</sup>.

Maria Lamas (1893-1983), escritora, jornalista e diretora da revista *Modas e Bordados* (1928-1947), no seu livro *As Mulheres do Meu País* (1948), escreveu as seguintes palavras acerca das mulheres que trabalhavam em casa:

De duas uma: ou a mulher aceita resignadamente as circunstâncias da sua vida e cai numa espécie de marasmo espiritual e mental, movendo-se apenas entre as graves preocupações do orçamento caseiro, as compras, as limpezas, o arranjo das roupas, as refeições que é preciso ter prontas a horas certas, as doenças dos filhos e as mil pequenas coisas, sempre iguais e sempre enervantes, que lhe enchem o dia, ou não consegue anular as suas aspirações, e vai sentindo crescer em si uma revolta que só dificilmente chega a dominar e que a entristece, transformando-lhe a vida num autêntico suplício.<sup>10</sup>

Houve mulheres portuguesas que nunca aceitaram esta imagem da perfeita mulher e esposa, e que, portanto, continuaram a dissociar-se deste sistema patriarcal, apesar da censura e das repressões, como no caso da Associação Feminina Portuguesa para a Paz,

---

<sup>9</sup> Discurso de Santos Carreto in *Diário das Sessões*, n.º 140, Secretaria da Assembleia Nacional, Imprensa Nacional de Lisboa, 1952, p. 578 (<https://debates.parlamento.pt/catalogo/r2/dan/01/05/03/140/1952-03-20/578>).

<sup>10</sup> Apud I.F. Pimentel, *A cada um o seu Lugar. A política feminina do Estado Novo*, Lisboa, Temas e Debates, 2011, p. 76.

que queria dignificar as mulheres, também por meio da alfabetização; esta organização criada em 1935, foi suprimida pelo Estado Novo em 1952.

## **I.2. Organizações e associações femininas durante o Estado Novo**

Durante o regime de Salazar, nasceram organizações estatais que pretendiam educar as raparigas para uma vida dedicada à família, segundo os princípios da fé cristã, como, por exemplo, a OMEN - Obra das Mães pela Educação Nacional e a MPF - Mocidade Portuguesa Feminina, sobre as quais nos deteremos para poder esclarecer, de forma mais detalhada, o contexto em que o regime publicava as revistas femininas, como as publicações salazaristas tentavam influenciar as mentalidades da mulher durante os anos do Estado Novo e os métodos utilizados pelo regime para inculcar um ideal comum.

A Obra das Mães pela Educação Nacional foi criada em 1936 por Carneiro Pacheco, então Ministro da Educação Nacional, e durou até aos anos setenta, sendo dissolvida depois do fim do regime salazarista, em 1974. O seu fim era incentivar uma educação que preparasse as raparigas em diferentes âmbitos, como no espaço doméstico, na vida social, no ambiente escolar e no tempo livre. Além disso, valorizavam-se as qualidades e as habilidades da mulher, distinguindo-as das capacidades do homem. Era muito frequente encontrar cartazes e artigos que retratavam a aproximação das jovens a um ideal que era considerado exclusivamente masculino como algo de completamente errado e inútil: “A masculinização da mulher é semente ruim que não pode nem deve germinar na boa terra portuguesa”<sup>11</sup>.

Além de ser um instrumento de educação nacional, esta organização planeava atividades assistenciais para sustentar, mesmo economicamente, as mães portuguesas, graças à construção de centros sociais ou à presença de prémios para famílias numerosas, propondo, mais uma vez, um incentivo social para ter mais filhos e fazer funcionar a economia do país.

A sua diretora, a condessa de Rilvas, destacava a importância de englobar neste projeto todas as classes sociais e focava a sua atenção sobretudo nas mulheres mais

---

<sup>11</sup> “Diário das Sessões, n.º 140”, in República Portuguesa, Secretaria da Assembleia Nacional, Imprensa Nacional de Lisboa, 1952, p. 575.

pobres, do meio rural, que trabalhavam nas fábricas, para lhes transmitir o desejo de regressar ao lar, graças também aos auxílios económicos do Estado. Ao mesmo tempo as mulheres do campo, sendo elas na maioria analfabetas, representavam o melhor alvo para uma manipulação social das consciências. Quanto aos componentes e dirigentes da organização, pelo contrário, eram principalmente mulheres que pertenciam às altas classes da sociedade e próximas aos responsáveis da política portuguesa do regime.

Alguns cartazes da época realizados pela OMEN veiculam os conselhos essenciais, destinados às mães, no âmbito da puericultura; uma imagem mostra uma mãe que brinca alegremente com as crianças e abaixo aparece a frase: “Não obrigues o teu filho a rir nem permitas que os outros o excitem. A calma é mais útil às crianças do que a brincadeira”. Ou ainda: “Lava o teu filho todos os dias. A limpêsa é indispensável à saúde e a saúde é um dom de Deus que temos o dever de conservar” (Cfr. Fig. 5 e 6 - Apêndice). Salienta-se, como sempre, a importância da higiene pessoal e a atitude das mães em relação aos filhos, e, como resultado, a representação de uma mãe pouco sentimental, despegada, que coloca em primeiro lugar a saúde do filho, mas não a sua felicidade; desta forma, as mulheres educariam os filhos a uma vida controlada, sem excesso e diversões, de maneira quase científica.

Durante toda a sua existência a OMEN exerceu uma ação social, orientando as mulheres para o trabalho doméstico, uma ação maternal, graças à presença de consultas médicas e conselhos de puericultura para as mães, e uma ação de sustentamento económico, com a distribuição de dinheiro para as famílias numerosas. Era uma associação claramente contrária ao liberalismo, ao feminismo e ao comunismo, que atraía sobretudo mulheres licenciadas, como professoras, médicas, advogadas, que tinham de exercer uma função moralizadora e educativa, como exemplos para todas as outras mulheres.

A partir da OMEN, nasceu em 1937 a Mocidade Portuguesa Feminina (MPF), que se distingue da organização masculina (MP), ambas orientadas à educação nacionalista de raparigas e rapazes, para a formação de mulheres cristãs e devotas e homens fortes e corajosos. A Mocidade Portuguesa Feminina queria forjar na mulher uma esposa que soubesse cozinhar, cuidar das crianças e gerir o trabalho doméstico, excluindo qualquer tipo de crescimento económico e atividade política.



A organização criava, todos os meses, um boletim que oferecia, através dos artigos publicados, de forma clara, a imagem da mulher ideal como símbolo de simplicidade, livre de excessos e presunções. Para moldar as mentalidades das raparigas portuguesas este boletim publicava mensalmente artigos sobre o passado do país, elevando a grandeza da pátria, textos com conselhos para manter uma casa limpa, algumas receitas da cozinha portuguesa, indicações práticas para a realização de trabalhos manuais, como por exemplo a técnica de costura e regras a respeitar ou sugestões de como passar as férias.

Os objetivos da MPF foram educar as raparigas para serem boas esposas, humildes e devotas ao lar, com uma tendência natural para a maternidade: a função de mãe torna-se, na representação da mulher ideal, quase divina, sendo comparada frequentemente com a Virgem Maria.

Especialmente relevadoras são as palavras publicadas no primeiro número do boletim mensal, no mês de maio do ano de 1939:

É que já não é possível poder-se pensar que ainda haja em Portugal, hoje em dia, uma rapariga que não queira subir, subir sempre, com sacrifício até, e sempre com alegria maior, erguer-se até onde mora o Ideal – para aí viver na sua contemplação e na sua prática. Viver mesmo é isto: – ter um Ideal, alto e lindo, e consagrar-se a gente a passá-lo para nós com entusiasmo, com generosidade – com amor. E, em particular, é esta a vocação da mocidade: – ser apaixonadamente generosa quando se trata de trabalhar em si mesma a imagem da Beleza, da Verdade, da Bondade – do Heroísmo e da Santidade.<sup>12</sup>

Neste discurso resumem-se as características da mulher ideal, figura generosa que tem de agir de acordo com os princípios da ideologia salazarista, e não é por acaso que o texto termina com as palavras Heroísmo, ligado ao valor da pátria, e Santidade, ligada à devoção imensa por Deus. Também o termo Ideal, com letra maiúscula, está na base da mensagem do regime, que estimula o seu povo a ter a força de espírito necessária para seguir um ideal comum.

O mesmo acontece, pouco adiante no mesmo texto, com a palavra “missão”, que valoriza a função de mãe que tem de trabalhar em casa, mesmo contra a sua própria vontade, e fortalece o paralelismo entre o homem empenhado em assegurar o bem da pátria e a mulher responsável pela harmonia no lar. Apresenta-se, desta forma, uma

---

<sup>12</sup> “Á conquista do ideal”, in *Mocidade Portuguesa Feminina: boletim mensal*, n.º 1, maio de 1939, p. 6.

mulher que tem uma missão comparada a um cargo político, mas que restringe todo o seu conhecimento dentro dos próprios lares:

Porque não hão-de ser elas a ajudar a mãe, talvez cansada e triste, na sua missão de trabalho que é também uma missão de alegria? [...]

A vida da família – para ser feliz – tem mil exigências: pede-nos virtudes morais e conhecimentos domésticos, bom gosto e bom senso, qualidades de ministro de finanças e até de ministro de educação.<sup>13</sup>

Nestas normas de comportamento salienta-se constantemente que a correta disciplina dentro do núcleo familiar é indispensável para uma ordem mental da sociedade: “Para que no lar exista bem-estar e conforto não basta amarmo-nos muito uns aos outros: são indispensáveis também certos cuidados materiais, talvez humildes, mas tão dignos de toda a mulher!”<sup>14</sup>.

Se por um lado o regime promoveu o desenvolvimento das Organizações Femininas como a OMEN e a MPF, como recursos adicionais de propaganda de um país com os valores da disciplina, da força e do heroísmo, por outro lado, no mesmo contexto, atuaram associações femininas e feministas, geralmente caracterizadas por uma ideologia pacifista<sup>15</sup>, que exaltavam a crença no progresso e no aperfeiçoamento moral da humanidade, na fraternidade entre povos, raças e credos e na resolução de conflitos<sup>16</sup>.

Os artigos publicados no boletim da Associação Feminina Portuguesa para a Paz, criada em 1935 e dissolvida pelo Estado Novo em 1952, com estatutos culturais apolíticos, mostram uma atitude pacifista e não religiosa, como no caso do texto intitulado *Aos pais, sobre “Educação”*<sup>17</sup>, que aborda a questão do futuro e do desenvolvimento dos filhos. Em seguida alguns exemplos:

---

<sup>13</sup> Ibidem.

<sup>14</sup> Ibidem.

<sup>15</sup> A relação entre pacifismo e salazarismo é muito subtil; à primeira vista, o regime aparece como baluarte de um forte nacionalismo, associado aos facismos europeus, que sustentaram as guerras. Analisando-o de uma forma mais detalhada, destaca-se inicialmente o afastamento de um sistema militar; Salazar afirmava, de facto, que “a violência, processo directo e constante da ditadura fascista, não é aplicável, por exemplo, ao nosso meio, não se adapta à brandura dos nossos costumes. [...] A ditadura portuguesa ‘tem de ser calma, generosa, um tudo nada transigente, vagarosa até’”. Além disso, Portugal não participou na Segunda Guerra Mundial, afirmando a sua neutralidade. No discurso de Salazar à Assembleia Nacional, no dia 8 de maio de 1945, ele anunciou o fim da guerra na Europa, repetindo muitas vezes as palavras “Bendigamos a Paz!”.

<sup>16</sup> N. Monteiro, “Falar de paz em tempo de guerra: Feminismo, pacifismo e nacionalismo”, in *Faces de Eva*, n.º 41, 2019, p. 70.

<sup>17</sup> M.J.R. Dias, “Aos pais, sobre ‘Educação’”, in *Boletim da Associação Feminina Portuguesa para a Paz*, n.º 6, julho de 1949, pp. 8, 9, 15.

[...] a educação deve tender a preparar a criança para se bastar a si própria sem que tenha constantemente de recorrer ao auxílio e protecção maternos.[...]

Não lhe crie hábitos de isolamento. Não faça dele um egoísta. Ensine-o a colaborar, a dar a sua contribuição para um trabalho comum. [...] não isole o seu filho; deixe-o conviver largamente. Facilite-lhe a prática dos desportos. Consinta que organize excursões, que faça parte dum grupo campista e estimule-o até nesse sentido<sup>18</sup>.

As frases mencionadas do texto são de grande impacto e nada têm a ver com o sistema educativo do regime, baseado na imagem de “Deus, Pátria e Família”, trinómio que nunca é mencionado no texto, assim como não há nenhuma referência à distinção entre as qualidades do rapaz e da rapariga, dado que no artigo se fala só utilizando a palavra *filho(s)*, num sentido inclusivo, omitindo o sexo da criança. Para além disso, valoriza-se o facto que o filho não pertence aos pais, mas pertence a ele próprio, e “não o devemos querer para nós, mas para a vida”, e termina com o seguinte conselho: “Crie no seu filho hábitos de independência, que ele adormeça sózinho desde os primeiros dias, coma por sua mão logo que o possa fazer, se vista, se lave, numa palavra, ensine-o bastar-se a si próprio”<sup>19</sup>.

A mesma ideia, na verdade, aparecia nos documentos do Estado Novo, dado que os filhos, também para o regime, não pertenciam às mães, mas sendo eles um dom de Deus, faziam parte de um plano nacional, ao serviço da própria pátria. As crianças, futuros cidadãos portugueses, deviam, também para o regime, colaborar, praticar desporto e fazer parte de um grupo, assim como mencionado no artigo publicado no boletim da Associação Feminina Portuguesa para a Paz. As duas visões, portanto, não se contradizem completamente, mas compartilham, ainda que com matizes diferentes, alguns pontos comuns.

O boletim oferecia, aos leitores, artigos como: *a Mulher e o Prémio Nobel*, *Problemas da Alimentação*, *Direitos da Mulher*, *Uma Exposição de Livros escritos por Mulheres realizada pelo Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas*. Diferentemente

---

<sup>18</sup> Ibidem.

<sup>19</sup> Ibidem.

de outras publicações, nunca apareciam publicidades que mostrassem mulheres sorridentes, que utilizassem com orgulho novos eletrodomésticos para limpar a casa, ou secções dedicadas aos conselhos para manter arrumado e organizado o lar ou para realizar trabalhos manuais.

Pelo contrário, reivindica-se um ideal completamente diferente, caracterizado por palavras como Justiça, Liberdade, Independência e Direitos. A mulher da Associação Feminina Portuguesa para a Paz é uma mulher autónoma que lê, entende e não obedece às regras impostas pela sociedade. É óbvio que tudo isto incomodava os membros do regime que viam a associação como um perigo potencial, que poderia levar o povo a pensar.

A organização durou dezassete anos e terminou por causa das restrições e perseguições aplicadas pela PIDE (Polícia Internacional e de Defesa do Estado Novo). No documento escrito em 1952, por Luiz Francisco Rebello, advogado da associação, para os conselheiros do regime de Salazar, lê-se: “Acolheram a tese absurda e insustentável de que – lê-se e pasma-se que haja sido possível escrever isto: – defender a Paz é ‘favorecer a propaganda comunista’”; e ainda: “Onde está aqui o jôgo dos comunistas? Aqui trata-se da Igreja, do Evangelho, dos direitos da vida contra a morte. [...] o ódio e o mêdo do comunismo devem ceder o passo perante a noção de solidariedade humana”<sup>20</sup>. De facto, a Associação Feminina Portuguesa para a Paz pode ser considerada uma das primeiras tentativas de oferecer, na época salazarista, uma visão diferente do mundo, exaltando o potencial da mulher, que tem de lutar pelos seus direitos civis e políticos.

### **I.3. Direitos civis e políticos da mulher durante o regime**

Na Constituição de 1933, que marca o início do Estado Novo e determina a orientação do seu pensamento, legitimando um regime autoritário, à família é atribuído um papel essencial para a harmonia social. A mulher não só estava subordinada ao marido, mas também dependia dele, dado que ela não podia viajar ou tomar decisões sem o seu consentimento. O artigo 5º da Constituição estabelecia que todos os indivíduos

---

<sup>20</sup> L.F. Rebello, *Alegação da Associação Feminina Portuguesa para a Paz*, Lisboa, outubro de 1952.

eram iguais perante a lei e negava qualquer tipo de privilégio de nascimento, nobreza, título nobiliárquico, sexo ou condição social, salvo, “quanto à mulher, as diferenças resultantes da sua natureza e do bem da família”<sup>21</sup>. A Constituição acaba, portanto, por ser contraditória, porque, por um lado, confirma a igualdade entre os sexos, mas, por outro, estabelece uma série de discriminações que limitam a possibilidade civil da mulher, excluída de cargos profissionais e administrativos.

Segundo a Constituição de 1933, a realidade primária para o bom funcionamento da nação era a família, órgão gerador da sociedade através do casamento e dos filhos legítimos. O Estado devia, segundo o artigo 12º, assegurar, economicamente e socialmente, a defesa da família. A mulher continuava a depender do marido, não podendo administrar nem sequer os seus próprios bens.

O Estado Novo representou um retrocesso face aos direitos que a mulher portuguesa tinha antes do seu início. As transformações que tinham acompanhado o lento processo de emancipação da mulher durante a Primeira República foram imediatamente interrompidas pela instauração da ditadura. Na República, respirara-se, de facto, um clima de abertura e de mudança, sobretudo em relação à possibilidade de participação da mulher na vida cultural, profissional e civil do país.

Na Constituição republicana, que entrou em vigor no dia 21 de agosto de 1911, encontravam-se também medidas para a educação à mulher, como a proposta da formação primária obrigatória e gratuita para homens e mulheres, sem distinção de sexo. Este seria uma das maiores conquistas do regime republicano. Apesar disso, a Constituição aprovada em 1911 não contemplou o sufrágio feminino, aliás, justificou a sua exclusão sobretudo com base na falta de preparação da mulher na sociedade portuguesa. O código atribuía o direito de voto aos portugueses maiores de vinte e um anos, residentes em Portugal, que sabiam ler e escrever e que eram chefes de família, mas não mencionou se esses cidadãos eram do sexo masculino ou feminino. Nenhum projeto reconhecia a plena capacidade eleitoral da mulher.

Carolina Beatriz Ângelo, dirigente da Liga Republicana das Mulheres Portuguesas e médica ginecologista, conseguiu votar, sendo ela viúva e por isso chefe de família, e com mais de vinte e um anos, sendo a primeira mulher portuguesa que

---

<sup>21</sup> Parlamento português, *Constituição de 11 de Abril de 1933. Das garantias fundamentais*, texto publicado no *Diário do Governo*, de 22 de fevereiro de 1933, p. 4.

participou nas eleições para a Assembleia Nacional Constituinte. Se por um lado muitas figuras políticas não apoiaram este gesto, por outro lado havia uma parte do poder judicial que a defendia, como o juiz João Baptista de Castro, pai de Ana de Castro Osório, que, em 1911, ao incluir o nome de Carolina nos cadernos eleitorais, afirmou:

Considerando que excluindo a mulher [...] só por ser mulher [...] é simplesmente absurdo e iníquo e em oposição com as próprias ideias da democracia e justiça proclamadas pelo partido republicano, porquanto desde que a reclamante tem todos os predicados para ser eleitora, não pode, arbitrariamente, ser excluída do recenseamento eleitoral, porque onde a lei não distingue, não pode o julgador distinguir. E mando que a reclamante seja incluída no recenseamento eleitoral.<sup>22</sup>

Em 1913, infelizmente, a República mudou a lei, impedindo o voto feminino, especificando que podiam exercer o direito de voto só os cidadãos portugueses do sexo masculino. Neste período foi relevante o papel da Liga Republicana das Mulheres Portuguesas (1909-1919), que continuou a apresentar ao governo republicano as reivindicações feministas, como o direito ao voto, à educação e ao trabalho, e o Grupo Português de Estudos Feministas, fundado em 1907 por Ana de Castro Osório, ativista republicana portuguesa, que pretendia difundir o feminismo, estudando os problemas sociais sob o ponto de vista feminista. Para ela o essencial era a educação da mulher, para que pudesse ser um indivíduo autónomo e capaz de tomar as suas próprias decisões.

No seu livro *Às mulheres portuguesas* (1905), Ana de Castro Osório, em relação à mulher solteira perante o Código Civil, escreve que “A mulher solteira é *quase* livre, equiparada ao homem perante o código. Mas nesse *quase*, que imenso abismo ainda a transpor!” e acrescenta que “a lei, apesar do artigo 7.º do Cód. Civil que diz *ser igual para todos*, é bem desigual e vexatória para a mulher, quando mesmo solteira, senhora dos seus bens, árbitra da sua vida moral como material”<sup>23</sup>.

Nos anos vinte, foram realizados dois congressos feministas, que reivindicavam a igualdade dos sexos e a independência económica e social da mulher. Nos mesmos anos, a República contribuiu para a melhoria da posição da mulher trabalhadora, promovendo

---

<sup>22</sup> “O feminismo triunfante! A mulher portuguesa tem direito ao voto”, in *A Capital*, n.º 294, abril de 1911, p. 1.

<sup>23</sup> A. de C. Osório, *Alle donne portoghesi*, tradução e organização de V.R. Castagna, Padova, Linea Edizioni, 2022, pp. 258, 262.

uma licença de maternidade de dois meses, antes e depois do parto; algumas profissões foram, além disso, regulamentadas, para permitir o acesso também das mulheres, como no caso dos trabalhos associados aos correios e às telecomunicações. Com o Estado Novo, todavia, os obstáculos acentuaram-se e as mulheres portuguesas deparam-se com um ambiente hostil, ficando privadas de espaços organizativos para a afirmação do pensamento e da ação feminista.

Em 1933, Salazar lançou a legislação corporativa do Estado Novo, com leis que pretendiam reduzir a presença feminina no mercado de trabalho: o trabalho feminino foi proibido em muitas categorias profissionais e muitas mulheres foram substituídas por homens e máquinas. Tudo isso levou a sociedade de volta ao sistema patriarcal, com o pai como chefe da família, e, enquanto tal, responsável pelas decisões do núcleo familiar e pela educação dos filhos. A diferença dos sexos era considerada natural, e, portanto, esta distinção entre as funções do homem e da mulher tornou-se não só elemento de elogio da diferença, mas também símbolo de complementaridade necessária na sociedade.

Durante o Estado Novo foram retomadas e alteradas algumas leis, aprovadas pela Primeira República (1910-1926), que tinham proporcionado o acesso da mulher à vida civil; já era o caso das leis sobre o divórcio e o adultério, que foram modificadas durante o regime, encarando a mulher da mesma forma que um objeto que se podia pegar ou largar.

Quanto ao Código Civil, em 1966, Salazar fez elaborar uma revisão geral do documento, alterando parte do conteúdo; no *Diário do Governo*<sup>24</sup>, publicado no dia 25 de novembro de 1966, recuperam-se, nos diferentes artigos apresentados, assuntos como a conversão da separação em divórcio, a anulação do casamento, a impugnação da legitimidade, o regime de bens e a testamentária. Para entender melhor alguns destes conceitos, é necessário traçar um percurso sobre alguns destes artigos, retirados do Livro IV do Código Civil, relativo ao direito da família:

ARTIGO 1674.º (Poder marital):

O marido é o chefe da família, competindo-lhe nessa qualidade representá-la e decidir em todos os actos da vida conjugal comum, sem prejuízo do disposto nos artigos subsequentes.

ARTIGO 1677.º (Governo doméstico)

---

<sup>24</sup> *Diário do Governo*, I Série, n.º 274, 25 de novembro de 1966, pp. 149, 168.

1. Pertence à mulher, durante a vida em comum, o governo doméstico, conforme os usos e a condição dos cônjuges.

Mais uma vez, verifica-se a separação entre o papel da mulher e do homem no núcleo familiar, assim como se sublinha uma clara submissão do sexo feminino à condição do sexo masculino. De grande relevância são também os artigos sobre a educação e a sustentação económica dos filhos:

ARTIGO 1881.º (Poderes especiais do pai)

1. Compete especialmente ao pai, como chefe da família:

- a) Providenciar acerca dos alimentos devidos ao filho e orientar a sua instrução e educação.
- b) Prestar-lhe a assistência moral conforme a sua condição, sexo e idade; [...]

ARTIGO 1882.º (Poderes especiais da mãe)

1. Compete especialmente à mãe:

- d) Desempenhar relativamente ao filho e aos seus bens as funções pertencentes ao marido, sempre que este se encontre em lugar remoto ou não sabido ou esteja impossibilitado de as exercer por qualquer motivo.

Mais uma vez, cria-se uma diferenciação discriminatória entre homem e mulher, destacando o facto que o pai tem o objetivo de providenciar os alimentos e o sustentamento, enquanto à mãe cabe a responsabilidade moral de cuidar dos filhos.

Por outro lado, e em aparente contradição, vale a pena mencionar que foi o Estado Novo o primeiro regime em Portugal que decretou o voto da mulher: foi a partir de 1933 que o sufrágio se alargou, incluindo mulheres em certas condições, mas ainda assim ficando restrito<sup>25</sup>. O decreto de 27 de dezembro outorgou o voto aos cidadãos com 21 anos, de sexo masculino, que soubessem ler e escrever ou que pagassem uma certa quantia em impostos diretos, e acrescentou também as mulheres maiores, solteiras, emancipadas e chefes de família, e as mulheres maiores com uma instrução primária.

Além disso, em 1934 foram eleitas as primeiras deputadas portuguesas, como a professora Maria Guardiola (1895-1987), que foi vice-presidente da Obra das Mães pela Educação Nacional e comissária nacional da Mocidade Portuguesa Feminina em 1938.

---

<sup>25</sup> R. Ramos, *História de Portugal*, Lisboa, A Esfera dos Livros, 2009, p. 697.



Em 1968, o voto alargou-se a todas as mulheres que tinham a capacidade de ler e escrever, removendo qualquer tipo de discriminação ligada ao sexo; mas foi depois de 25 de abril de 1975 que o direito ao voto passou a ser universal em Portugal.

Quanto à vida profissional da mulher durante o Estado Novo, esta era limitada pela ausência de leis que a pudessem salvaguardar e pela falta de estímulos, por parte do Estado, que, pelo contrário, reprimia um possível desejo de carreira profissional. As mulheres trabalhavam sobretudo no setor primário e eram, na maioria, não casadas; não gozavam dos mesmos direitos dos homens, não havendo igualdade de salários, apesar da lei votada e aprovada em 1966, que no papel favorecia a igualdade económica no mundo profissional.

Todas as leis introduzidas durante o Estado Novo podiam parecer oferecer novas liberdades e direitos para as mulheres, mas, na realidade, a verdadeira emancipação era impedida pela ideologia patriarcal do regime. Com efeito, todas as mulheres que entraram na vida política neste contexto, numa perspectiva evidentemente elitista, foram utilizadas pelo regime como instrumento de moralização e reeducação para as outras mulheres do Estado Novo, sendo elas vistas como possibilidade de elevação social e exemplo de integridade moral.

No boletim da Associação Feminina Portuguesa para a Paz, destaca-se um artigo intitulado *Alguns problemas dos nossos dias*, que foca a atenção nos direitos da mulher e menciona conceitos como o trabalho noturno, a maternidade, o socorro às parturientes, a proteção pré-natal, o serviço das parteiras e a assistência às mães: todos direitos que não se encontram nas revistas femininas realizadas e publicadas pela Mocidade Portuguesa Feminina, uma vez que a mulher, de acordo com a política do regime, não deveria trabalhar fora da casa; isto significa que a questão da proteção da maternidade, para a mulher que trabalha nas fábricas, nem se deveria colocar.

Outro problema no domínio dos direitos que o salazarismo teve de enfrentar foi o analfabetismo, sendo as mulheres as suas principais vítimas: em 1920, 66,2 % do povo português era analfabeta, e desse número, 73,3% era constituído por mulheres<sup>26</sup>. A questão do analfabetismo e da educação popular foi um dos pontos principais do debate realizado na Assembleia Nacional em 1938; os salazaristas defendiam uma educação

---

<sup>26</sup> M.M. Filomena, “‘Deve-se ensinar o povo a ler?’: a questão do analfabetismo (1926-39)”, in *Análise Social*, vol. XIII (50), 1977-2º, pp. 321-353.

mais tradicional, onde o povo não necessariamente teria de aprender; por outro lado, os republicanos, mais progressivos, consideravam o analfabetismo a principal causa da estagnação do progresso. Esta ideologia era justificada por uma condição de pobreza, dado que havia uma grande parte da população que necessitava da ajuda dos filhos em casa ou nos campos e que, portanto, não tinha interesse em mandá-los para a escola. Para a ideologia salazarista a educação do povo devia ser moderada segundo as necessidades do mesmo; isso significa que o saber da população não devia exceder o que era necessário às suas ocupações.

As escolas salazaristas foram consideradas formidáveis pontos de controlo e manipulação, uma vez que transmitiam uma mensagem de submissão da mulher por parte do marido, de missão e de temor ao amo. Segundo o regime, o sistema educativo devia educar o povo politicamente, através da transmissão de conhecimentos específicos e de iniciativas que favoreciam os fundamentos morais do Estado Novo:

Mulheres, sede submissas a vossos maridos, como convém segundo o Senhor. Maridos, amai as vossas mulheres e não as trateis com aspreza. Filhos, obedecei em tudo a vossos pais, porque isto agrada ao Senhor.<sup>27</sup>

Durante a década de 1930 as duas figuras que dirigiam o Ministério da Educação foram Gustavo Cordeiro Ramos (1888-1974) e Carneiro Pacheco (1887-1957)<sup>28</sup>. Durante o Estado Novo, precisamente no período entre 1940 e 1960, a taxa de alfabetização dos

---

<sup>27</sup> Ibidem, p. 333.

<sup>28</sup> Gustavo Cordeiro Ramos em 1930 eliminou as escolas normais superiores, onde ocorria a formação dos professores do ensino liceal, e determinou que as escolas dos centros com menos de cinquenta crianças fossem fechadas. Carneiro Pacheco reformou o ensino primário e o ensino secundário, garantindo uma instrução mínima para o povo, assim como confirmou o regime de separação de sexos. Quanto ao ensino secundário, ele acrescentou aos programas um conteúdo moral e religioso, introduzindo um livro único de História de Portugal. Nos liceus femininos, instituiu aulas de labores femininos, cursos de Higiene, Puericultura e Educação Familiar, para aproximar as raparigas ao mundo doméstico e da família. Mais tarde, Fernando Pires de Lima (1906-1970), no início dos anos cinquenta, começou o Plano de Educação Popular e a Campanha Nacional de Educação de Adultos; além disso, lançou a escolaridade obrigatória até aos treze anos. O seu sucessor, Francisco Leite Pinto (1902-2000), criou, em 1958, uma comissão para unificar o ciclo preparatório do ensino técnico e o primeiro ciclo do ensino liceal, assim como tornou as atividades da Mocidade Portuguesa Feminina voluntárias, a partir do terceiro ano liceal. Francisco Leite Pinto reconheceu também a importância das escolas técnicas, que desempenharam um papel essencial na formação das classes operárias. Para as mulheres, havia Escolas do Magistério Primário, que as preparavam para profissões consideradas, naquele período, exclusivamente femininas, como enfermagem, e o serviço social P.D. Braga, “Os ministros da Educação Nacional (1936-1974). Sociologia de uma Função”, in *Revista Lusófona de Educação*, n.º 16, 2010, pp. 23-38.

portugueses com idades iguais ou superiores a sete anos passou de 48% para cerca de 70%<sup>29</sup>. Foi a partir da década de 50 que, graças ao Sistema Educativo, a maioria dos portugueses acederam ao letramento. Se por um lado a taxa de literacia subiu notavelmente (entre 1926 e 1950, de 38,2% para 58,6%)<sup>30</sup>, por outro lado, o sistema educativo adotado pelo regime constituiu uma ação pedagógica negativa na mentalidade do povo, utilizando modelos sociais que limitavam qualquer forma de liberdade e expressão. Como frisou Irene Flunser Pimentel na conferência realizada em 2013 pela organização TED em Lisboa<sup>31</sup>, entre as muitas coisas que uma mulher não podia fazer havia o facto que ela nem sequer era dona da sua própria correspondência, uma vez que o homem podia abrir as cartas da mulher mesmo sem o seu consentimento.

#### **I. 4. A censura como instrumento para reprimir e moldar mentalidades**

A censura apareceu primeiramente em Portugal em 1451, sob o reinado de D. Afonso V, que fez queimar alguns livros considerados heréticos. Mais tarde, com a instauração da Inquisição, em 1536, a censura tornou-se mais violenta e repressiva, até 1821, ano do seu fim e da publicação da primeira lei de liberdade de imprensa em Portugal, que afirmava que “toda a pessoa pode, da publicação desta lei em diante, imprimir, publicar, comprar e vender nos Estados Portugueses quaisquer livros ou escritos sem prévia *Censura*”<sup>32</sup>. Já a ditadura de João Franco (1906-1908) foi caracterizada por uma política censória muito forte, que continuaria também sob o reinado de D. Manuel II, a partir do início do século XX.

Em relação à imprensa em particular, a primeira restrição apareceu em 1914, durante a Primeira República, e as medidas censórias intensificaram-se com o início da Primeira Guerra Mundial. O Diário do Governo publicou em 1916 o decreto-lei proclamado pelo Ministério do Interior, que regulamentava a execução da censura preventiva; o artigo 7º, nomeadamente, afirmava que “A parte da publicação mandada

---

<sup>29</sup> A. Candeias, E. Simões, “Alfabetização e escola em Portugal no século XX: Censos Nacionais e estudos de caso”, in *Análise Psicológica*, 1 (XVII), 1999, pp. 163-194.

<sup>30</sup> *Ibidem*.

<sup>31</sup> TEDx Talks, “A mulher no Estado Novo visto de hoje: Irene Pimentel at TEDxFCTUNL”, YouTube, 19 de fevereiro de 2013, 11:27: <https://www.youtube.com/watch?v=4b5-8jp7KS0>.

<sup>32</sup> J. Tengarrinha, *História da Imprensa Periódica Portuguesa*, Lisboa, Editorial Caminho, 1989, p. 125.

eliminar pela censura não será substituída, devendo ficar em branco o espaço que ocupava, a menos que, dentro da hora regulamentar, seja aprovada pela comissão respectiva a matéria que a substitua”<sup>33</sup>.

A propaganda e a censura foram dois elementos essenciais para o Estado Novo, no que diz respeito à manipulação da mentalidade e ao controlo das massas. A censura foi imposta, na imprensa, em 1926 e durante o regime de Salazar, depois de 1933, tornou-se instrumento decisivo para bloquear e prevenir o nascimento de possíveis perigos para o Estado, atuando por quarenta e oito anos, abarcando “praticamente, todas as formas de manifestação intelectual, no domínio público, nas mais diversas áreas: cultural, social, política, religiosa, filosófica”<sup>34</sup>. O material censurado, de carácter crítico, por exemplo contra o pudor da mulher, o bom costume ou a moral da família, era considerado enquanto possível causa de subversão da mentalidade portuguesa e ameaça da ordem pública do Estado Novo.

A censura podia ser direta ou indireta. No primeiro caso, o processo de censura distinguia-se entre material literário e imprensa, ou seja censura *a posteriori* e prévia. A censura prévia interessava, na área editorial, os jornais, os folhetos, os cartazes e todas as publicações periódicas que abordavam questões sociais e políticas, e impedia que fossem transmitidas notícias julgadas inapropriadas pelo regime. Quanto aos instrumentos utilizados, o “lápiz azul” representava o maior símbolo da censura portuguesa, e consistia na possibilidade, por parte do censor do Ministério do Interior, de proibir completamente um artigo, antes da sua publicação, ou de aprová-lo, mas com cortes em azul e inscrições do tipo “autorizado”, “autorizado com cortes”, “cortado” ou “suspenso”. Nada era publicado sem o visto prévio dos censores do Ministério do Interior, e a prática censória estendia-se a todos os meios de comunicação.

A censura *a posteriori*, pelo contrário, era aplicada após a publicação da obra e, na maioria dos casos, interessava o material literário que, se censurado, era, imediatamente, retirado do mercado. Os livros que abordavam assuntos políticos e sociais eram uma exceção, uma vez que a censura os avaliava antes da publicação. Existia um Gabinete de Leitura que analisava as obras enviadas antes, ou depois da sua entrada no mercado, e, além disso, a PIDE controlava as obras expostas nas livrarias. A censura era

---

<sup>33</sup> *Diário do Governo*, n.º 62, março de 1916, p. [1].

<sup>34</sup> C. Azevedo, *A Censura de Salazar e Marcelo Caetano: Imprensa, teatro, cinema, televisão, radiodifusão, livro*, Lisboa, Editorial Caminho, 1999, p. 66.

utilizada não só como instrumento para reprimir a liberdade de expressão, mas também como meio que servia ao povo para distinguir o bem do mal, o que era oportuno escrever, fazer e pensar, do que era considerado errado. Esse clima opressivo, num ambiente caracterizado por medo e intimidações, implicou que escritores, editores, jornalistas e diretores, praticassem a autocensura, de forma mais ou menos consciente, para evitar retaliações.

A autocensura, uma forma de censura indireta, era uma clara consequência psicológica das repressões atuadas pelo regime. O fim da censura era, afinal, educar os autores, para que seguissem os princípios identificativos do Estado. No caso contrário, eles podiam ser processados, condenados e perseguidos. Também o editor podia ser alvo de consequências judiciais no caso de obras censuradas.

A política salazarista, que colocava em primeiro lugar a estabilidade do regime, via como uma ameaça para a nação a possibilidade de nutrir um pensamento e uma liberdade individual. O ditador defendia, de facto, que a liberdade que não se vergava perante o interesse da nação era uma forma de anarquia que podia destruir o país. Para evitar que isso acontecesse, a censura impedia o nascimento de qualquer forma de expressão liberal, ou manifestação cultural, que pudesse, mesmo remotamente, divulgar uma ideologia diferente da do regime; era apenas uma a voz de divulgação admitida no Estado Novo, ou seja, a do regime salazarista, que proclamava uma imagem de Portugal perfeito, pacificado e de bons costumes.

Durante o regime, foram cortados pela censura todos os excertos de artigos, nos jornais e nas revistas, que deviam ser publicados e que abordavam assuntos como a violência, a guerra, o desequilíbrio social e familiar, as doenças, e, como resultado, havia publicações que transmitiam uma mensagem completamente transformada e alterada em relação à ideia inicial que o autor queria divulgar. Os jornalistas foram obrigados a escrever, às vezes, o contrário daquilo que pensavam. De acordo com as palavras de Salazar pronunciadas na inauguração do Secretariado de Propaganda Nacional em 1933: “Politicamente, só existe aquilo que o público sabe que existe”<sup>35</sup>, e, portanto, tudo o que iria ser difundido era para criar um forte sentimento de nacionalismo que excluía, na maioria das vezes, as informações do estrangeiro.

---

<sup>35</sup> C. Ramos, “O ditador de voz doce”, in *Público, rubrica Media*, 1999. <https://www.publico.pt/1999/01/11/jornal/o-ditador-de-voz-doce-123431> (último acesso: 04/02/2023)

O fim da censura aconteceu já depois da Revolução, no ano de 1975, com a instituição da Lei de Imprensa, aprovada na Constituição desde 25 de abril de 1976. No artigo 37º sublinha-se que “todos têm direito de exprimir e divulgar livremente o seu pensamento pela palavra, pela imagem ou por qualquer outro meio, bem como o direito de se informar, sem impedimentos nem discriminações”<sup>36</sup> e acrescenta-se que não é possível impedir este direito por meio da censura. A partir daquele momento não só o Estado passou a garantir a liberdade de imprensa, mas também a favorecer o direito de fundação de jornais e do trabalho dos jornalistas, independentemente de qualquer autorização administrativa.

Quanto à censura praticada mais concretamente nas revistas femininas durante o Estado Novo, vale a pena notar, em primeiro lugar, que nessa época o número de periódicos se reduziu drasticamente, devido também às regras restritivas para dirigir uma publicação. Além disso, foram cortadas publicidades que mostravam mulheres com vestuário inapropriado para a imagem do país; o regime, de facto, não aceitava este vestuário feminino e as normas estabeleciam sanções, dadas pelos polícias marítimos que circulavam pela praia, para todas as mulheres que não respeitassem a ideia salazarista de bons costumes (Cfr. Fig. 7 e 8 - Apêndice). O boletim da Mocidade Portuguesa Feminina sublinha frequentemente nos seus artigos a importância das férias e a questão do vestuário; num texto de 1939, Maria Joana Mendes Leal<sup>37</sup> (1897-1976) escreveu:

Sobretudo nas praias a incorreção do vestuário chega a ser por vezes indecente. Porque não hão-de as raparigas da “Mocidade”, em vez de se deixarem arrastar pelo mal, ter a coragem de resistir a certas modas em oposição com os princípios de moralidade que lhes têm sido inculcados?<sup>38</sup>

Era frequente encontrar nas revistas femininas da Mocidade imagens de mulheres na praia usando fatos de banho que cobriam a maioria do corpo feminino: “o fato de

---

<sup>36</sup> Decreto de Aprovação da Constituição n.º CRP 1976. PARTE I – direitos e deveres fundamentais, em *Diário da República*, n.º 86, Série I; Base de dados jurídica.

<sup>37</sup> Maria Joana Mendes Leal foi uma figura essencial na história da literatura portuguesa. Nasceu em Torrozel (Seia) em 1897 e foi escritora e política portuguesa. Pertenceu à Ação Católica e foi diretora dos Serviços de Propaganda e Publicidade da Mocidade Portuguesa Feminina. Escrevia frequentemente nas revistas femininas estatais durante o regime, como no caso do Boletim para Dirigentes e da Menina e Moça. Faleceu em Lisboa em 1976.

<sup>38</sup> M.J. Mendes, “Aproximam-se as férias”, in *Mocidade Portuguesa Feminina: boletim mensal*, n.º 2, junho de 1939, p. 7.

banho devia ser inteiro e ter saíote fechado. O calção interior é justo à perna, de corte direito e deve ter o comprimento de perna mínimo de dois centímetros”<sup>39</sup>. Para o regime este tipo de fatos afastava “para longe o impudor”, enquanto a “decência fica bem”<sup>40</sup>.

O vestuário era o símbolo de um estado moral, e, por esta razão, o nudismo e as imagens de trajes curtos ou transparentes eram censurados, porque podiam ofender a decência pública; o corpo da mulher não podia representar um objeto de desejo masculino. A partir da censura, o Estado pretendia atuar uma modelação de pensamentos e manifestações, que representasse os valores por ele defendidos, para garantir a ordem pública e proibir qualquer tipo de liberdades, possíveis ameaças para a nação.

É tendo em conta este contexto repressivo e censório que se poderão analisar algumas publicações periódicas para o público feminino durante o Estado Novo.

---

<sup>39</sup> A. Garronchinho, “Fatos de banho e a imoralidade de costumes. Os fatos de banho aprovados pela Mocidade Portuguesa Feminina”, in *Blog sapo*, 2016. <https://casepaga.blogs.sapo.pt/fatos-de-banho-e-a-imoralidade-de-3843114> (último acesso: 04/02/2023).

<sup>40</sup> *Ibidem*.

## CAPÍTULO II

### A identidade feminina na imprensa apoiada pelo Estado Novo

#### II.1. O desenvolvimento da imprensa feminina em Portugal a partir do século XIX

As primeiras revistas femininas surgiram, em Portugal, no início do século XIX; o desenvolvimento da imprensa periodista garantiu a separação entre o jornal e a revista, não diferenciados pela periodicidade, mas pelas matérias que os constituíam e pela maneira de as desenvolver<sup>41</sup>. O primeiro periódico conhecido foi o *Correio das Modas*, publicado em 1807, em Lisboa, para apresentar às mulheres portuguesas a moda da época; era uma leitura destinada à mulher rica, culta e que sabia ler, distanciando-se muito da ideia atual de revista.

No início do século XIX surgiram outras revistas femininas, como *O Toucador. Periódico sem política dedicado às senhoras* (1822), dirigido por Almeida Garrett (1799-1854) e Luís Francisco Midosi (1796-1877); esta revista, dedicada à mulher rica, era dividida em diferentes secções, como “Modas”, “Namoro”, “Teatro”, “Bailes”. Outra revista, publicada no mesmo ano, foi *Gazeta das Damas*, de Caetano António de Lemos, que, mais do que os temas da mundanidade, abordava principalmente a educação doméstica da mulher, como sugerem estas palavras que aparecem no primeiro número:

A propria experiencia cotidiana, e domestica mostra melhor que os mais bem traçados discursos as delicias de huma familia, se tem em seu seio huma Dama de hum espirito cultivado, e de hum coração bem formado, e virtuoso. Eisaqui a companheira, e não escrava da paixão de seu condigno Esposo: Ella satisfaz os seus desejos, e alivia-lhe igualmente as suas penas; recompensa-lhe os seus cuidados, e suavisa a sua sorte por effusões de ternura [...] A nobre educação, que seus bemaventurados filhos receberão com o leite, e com as primeiras impressões, lhes dá o nobre impulso,

---

<sup>41</sup> J. Tengarrinha, *História da Imprensa Periódica Portuguesa*, Lisboa, Portugália Editora, 1965, p. 134.



que por sentimentos os arrebatava em triunfo sobre o vício pelo caminho da virtude ao cumulo da gloria.<sup>42</sup>

É evidente que estas revistas possuíam características muito diferentes dos periódicos publicados a partir do século XX: não havia imagens e os textos eram longos e com uma linguagem culta, muitas vezes, acompanhados por expressões em latim. Sempre no mesmo século houve a publicação de *A Voz Feminina. Jornal semanal científico, literário e noticioso. Exclusivamente colaborado por senhoras*, em 1868, que, em 1869 mudou o seu nome para *O Progresso. Jornal político, literário e noticioso*, que abordava temas como os direitos da mulher, a sua educação e instrução. Os periódicos eram, na maioria das vezes, focados nos usos e costumes da mulher rica, portanto, havia revistas intituladas *Bouquet Literário* (1875), *Teatro e Modas* (1876), *Gazeta das Salas* (1877), *Lisboa Elegante* (1886), *A Arte. Semanário literário dedicado às damas reguenses* (1887), *O Mundo Musical. Jornal das damas portuguesas e brasileiras. Anunciador da moda* (1893).

A partir do século XX, o periodismo feminino viu o nascimento de outras revistas destinadas à mulher, como *O Jornal da Mulher*, publicado, pela primeira vez em 1910, com a diretora Albertina Paraízo (1864-1954), *A Mulher Portuguesa. Revista mensal educativa* (1912), *Alma Feminina* (1917), *Fémina. Arte e moda*, em 1931.

O período considerado no presente trabalho (1926-1974) é delimitado por dois marcos históricos essenciais: o golpe de Estado de 1926, com a subsequente instauração da Segunda República Portuguesa, e o encerramento, em 1974, do regime político ditatorial. Serão tomadas em consideração algumas revistas femininas, depois de um enquadramento geral, para confirmar o mecanismo de construção do ideal feminino durante o Estado Novo, a partir de diferentes pontos de vista.

Considerou-se, por exemplo, os boletins da MPF, inseridos em arquivos online, e a revista *Menina e Moça*; ambas foram realizadas e promovidas pelo Estado Novo, e, sendo elas veiculadas por uma retórica política, moldaram e influenciaram os comportamentos femininos dentro de uma área territorial delimitada. Outra revista analisada é *Crónica feminina*, que, a partir de 1956, oferecia à mulher portuguesa, leituras sobre diferentes temas, como a moda, a culinária, e a emancipação feminina.

---

<sup>42</sup> *Gazeta das Damas*, n.º 1, novembro de 1822, p. 2.

Como se viu no capítulo anterior, durante o Estado Novo a imprensa promovia a imagem de um país e uma ideia de povo português totalmente idealizados, sobretudo no que diz respeito à vida da mulher.

Estas revistas, de facto, contribuíram para a construção de uma ideologia social, que reduzia a mulher a um instrumento de transmissão de valores no espaço doméstico. As suas únicas preocupações supostamente eram a casa, que compreendia a higiene e a limpeza do lar, a ordem dentro da família, ou seja, a educação dos filhos, futuros cidadãos portugueses, e a obediência absoluta ao marido. A imprensa publicava revistas simples de ler, não volumosas e acessíveis a muitas mulheres, graças aos preços bem baratos. Além disso, a leitura era agradável, suportada pela presença de imagens e desenhos animados.

Outras revistas femininas foram *Os Nossos Filhos* (1942-1958), de Maria Lúcia Namorado, escritora, jornalista e diretora da revista, também filiada do Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas e da Associação Feminina Portuguesa para a Paz, duas associações caracterizadas por uma ideologia pacifista. Na sua revista havia colaboradores que apoiavam o regime salazarista, assim como havia colaboradores com ideais mais liberais, como Maria Lamas (1893-1983). Como todas as revistas, também *Os Nossos Filhos*, era visada pela Comissão da Censura, e, portanto, os autores preferiam utilizar pseudónimos para assinar os artigos.

Na revista apareciam anúncios de produtos para o lar e a cozinha, como sabonetes, inseticidas, ou livros de receitas. Quanto aos assuntos abordados na revista, havia títulos como *As crianças e o dinheiro*, *Teatro para os nossos filhos*, ou artigos mais sensíveis às necessidades das mulheres, como *Parto sem dor*<sup>43</sup>. A revista foi vista, por isso, como uma publicação que, nascida em um contexto de oposição ao regime, defendia um programa alternativo para educar as mães e os filhos, diferente daquele transmitido nas revistas que o Estado Novo financiava.

Outro nome de destaque foi Albertina Paraízo, escritora e poetisa, que colaborou com diversas revistas e jornais, como *O Século*, *Diário de Notícias*, *Diário de Lisboa*; foi fundadora da revista *Alma Feminina* e *Jornal da Mulher*. Além do jornalismo, fundou iniciativas a favor da educação feminina, como cursos de pintura, e exposições que mostravam os trabalhos realizados pelas alunas destes cursos. Apesar dos seus ideais a

---

<sup>43</sup> Cfr. *Os Nossos Filhos*, n.º 180, maio de 1957.

favor de um ativismo feminista, a revista *Jornal da Mulher* apresentou-se sempre como muito conservadora, mostrando uma imagem de mãe, esposa e mulher que sabia trabalhar em casa, atenta à alimentação e à organização do lar. Por seu lado, *Alma Feminina* foi uma das primeiras revistas que assumiram uma orientação feminista, tratando assuntos como a educação dos filhos, o trabalho feminino, a exposição de livros escritos por mulheres, ou a mulher e a vida associativa; havia, nas suas páginas, uma divulgação sobre iniciativas e conferências para a promoção dos ideais feministas.

A continuação da revista *Alma Feminina* foi *A Mulher*, publicada pela primeira vez em 1946, sob a direção de Maria Amália Neves, que apoiou projetos e artigos sobre a emancipação da mulher.

Por fim, a imprensa periódica realizou também suplementos femininos, que consistiam numa seleção de artigos que abordavam um tema comum, muitas vezes em volta da condição da mulher na sociedade. Foram concebidos, de facto, para despertar na mulher um desejo de participação na vida social e de conscientização sobre as opções da vida.

Com a mesma função das revistas, existiam também outros materiais escritos por e para mulheres, como ensaios formativos, livros e obras que ofereciam conselhos sobre como criar e educar os filhos, ter um casamento perfeito e viver com economia no espaço doméstico. A partir de 1933 foram publicadas, por exemplo, novas edições de guias para a educação e a formação feminina; estes livros tinham como destinatário a mulher da classe média e alta que sabia ler e escrever e que vivia na cidade, onde o “perigo” da modernidade era mais alto. As autoras destas obras defendiam uma visão tradicional de mulher, boa esposa e dona de casa, que se sacrificava para o bem da família, e que não podia ter os mesmos direitos civis e políticos do homem.

A mesma atitude aparece nas revistas, promovidas pelo Estado Novo, as quais representaram para as mulheres não só uma diversão, mas também um conjunto de normas e noções que interessavam o espírito feminino. A diferença entre as guias e as revistas era que as segundas, mais baratas do que as primeiras, podiam ser lidas também por mulheres de camadas mais pobres, uma vez que a revista era caracterizada por uma linguagem simples, que não exigia uma alta literacia. Quanto à estrutura, todas as revistas eram divididas em secções fixas, o que permitia uma leitura seletiva; isso significa que a

mulher tinha a possibilidade de escolher o que queria ler, sem seguir uma ordem precisa, e concentrando-se nos artigos que considerava mais interessantes.

Um elemento importante na realização das revistas era o estilo, ou seja a forma de utilizar as diferentes fontes de escrita: a imprensa estuda com minuciosa atenção os tipos de letra e o tamanho a usar, a fim de influenciar as leitoras pondo em destaque palavras ou ideias-chave. Estas conferiam ao texto um tom adicional de austeridade e obrigação. Por exemplo, nas primeiras páginas do décimo sexto número do boletim mensal da Mocidade Portuguesa Feminina surge um texto intitulado *Canção da vida*, que representa uma ode à vida, segundo os princípios da ideologia salazarista. Há expressões como “Viva a alegria!”, “Deus em nós”, “Viva a Vida!”, destacadas em negrito no texto, para salientar a importância da alegria, que podia existir, segundo o regime, só graças à presença de Deus na vida de todas as pessoas (Cfr. Fig. 9 - Apêndice).

No mesmo número da revista, a autora Maria Joana Mendes Leal (1897-1976) escreve um artigo sobre o mar e utiliza a descrição da água como pretexto para introduzir as normas no que diz respeito ao correto vestuário das mulheres nas praias: “usai o vosso fato de banho!”<sup>44</sup> é a frase que aparece no meio do texto em negrito, com um tamanho maior. A grande variedade de fontes, tamanhos e caracteres serve para captar a atenção da leitora, que, mesmo antes da leitura, reconhece e distingue as palavras evidenciadas.

Não é possível ignorar que a imprensa representou um instrumento essencial para a evolução da mentalidade em relação à figura da mulher; assim como foi um importante testemunho histórico de cada momento da sociedade portuguesa. As revistas femininas contribuíram para a representação da mulher e a sua identidade ao longo dos anos e o seu estudo é um subsídio importante para a reflexão sobre o tema.

## **II.2. As revistas femininas apoiadas pelo regime salazarista**

Uma das publicações periódicas mais relevantes neste contexto é o boletim mensal da Mocidade Portuguesa Feminina, cujo primeiro número saiu em maio de 1939, chegando ao número noventa e seis, em abril de 1947. Esta revista não só oferecia às

---

<sup>44</sup> M.J. Mendes Leal, “O encanto da água”, in *Mocidade Portuguesa Feminina: boletim mensal*, n.º 16, agosto de 1940, p. 6.

leitoras uma série de normas e indicações em torno da imagem da mulher ideal, devota a Deus, à Pátria e à Família, mas também constituiu um instrumento para a construção de uma nova sociedade, caracterizada por gerações obedientes aos princípios do regime.

O Comissariado Nacional da Mocidade Portuguesa era o responsável pela publicação e revisão dos artigos presentes no boletim. O nome da editora, Maria Joana Mendes Leal, aparece também no final de muitos artigos, dado que ela foi também autora de vários textos da revista. Maria Guardiola (1895-1987), comissária da MPF, também trabalhou no conteúdo temático do boletim. Além de ser jornalista, foi uma das primeiras políticas portuguesas com função parlamentar durante o período do regime salazarista; foi também comissária nacional da Mocidade Portuguesa Feminina e vice-presidente da Obra das Mães pela Educação Nacional.

Cada publicação do boletim tinha 16 páginas e era constituída por um sumário (Cfr. Fig. 10, 11 e 12), que remetia para as diferentes secções da revista, que se mantinham quase sempre iguais: havia a rubrica “O Lar”, uma secção dedicada aos conselhos práticos e estratégias para limpar a casa; “Recordando o passado”, que propunha uma revisitação de personagens portugueses considerados, pelo regime, exemplos positivos para seguir; a “Página das Lusitas” mostrava as características que cada jovem da Mocidade deveria ter através de contos, escritos por Maria Paula de Azevedo, outra colaboradora do boletim. O boletim apresentava, também, uma seleção de charadas e adivinhas, que, na maioria das vezes, tinham como solução partes do lar, como se pode observar nos seguintes exemplos tirados da revista:

Não fui creada por Deus  
Mas sim por mãos femininas:  
Umas pobres, outras ricas,  
Quer senhoras, quer meninas  
[solução: almofada]

Sei reflectir mas não penso  
E as toleimas alimento...  
Quantas creaturas feias  
Me chamam o seu tormento!

[solução: espelho]<sup>45</sup>.

A revista incluía uma secção dedicada aos trabalhos manuais, “Trabalhos de Mãos”, que incentivava a mulher a ser uma boa dona de casa e hábil em realizar objetos feitos à mão, uma habilidade que devia pertencer a todas as mulheres, independentemente da classe social e da idade; era indispensável que também as meninas aprendessem a gostar dos trabalhos manuais, dado que era uma das qualidades femininas mais valorizadas.

Instaurava-se, nesta parte da revista, uma aproximação entre a autora que oferecia os conselhos e as mulheres que, em casa, realizavam o trabalho. As leitoras, graças às imagens do resultado final que podiam ver e às informações muito precisas, passo a passo, acerca da realização do objeto, podiam ter a impressão de estar em um curso com uma instrutora. A mesma sensação de proximidade com as autoras produzia-se na parte final da revista, onde havia uma secção para o diálogo entre filiadas e editora; na maioria das publicações esta rubrica aparecia sob o título de “Colaboração das Filiadas” e continha inquéritos, perguntas, correspondências e conversas com as raparigas da Mocidade, pois as leitoras podiam responder às perguntas e enviar as respostas para a direção do boletim que, não só publicava as mais pertinentes, mas também premiava as três melhores com uma assinatura gratuita da revista. No primeiro número esclarece-se ainda que “serão postas de parte as respostas que por inferioridade literária ou má orientação não merecerem ser publicadas”<sup>46</sup>.

Nesta secção as filiadas respondiam às perguntas como “Como deve uma Filiada da MPF preencher o tempo de férias?”, “Diga, em poucas palavras, o que pensa acerca do dia da mãe”, “Qual é a figura da História de Portugal que mais te interessa e porquê”. As respostas, escolhidas e publicadas pela direção seguiam a lógica tradicionalista do regime.

Na revista destaca-se um forte sentimento de pertença ao grupo, visível já a partir da capa, com a presença do símbolo da associação, que valoriza a forte ligação com ela, mas também a representação da bandeira na página do sumário, remetendo para o valor da própria pátria.

---

<sup>45</sup> “Adivinhas”, in *Mocidade Portuguesa Feminina: boletim mensal*, n.º 27, julho de 1941, p. 11.

<sup>46</sup> “Como deve uma Filiada da M.P.F. preencher o seu tempo de férias?”, in *Mocidade Portuguesa Feminina: boletim mensal*, n.º 1, junho de 1939, p. 14.

Outra revista publicada durante os anos do Estado Novo, sob o controlo do regime, foi *Menina e Moça* (1947-1974), criada pela Mocidade Portuguesa Feminina e dirigida por Maria Joana Mendes Leal (também diretora, como se viu, do *boletim da Mocidade Portuguesa Feminina*). O objetivo da revista era oferecer à mulher um modelo de educação feminina, coerente com a ideologia do regime, para aprender a ser uma boa mãe e fada do lar.

Quanto à estrutura e à gráfica da revista, esta era muito parecida com o *boletim da Mocidade Portuguesa Feminina*: na capa apareciam fotos de mulheres sorridentes e raparigas que utilizavam o uniforme da Mocidade, enquanto nas páginas internas incluíam-se imagens e desenhos para tornar a leitura mais ligeira e divertida.

Em 1948 na revista, aparece o seguinte texto, que destaca, de forma direta, o papel da mulher na sociedade do regime:

A mulher ideal seria aquela que me “deixasse ler o jornal em paz [...], que, quando eu estivesse a trabalhar, soubesse fazer silêncio [...], não olhasse para a minha mão com olhos de nora ciumenta [...], não me esgotasse a paciência [...], e fosse capaz de compreender a doce sujeição que a esposa deve ao marido”.<sup>47</sup>

O conceito de “missão feminina” aparece também na revista *Menina e Moça*, que sublinha as características da mulher ideal, por meio de descrições, supostamente realizadas por homens. Também em outros artigos, supostamente, são os rapazes a falar; eles afirmam que têm medo de se casar porque pensam que não existe a mulher ideal e, portanto, fazem uma lista de qualidades e defeitos para definir como é que deveria ser, para cada um deles, a perfeita mulher. O resultado é a representação de uma figura feminina privada de qualquer tipo de atributo humano, que não tem de falar, e que tem de evitar expressar os seus sentimentos pelo marido.

Estas declarações, autênticas ou não, mostram uma sociedade onde existia o total controlo sobre todas as emoções e onde se tentava reprimir, o mais possível, os sentimentos amorosos, para que o povo fosse regulado e devoto não tanto ao verdadeiro

---

<sup>47</sup> “A Mulher Ideal!”, in *Menina e Moça*, n.º 9, janeiro de 1948, s.p.

bem da família, mas ao ideal imposto pelo regime, que valorizava um núcleo familiar assético e desinteressado na intimidade conjugal.

Vale a pena notar que esta relação entre os membros da família transforma a mulher num objeto, uma “máquina falante”, que não tem nada de interessante para dizer e que pode ser causa de constrangimento:

Sem me interromper a cada momento ou ficando amuada porque não lhe presto atenção.

[...] uma mulher que não fosse uma máquina falante, tagarelando sem descanso, mesmo quando não tem nada que dizer...

uma mulher que não me fizesse saír (sic) para a rua marcado como um palhaço quando à saída de casa me desse um beijo de despedida.<sup>48</sup>

A partir de 1957, a revista passou a incluir uma rubrica intitulada “Enciclopédia Familiar”, que constituía a base para o conhecimento de novos produtos e alimentos que entravam na casa dos portugueses; destacava-se, depois das informações gerais, o agradecimento a Deus pela riqueza do território, pondo lado a lado o pilar da família e o da religião.

A vocação da mulher apresentada na revista devia servir e ser perfeita para as exigências dos outros, e não para si mesma. Assim, por exemplo, no número 182, publicado em 1963, destaca-se um artigo não assinado, intitulado *Caminhos do Futuro*, o qual mostra a educação que devia ter uma rapariga para se tornar, no futuro, uma perfeita mulher e boa dona de casa, dado que a educação familiar representava “de todas as ciências a mais necessária à mulher porque é aquela que a torna apta a fazer felizes os seus e que a torna mais irradiante de virtudes sociais”<sup>49</sup>. A Mocidade ajudava as raparigas a realizar-se, através das noções essenciais, que preparavam não só o corpo, mas também a alma, para o seu futuro. Este tipo de educação incluía culinária, economia doméstica, enfermagem, puericultura, corte e confeção, e preparava para ser uma boa esposa, mãe e dona de casa.

---

<sup>48</sup> Ibidem, s.p.

<sup>49</sup> “Caminhos do futuro”, in *Menina e Moça*, n.º 182, maio de 1963, s.p.



Outro elemento que recorre são os cuidados do lar e as tarefas domésticas: a revista oferecia às raparigas portuguesas conselhos práticos para lavar a roupa, passar a ferro, organizar a roupa no armário de acordo com as estações e tratar os diferentes tecidos. Além de sublinhar a importância da higiene da roupa, os artigos destacavam também a necessidade de ter uma apropriada higiene quotidiana do corpo, para ter uma mente sã.

Ser bonita, segundo a lógica que a revista queria transmitir, não significava recorrer a produtos cosméticos e cremes, mas, simplesmente consistia em mostrar a frescura, a alegria na conversa e o sorriso. Não é por acaso que no número 254 (1970) da revista *Menina e Moça*, a autora oferece às leitoras conselhos para dentes belos, dentífricos eficazes, uma alimentação rica em cálcio e fósforo e uma correta higiene bucal.

A rapariga para ser natural não tinha de usar maquilhagem nos olhos, pintar a boca, usar permanentes ou pintura nos cabelos; só desta forma, podia mostrar a sua elegância e o seu bom gosto. Corrigir as imperfeições do corpo feminino tornou-se então uma atitude “errada” e inútil, que tornava os defeitos ainda mais evidentes. Existiam duas espécies de beleza: a beleza banal e falsa, e a beleza superior “que fugue dos exageros e das coisas proibidas. Envaidercer-se consigo própria. Preocupar-se demasiado com futilidades, despender muito com elas, gastar energia e tempo, isto é que é pecado”<sup>50</sup>.

Entre as imagens presentes nas revistas destacam-se sobretudo ilustrações que retratam figuras de mulheres em frente ao espelho que, com vaidade, observam o seu corpo e assumem poses estudadas e ostentadas. Elas indicavam um modelo negativo, dado que uma rapariga honesta se distinguiu pela naturalidade e sensibilidade.

Sendo este a continuidade do *boletim da Mocidade Portuguesa Feminina*, é evidente que os assuntos abordados, assim como as rubricas apresentadas, são muito parecidos com os já apresentados: nota-se, mais uma vez, a presença constante do passado português, da fé cristã e da imagem de um país perfeito, sem problemas, desigualdades e pobreza, onde todas as pessoas, neste caso as mulheres, são representadas como figuras sorridentes e alegres.

Quanto às temáticas da revista *Menina e Moça*, aparecem novos fatores de modernidade, analisados, nos artigos, como algo de negativo e hostil à ordem social;

---

<sup>50</sup> “Pensando em ti, Menina e Moça!”, in *Menina e Moça*, n.º 190, outubro de 1960, p. [13].

mencionam-se, por exemplo, as novas modas e a televisão. Uma grande novidade presente na revista *Menina e Moça*, que nunca apareceu com tanto vigor no boletim da Mocidade, foi a questão do voto feminino, visto negativamente. Em 1966, por exemplo, publicou-se o artigo *A mulher no mundo de hoje*, que relatava a luta das sufragistas inglesas pelo direito ao voto como uma ação violenta e brutal, e descrevendo-as como ridículas no seu modo de vestir e nas suas tendências masculinas.

Além da questão do voto aparece também, de forma muito lábil, o tema do trabalho feminino. Nos anos 60 e 70, a realidade da mulher que tem uma profissão era sempre mais presente, e portanto, se por um lado Salazar afirmava a falta que a mulher trabalhadora podia fazer em relação à educação dos filhos, por outro lado, começaram a ser publicados artigos que mostravam jovens trabalhadoras fora de casa, que escolhiam profissões “femininas” e frequentavam cursos de formação. Na verdade, estas foram temáticas pouco abordadas nestas revistas, uma vez que elas deviam ser o espelho da ideologia salazarista; quando o tema era abordado, as autoras da revista não só não incentivam o trabalho fora do lar, mas consideravam-no como algo de humilhante e degradante para as mulheres, que, desta forma, perdiam encanto e graça.

Algo que diferenciou as duas revistas foi um olhar diferente para o estrangeiro. Na revista *Menina e Moça* aparecem mais artigos sobre Timor, Angola e Moçambique<sup>51</sup>, territórios portugueses do ultramar, ou também textos acerca de outros países do Médio Oriente, como o Líbano, a Síria, a Jordânia e Israel<sup>52</sup>, para introduzir algumas informações sobre o conflito árabe-israelita.

Em 1970, aparecem os relatos de um intercâmbio cultural em Angola, realizado por um grupo de professoras primárias: este texto mostra as organizações que, como a MPF, têm como finalidade a “nobre missão de formar e informar raparigas, para que possam mais tarde marcar presença válida nas sociedades em que se integram”<sup>53</sup>. Trata-se, historicamente, de um momento de abertura de novos horizontes e maiores liberdades e informação no que diz respeito ao plano internacional; assim, no mesmo número, aparece outro texto que mostra a situação na Irlanda do Norte, concentrando-se nas lutas entre católicos e protestantes em Belfast.

---

<sup>51</sup> “Notícias da MPF no ultramar”, in *Menina e Moça*, n.º 229, setembro de 1967, p. 20.

<sup>52</sup> “Líbano, Síria, Jordânia e Israel”, in *Menina e Moça*, n.º 229, setembro de 1967, pp. 14-15.

<sup>53</sup> M.G. Rodrigues da, “Visita de intercâmbio cultural”, in *Menina e Moça*, n.º 254, janeiro de 1970, p. 18.

Uma última, mas significativa, diferença entre as revistas, é a aceitação e a identificação de algumas doenças que, no boletim da MPF, se escondem, acabando por descrever um povo sempre forte e saudável. Já na revista *Menina e Moça* introduz-se, por exemplo, a síndrome de Down e faz-se referência a diferentes organizações, também internacionais, como a Associação de Pais e Amigos de Crianças Diminuídas Mentais, o Hospital das crianças doentes de Paris ou o Centro da Ajuda. O artigo *O mongolismo, uma anomalia que talvez vocês desconheçam* (Cfr. Fig. 13 - Apêndice), publicado em 1970, mostra, com termos às vezes moralmente inapropriados para um leitor de hoje, as atividades realizadas para estas crianças para a aprendizagem sócio-motora, a leitura, a escrita e a preparação profissional. No texto aparecem também imagens que mostram uma aula de recorte e colagem, jardinagem e cozinha.

A partir da leitura e da análise dos vários artigos, é evidente a construção da imagem de uma mulher ideal, que trabalha em casa e que torna o espaço doméstico o seu espaço vital. No plano político, Maria Margarida Craveiro Lopes, deputada católica e colaboradora da Mocidade Portuguesa, defendeu a política do Estado Novo, apoiando os mecanismos para que cada mulher pudesse trabalhar só em casa, cuidando dos filhos e da sua educação. A missão da mulher era, para ela, servir a família e ser uma boa mãe, e, de resto, foi mesmo o seu pensamento conservador, em relação às atividades profissionais da mulher, que a levou para o cargo de deputada.

Outra figura que exaltou o papel da mulher no espaço doméstico foi Maria Baptista dos Santos Guardiola (1895-1987), comissária nacional da Mocidade Portuguesa Feminina por trinta e um anos e professora do ensino secundário; viajou para Itália para estudar as diferentes organizações para a juventude feminina, fundadas no regime fascista de Mussolini. Ou ainda Maria Mercier, redatora da revista *Menina e Moça*, que em 1948, publicou o artigo *Serás tu uma boa filha?*, para transmitir às filiadas da Mocidade o ideal da perfeita rapariga que ajuda em casa e obedece aos pais.

Foram muitas as mulheres que, tanto no plano político como no plano editorial, apoiando a ideologia do regime salazarista, pareciam, aos olhos da mulher daquela época, defender os direitos femininos, mas que, pelo contrário, agudizaram as diferenças sociais entre os sexos.

### II.3. A idealização da mulher entre Deus, Pátria e Família

No que diz respeito ao conteúdo temático das duas revistas em análise, considerou-se importante uma organização dos tópicos presentes na revista em volta dos três conceitos que moldaram a imagem da mulher ideal durante o salazarismo: Deus, Pátria e Família.

O elemento cristão destaca-se, sobretudo, a partir da adoração da Virgem Maria, modelo para as raparigas portuguesas, segundo a ideologia do regime. A perfeita mulher do Estado Novo devia ser, antes de tudo, cristã, mostrando devoção, misericórdia e caridade. O primeiro número do boletim saiu no mês de maio, mês da aparição da Virgem Maria em Fátima, e como homenagem, nas primeiras páginas, colocou-se uma espécie de oração intitulada *Avé mãe celestial! Avé canta Portugal!*. No texto destaca-se, desde o princípio, a função do boletim, que devia ser um guia espiritual para as filiadas da Mocidade.

As raparigas portuguesas deviam ter fé em Deus e seguir os dogmas religiosos, assim como deviam ser educadas segundo os princípios do catolicismo. A religião tornou-se, desta forma, o fulcro da sociedade portuguesa, ocupando o espaço político, social e educativo do país. Num outro número, publicado no mês de maio de 1943, celebra-se a figura da “Nossa Senhora menina e moça”, e ilustra-se o momento em que lhe apareceu o Anjo Gabriel.

Há expressões como “Ah! Se eu pudera ser a escravazinha dessa virgem-mãe!”, ou ainda “A Mocidade Portuguesa, tôda ela Menina e Môça ainda, estará à altura da sua missão, se sôbre ela puder descer do céu o Anjo”<sup>54</sup>. Segundo a mensagem transmitida por este texto, cada mulher portuguesa devia ter o desejo de dedicar a sua vida a Deus e à missão cristã, e, como a Virgem Maria, sacrificar a sua vida para os outros, ou seja, colocar em primeiro lugar os filhos e o marido, e não as suas aspirações pessoais.

No número 6 do boletim, está presente uma oração, que é um claro exemplo desta missão feminina:

---

<sup>54</sup> N. Monteiro, “Nossa Senhora, Menina e Moça”, in *Mocidade Portuguesa Feminina: boletim mensal*, n.º 49, maio de 1943, p. 8.

[...] que eu não tenha medo da vida rude e das missões onde se arrisca a vida; que eu não tenha medo das missões difíceis, das missões de responsabilidade e sobretudo que não tenha medo da bela aventura de um lar onde despertarão outras vidas novas.<sup>55</sup>

O elemento da fé cristã está bem visível em cada número do boletim e não só naqueles publicados no mês de maio, dedicado à Nossa Senhora; por exemplo, no número 12, que saiu em abril, em 1940, as leitoras encontraram um texto intitulado *Mãos que rezam*, que mostra o momento da oração como máxima conexão entre a alma e Deus; no último excerto do texto, a autora Coccinelle, pseudónimo utilizado várias vezes pela editora Joana Mendes Leal, dirige-se diretamente às mães, pedindo-lhes para ensinarem aos filhos a rezar: “juntai as mãos dos vossos filinhos nas vossas próprias mãos, ensinando-lhes a resar: Padre Nosso que estais no céus...”<sup>56</sup>.

Era importante educar, desde a infância, as crianças, para que elas pudessem, no futuro, abraçar os valores da religião cristã, e transformar-se em cidadãos portugueses, fiéis aos princípios da moral cristã. A religião era incutida como um dever e o culto da Virgem constituía a base para a concretização da imagem da mulher ideal: ela é mãe, esposa no espaço doméstico, mulher pura e devota, protetora da pátria, modelo por excelência para todas as mulheres, que, professando a fé cristã, realizavam também uma missão civil: servir a Deus significava servir a pátria.

Também a escolha linguística evocava, muitas vezes, o tom solene das celebrações religiosas nas Igrejas, tornando os textos apresentados em discursos que podiam ser proferidos por sacerdotes. No número 30 (1941) do boletim, por exemplo, aparece um artigo intitulado *Sim*; verifica-se, no artigo apresentado, uma união entre a filiada e os valores da Mocidade: “Deus e Portugal a entoarem – e como uma só voz: a Mocidade a responder: SIM”<sup>57</sup>.

A rapariga devia dizer sim à obediência, ao trabalho doméstico, à seriedade e ao serviço: “Habituar a alma: a consciência e o coração a salmodiar a cada instante a sublime

---

<sup>55</sup> G.A., “Senhor, queremos arriscar a vida”, in *Mocidade Portuguesa Feminina: boletim mensal*, n.º 90, outubro de 1946, p. 3.

<sup>56</sup> Coccinelle, “Mãos que rezam”, in *Mocidade Portuguesa Feminina: boletim mensal*, n.º 12, abril de 1940, p. 7.

<sup>57</sup> G.A., “Sim”, in *Mocidade Portuguesa Feminina: boletim mensal*, n.º 30, outubro de 1941, p. 3.

obediência de todos os SIM que ennobrecem, sobretudo nas pequeninas ocasiões, quando o dever é tudo, mas talvez ninguém dê por êle”<sup>58</sup>.

Tudo o que acontecia de positivo na vida das filiadas era considerado obra divina e nunca fruto do seu trabalho e empenho. Numa carta publicada no boletim, Ester dos Anjos Magalhães d’Oliveira, filiada da Mocidade, afirma que as raparigas não precisam de ser orgulhosas de si mesmas pelas boas notas, dado que foi graças a Deus que tal foi possível; foi Ele que abençoou os seus esforços e, portanto, é a Ele que se deve agradecer. A mesma ideia aparece na revista *Menina e Moça*, quando a autora do artigo *Educação no amor*<sup>59</sup>, a médica Helena Alexandra, destaca o conceito de feminilidade como condição de mulheres organizadas e dependentes da vontade de Deus.

A ideologia salazarista retoma a imagem da “Divina Providência”, que no âmbito teológico consiste na ideia de uma identidade suprema, capaz de governar a vida e os destinos de todas as pessoas e coisas no Universo. Esta conceção dos acontecimentos sempre caracterizou o nacionalismo português, acrescentando a presença da Divina Providência também na história da fundação de Portugal: terá sido o desígnio Divino que levou o Cristianismo e Portugal a expandir-se pelo mundo.

A relação entre religião e nação torna-se ponto fundamental desta análise. No número 14 do boletim (1940) destaca-se um artigo, que começa com as palavras “Meu Portugal” (destacado em negrito) e que salienta a união entre nacionalismo e fé cristã; verifica-se, portanto, uma compenetração dos dois planos temáticos, que mostra, mais uma vez, o passado de Portugal como algo de sagrado, coberto de glórias e protegido por Deus. No texto, aparecem expressões como “É sagrada, é sagrada esta ‘tira de Terra’ [...], fim e começo do Mundo”, “cobre-a lá do Alto, a bênção divina de Deus Nosso Senhor”<sup>60</sup>. Trata-se de um diálogo entre um fiel português, que tem curiosidade em conhecer a história da sua terra, e Portugal, que, personificado, fala em primeira pessoa da sua existência: “fui fiel”, “pequei também”, ou “lembro que [...]”<sup>61</sup>. A mensagem que se pretende transmitir é a importância do conhecimento da história de Portugal, especialmente dos heróis e dos santos que fizeram grande o país através da fé cristã e que se tornam em modelos de referência.

---

<sup>58</sup> Ibidem.

<sup>59</sup> H. Alexandra, “Educação no amor”, in *Menina e Moça*, n.º 253, dezembro de 1969, p. 12.

<sup>60</sup> G.A., “Sob a mão de Deus”, in *Mocidade Portuguesa Feminina: boletim mensal*, n.º 14, junho de 1940, p. 4.

<sup>61</sup> Ibidem.

No mesmo texto há expressões como “fazer cristandade”, “servi a Deus”, “fui cavaleiro do céu”, que mostram a fusão entre o plano religioso e o nacionalista, recuperando o conceito de cruzado que luta pela Pátria, em nome de Deus. A presença cristã da Virgem Maria cruza-se constantemente com a história de Portugal. O primeiro momento a ser mencionado é a fundação de Portugal, altura em que D. Afonso Henriques colocou o reino debaixo da tutela e proteção da Virgem Maria. Destaca-se, igualmente, a figura de D. João IV que, em 1640, proclamou padroeira do Reino a Imaculada Conceição; ou ainda a Nossa Senhora de Fátima, escolhida pelo povo português como protetora. O texto termina afirmando que foi a Virgem Santíssima que ajudou os heróis do passado na conquista de Portugal e que foi ela que assegurou a independência do país ao longo dos séculos. O artigo torna-se, portanto, um claro exemplo da importância do culto mariano na história portuguesa.

A revista *Menina e Moça* destaca não só a figura da Virgem na tradição portuguesa, mas também a representação da Nossa Senhora na arte indígena, e mostra, no número 221, (1966) a imagem de um menino africano com as mãos juntas para rezar (Cfr. Fig. 14 - Apêndice). O artigo mostra a universalidade da Virgem que, apesar de ser representada por cada povo de uma forma diferente, torna-se o símbolo da ternura humana e da graça divina.

Além da presença divina na história, o boletim propunha alguns temas relativos à vida quotidiana, analisando-os de acordo com o cristianismo: a ideia da morte, por exemplo, é apresentada como uma aproximação com Deus; o céu e como uma sensação de liberdade, e não uma visão macabra, cheia de medo e superstições; a transição para a morte representa a alma que acabava com a vida terrena e começa a vida ultraterrena, caracterizada por uma eterna felicidade.

Outro aspeto da quotidianidade, associado aos princípios da fé cristã, era constituído pelas celebrações religiosas, como o Natal, a Páscoa e a aparição dos santos e da Virgem aos fiéis. Todas estas comemorações deviam representar para as filiadas momentos de alegria e felicidade, como a véspera do Natal, que representava a festa cristã por excelência; no número 68 (1944) do boletim, assim como em todas as edições publicadas no mês de dezembro, todas as rubricas são dedicadas, totalmente, à celebração do Natal, dos artigos sobre a preparação para a consuada, aos conselhos para alindar os

presentes, ou ainda descrições dos presépios, símbolo de ternura na família portuguesa, contos, poesias e lendas sobre o Natal, e textos que abordam o tema do Natal na arte.

Além do Natal, os textos introduziam os propósitos para o novo ano: o boletim apresentou, a partir do número 33 (1942) até ao número 35 (1942), alguns artigos, sob o título *Programa*, que propunham os bons propósitos para o novo ano. Nos textos apareciam algumas palavras destacadas em negrito, como: *amar*, *cantar* e *crer* (Programa I), *Heroísmo*, *Santidade* (Programa II) e *Silêncio*, ou *Solidão* (Programa III). Eram estes os pontos principais da política do regime, impostos e utilizados como instrumentos de manipulação para obter uma sociedade aparentemente alegre, sem pensamentos negativos e sem uma atitude rebelde, em suma, um povo bem maleável.

No primeiro Programa, presente no número 33 do boletim, destacam-se em negrito, além dos termos *amar* e *cantar*, como já ficou mencionado, o verbo *crer*: “Crer com os olhos fechados e com os olhos abertos: crêr com o coração. Rapariga portuguesa: crêr então em Deus Senhor, em Cristo-Jesus, e na Sua Igreja eterna...”<sup>62</sup>. A ideologia salazarista consistia, de facto, numa forte fé cristã, que estava na base de todos os programas propostos para o novo ano; como no primeiro, assim no segundo Programa, publicado no número 34 do boletim, aparece um apelo a todas as raparigas da Mocidade, para que se tornassem heroínas e santas para servir o país e a Deus.

O terceiro Programa cria uma continuação com os outros dois, dado que menciona, mais uma vez, a relação que cada rapariga devia ter com Deus, o qual “não se encontra no meio do barulho. Nem está, nem fala. Não virá daqui que tantos de nós O não encontramos nem dentro, nem fora de nós?”<sup>63</sup>.

Os três Programas são introduzidos por referências a personagens da história e da literatura francesa, como o poeta Botrel, o escritor e historiador Daniel-Rops e o cardeal Richelieu. Aparece, além disso, como introdução dos três Programas, um poema escrito por Botrel, *Chanson de l’Echo*, que reitera os conselhos dados pela Mocidade para superar a tristeza presente no mundo: “Chante” “Crois”, “Aimer”, “J’aime, je chante et je crois”<sup>64</sup>.

Relacionados ao tema da fé cristã, no boletim da MPF, era frequente encontrar artigos que valorizavam o amor à pátria e o culto da nação. Portugal era representado como país glorioso e escolhido pela Providência. Para defender a pátria era essencial

---

<sup>62</sup> G. A., “Programa”, in *Mocidade Portuguesa Feminina: boletim mensal*, n.º 33, janeiro de 1942, p. 3.

<sup>63</sup> G. A., “Programa III”, in *Mocidade Portuguesa Feminina: boletim mensal*, n.º 34, março de 1942, p. 6.

<sup>64</sup> G. A., “Programa”, in *Mocidade Portuguesa Feminina: boletim mensal*, n.º 33, janeiro de 1942, p. 3.



conhecê-la, estudando os acontecimentos históricos, as personagens ilustres, as tradições e celebrações. O regime escolhia, entre os acontecimentos do passado, os que mais serviam para transmitir uma imagem perfeita do país: não havia nenhum artigo sobre crises económicas, fome, carestias ou sobre a violência imposta nas colónias portuguesas; cada palavra da revista tinha de infundir uma sensação de tranquilidade e serenidade.

Há textos que celebram datas históricas e há secções intituladas “Recordando o Passado”, em que se evocam celebrações importantes organizadas pela Mocidade Portuguesa Feminina, como a primeira reunião para a instituição da Obra das Mães pela Educação Nacional no dia 11 de julho de 1936, a Semana da Mãe, que se realizou em Lisboa de 8 a 14 de dezembro de 1938, ou ainda as comemorações de 28 de maio de 1938 na Avenida da Liberdade.

Era muito frequente também encontrar páginas dedicadas a manifestações culturais, como a *Exposição de pintura portuguesa dos Séculos XV e XVI* em 1940; o artigo começa assim:

TODAS as filiadas da “Mocidade Portuguesa” devem visitar a Exposição de Pintura Portuguesa dos séculos XV e XVI. [...] na maioria obras de carácter religioso, realizadas para figurar nos altares, outras representando pessoas de qualidade, dão-nos a mais clara idéia da vida íntima, da piedade, do valor, das aspirações da sociedade que criou e assistia a um dos mais notáveis e construtivos periodos da História de Portugal!<sup>65</sup>

Da mesma forma, e com o mesmo conteúdo, estava construído o texto *Museus*, no primeiro número da revista. A visita aos museus era considerada parte integrante da atividade escolar e da formação das filiadas, para assimilar a lição do glorioso passado português.

Também no número 46 (1943), o texto intitulado *Visitai os Museus!* encoraja as mulheres a visitar estes espaços artísticos, ou melhor, impele-as a visitar estes lugares, por motivos de cultura e devoção patriótica. Nos museus, reelaborando as palavras da

---

<sup>65</sup> A.P. Machado, “Exposição do mundo português”, in *Mocidade Portuguesa Feminina: boletim mensal*, n.º 14, junho de 1940, p. 11.

autora A.M.L., há obras de arte portuguesa que são verdadeiros hinos à pátria<sup>66</sup> e ao valor de personagens históricas como o navegador Gonçalves Zarco, a Rainha D. Leonor, o Rei D. João OV, Eça de Queiroz e D. José I. Vale a pena sublinhar a expressão que remata este texto: “*Alargai os horizontes do vosso pensamento! Pensai nas coisas belas!*”<sup>67</sup>.

Além da arte, os artigos das revistas exaltavam a história do teatro português, destacando nomes como Gil Vicente, Afonso Álvares, António Ribeiro Chiado, Baltasar Dias, António Prestes, Simão Machado e Sá de Miranda<sup>68</sup>.

Não só o regime incitava a conhecer o património artístico do país, mas também organizava atividades para verificar o conhecimento dos monumentos ou dos trajes de Portugal, como no número 89 do boletim, publicado em 1946, que propõe às filiadas o desafio de reconhecer, a partir de imagens, o local de origem de alguns trajes tradicionais e a diocese de pertença de algumas sés portuguesas. Para poder ganhar um livro como prémio, a resposta devia ser acompanhada pela descrição de uma lenda ou de um costume popular, que podia ser publicada no boletim. A Mocidade, com efeito, educava as raparigas também através de passatempos, em que podiam participar todas as mulheres.

Havia também cursos, como a *Formação Nacionalista*, promovidos pela associação feminina da Mocidade Portuguesa, que incentivavam o conhecimento das realidades históricas que deram origem à nação e tornar as raparigas indivíduos conscientes dos seus deveres de boas cristãs e portuguesas. A função era explicitamente a de

[i]ntegrar as jóvens portuguesas no Amor da Pátria e a despertar nelas o desejo de a Servir inculcando-lhes as Virtudes que devem cultivar para desempenharem o papel que lhes está reservado na renovação e engrandecimento de Portugal.<sup>69</sup>

Há algumas expressões destacadas em negrito no texto que valorizavam os pontos principais da formação, como “conhecer Portugal”, “Família”, “Nós temos uma doutrina

---

<sup>66</sup> A.M.L., “Visitai os Museus!”, in *Mocidade Portuguesa Feminina: boletim mensal*, n.º 46, fevereiro de 1943, p. 7.

<sup>67</sup> *Ibidem*.

<sup>68</sup> J.A.M. Leal, “A história do teatro português”, in *Menina e Moça*, n.º 80, março de 1954, p. [8].

<sup>69</sup> M.F. Ribeiro da, “Formação Nacionalista”, in *Mocidade Portuguesa Feminina: boletim mensal*, n.º 42, outubro de 1942, p. 7.

[...] e somos uma fôrça!”, “Grandes certezas da Revolução Nacional”, e “Deus, Pátria e família” (palavras que surgem todas grafadas em negrito). No texto sobre a apresentação deste curso, fala-se também de amar Portugal até ao sacrifício, atribuindo importância ao património lusitano, latino e cristão. Além disso, menciona-se o papel da mulher que, sendo o pilar da família, colabora no renascimento da pátria.

Outro elemento relacionado com o amor pela pátria é a referência constante de personagens ilustres da história, das quais são enfatizadas só algumas das características e das façanhas, ou seja, só aquelas que serviam ao regime para as exaltar e utilizar como modelo de comportamento. Eis algumas das personalidades presentes na revista: D. Teresa, beatificada pela Igreja pela sua devoção à vida religiosa; D. Luísa Francisca de Gusmão (1613-1666), nobre figura da história de Portugal, favorável à revolução de 1640 e protetora da sua pátria; Carolina Michaelis (1851-1925), considerada por Mendes dos Remédios (professor, político e reitor da Universidade de Coimbra), “a primeira cabeça feminina do mundo intelectual moderno”<sup>70</sup>; a francesa Elizabeth Leseur, a perfeita esposa, que se dedicava ao lar com grande distinção e amava o marido, apesar de ele não ser cristão; Branca de Gonta Colaço (1880-1945), poetisa portuguesa tocada pela graça de Deus; ou ainda Maria Amália Vaz de Carvalho (1847-1921).

Quase em cada publicação estava presente uma secção que visava descrever e apresentar uma personagem feminina da história, como modelo para as raparigas portuguesas. Na perspectiva do regime, não só era importante lembrar a grandeza da história portuguesa, mas também era fundamental concretizar o passado na época presente: a renovação salazarista não incluía uma propensão para o progresso e uma abertura ao que era novo e estrangeiro, mas, pelo contrário, consistia numa recuperação das tradições culturais do passado.

Isso se torna evidente em alguns textos da revista, como em *Ontem hoje e sempre*, no número 3 (1939), que põe em relação a antepassada, rapariga corajosa que se arma para vencer na vida, alheia a frivolidades e que não se esquece de ser mulher, com a rapariga da época, simples e apaixonada pela vida. A autora sublinha que a única diferença entre a menina do passado e a menina do Estado Novo estava no facto que a última tinha maior liberdade, e com uma instrução “quási igual senão já completamente

---

<sup>70</sup> D. Carvalho de, “Dum Rosário de Saudades”, in *Mocidade Portuguesa Feminina: boletim mensal*, n.º 35, março de 1942, p. 10.

igualada à do rapaz da sua época”<sup>71</sup>; apesar de ela valorizar esta igualdade entre o sexo feminino e masculino, é evidente que a maioria das mulheres viviam ainda numa condição de analfabetismo e o regime não as incentivava a estudar. De qualquer forma, a mulher do passado devia ser o modelo para a menina do presente: mãe atenciosa que tem coragem e que serve a sua Nação, através da educação dos filhos. Nunca se fala de mulher autónoma, emancipada, ou hábil em negociação.

Um título muito similar aparece no número 26 do boletim (1941), *Raparigas e Rapazes de hoje*; a autora Maria de Carvalho comenta a diferença entre os sexos masculino e feminino, afirmando que a mulher, apesar da possibilidade de entrar na sociedade, não deveria esquecer que acima de tudo está a dedicação para o seu lar, o seu marido e os seus filhos. Por outro lado, descreve o homem como indivíduo lutador e corajoso, fisiologicamente incapaz de mostrar a sua sensibilidade. A autora menciona as palavras de André Maurois, romancista e ensaísta francês, que declarou que “As mulheres só podem viver felizes num mundo afectivo”<sup>72</sup>, e reconhece esta afirmação como verdade eterna que o tempo não modifica, e que deve ser aceite por todos.

O almejado controlo de cada aspeto da vida feminina manifesta-se em algumas secções específicas da revista, que se mantêm presentes em todos os números, como “O Lar” e “Página das Lusitas”. As revistas femininas tornam-se verdadeiros manuais de normas, proibições, requisitos e obrigações, apresentados como simples conselhos para ter uma vida alegre. Desta forma, a mãe escravizada e submetida ao marido transforma-se em mãe feliz por servir o seu homem com a missão de sacrificar a sua vida pelos outros: “essa tão discutida felicidade é aquilo que construímos dia a dia, com todo o nosso esforço, com toda a nossa boa vontade, com todo o nosso sacrifício [...]. Porque é no sacrifício que nós encontramos e achamos resposta para uma infinidade de perguntas que parecem não terem solução”<sup>73</sup>.

Existia, em quase todas as publicações do boletim da Mocidade Portuguesa Feminina, uma pequena secção com o título “A lusita nunca deve”, que mostrava as atitudes que uma perfeita mulher portuguesa não devia ter. No número 6 (1939) lê-se:

---

<sup>71</sup> M. D’Eça, “Ontem hoje e sempre”, in *Mocidade Portuguesa Feminina: boletim mensal*, n.º 3, julho de 1939, p. 6.

<sup>72</sup> M. Carvalho de, “Raparigas e Rapazes de hoje”, in *Mocidade Portuguesa Feminina: boletim mensal*, n.º 26, junho de 1941, p. 5.

<sup>73</sup> H. Alexandra, “Educação no amor”, in *Menina e Moça*, n.º 253, dezembro de 1969, p. 13.

Deixar de ter as unhas limpiíssimas. Deixar de cumprir o melhor possível TODAS as suas obrigações diárias. Pôr os cotovêlos em cima da mesa durante as refeições. Estar sem fazer nada.<sup>74</sup>

Ou ainda no número 13, publicado em 1940:

A LUSITA NUNCA DEVE: desapontar aqueles que nela confiaram: é horrível deixar de merecer confiança; deixar de andar sempre muito lavandinha e arranjada: o desmazelo é o pior dos costumes; acostumar-se a cuspir: é nojento e ordinário; deixar de defenedr a sua Fé onde quer que a ataquem; esquecer que no cumprimento perfeito de todos os deveres está a Felicidade nesta vida; esquecer que a consciência clara é a alegria da alma.<sup>75</sup>

Todas estas frases parecem mandamentos, aos quais uma mulher não se pode subtrair; na prática, sugere-se que a mulher pode alcançar a felicidade só seguindo simples recomendações, relativas às boas maneiras, à cura da higiene pessoal e à fé cristã.

No número 93 (1947) há uma lista de dezasseis obrigações, breves e numeradas e quase sempre introduzidas pela palavra *não*, para enfatizar, ainda melhor, o papel da rapariga na sociedade; a lista devia incluir os propósitos para o Ano Novo, mas, em relação ao tom e à estrutura linguística utilizados, recorda os dez mandamentos entregues a Moisés; alguns exemplos:

[...]

4- Não me deixarei tentar pelo cinema quando tiver más informações dum filme.

[...]

6- Não andarei na rua com rapazaes atrás de mim.

7- Não perderei o tempo a falar ao telefone com todos os rapazes que cocheci na praia.

8- Não julgarei apaixonados por mim – nem ficarei eu própria apaixonada! – por todos os rapazes que dançaram comigo no baile.

---

<sup>74</sup> “A lusita nunca deve”, in *Mocidade Portuguesa Feminina: boletim mensal*, n.º 6, outubro de 1939, p. 9.

<sup>75</sup> “A lusita nunca deve”, in *Mocidade Portuguesa Feminina: boletim mensal*, n.º 13, maio de 1940, p. 11.

[...]

9- Não me vestirei de modo a parecer uma rapariga pouco séria.<sup>76</sup>

O mesmo princípio normativo aparece na revista *Menina e Moça*; no número 80, publicado em 1954, apresenta-se um artigo que mostra uma lista de sete pequenos defeitos, supostamente sem importância<sup>77</sup>, mas que, com o passar do tempo, como afirma o autor, se transformam nos sete pecados originais. De uma forma aparentemente inócua, o artigo propõe um pequeno exame de consciência, que se apresenta como algo de superficial, breve e para assentar ideias, mas que se transforma num aviso para ser uma boa mulher no futuro, que cumpre os princípios do regime. As normas de comportamento baseavam-se numa boa saúde e ordem da aparência física e recusavam a preguiça, o egoísmo e a vaidade.

Convém lembrar que no boletim da Mocidade também foi realizada uma secção com o título “O que nós queremos que as nossas raparigas sejam”, presente a partir do número 25 (1941) até ao 31 (1941); em cada publicação apresenta-se uma qualidade que as raparigas portuguesas deveriam ter. Elas tinham de ser verdadeiras, mas sem ofender os outros; amáveis; sãs, futuras mães de filhos sãos; novas, ou seja, entusiastas e puras; elegantes, quer dizer capazes de valorizar o que eram interiormente, nos gestos e nas atitudes, e não no vestuário, que não devia absolutamente chamar a atenção; e, por fim, ativas, para exercer as faculdades do corpo e do espírito.

Elas deviam ser ativas também através do sacrifício, que representava a máxima forma de devoção a Deus, ao marido, ao regime, à pátria e aos filhos. A sua missão era a de servir os outros, tal como salientado no texto *Grandesa e glória de servir*:

[...] **servir! A linda liberdade de servir! A linda alegria de servir!** E êste nosso tempo precisa tanto de almas disponíveis para todo o “servir”! É quasi só do que o mundo tem necessidade é de almas que se ponham ao incondicional serviço de tôda a fome e sêde de ideal, de justiça e de amor. [...] Rema, a bom remar, à procura da alegria total e verdadeira do Serviço que vai ser, que há-de ser, a tua vida toda.<sup>78</sup>

---

<sup>76</sup> “Prometer e cumprir!”, in *Mocidade Portuguesa Feminina: boletim mensal*, n.º 93, janeiro de 1947, p. 8.

<sup>77</sup> “Sete pequenos defeitos”, in *Menina e Moça*, n.º 80, março de 1954, p. [3].

<sup>78</sup> G.A. “Grandesa e Glória de servir”, in *Mocidade Portuguesa Feminina: boletim mensal*, n.º 26, junho de 1941, p. 3 (negrito no original).

Além de servir, a mulher tinha de aceitar o próprio destino, tal como foi traçado por Deus. Segundo o regime, da aceitação resultavam a harmonia e a felicidade; resignar-se era um remédio triste à falta de melhor.

Em relação com o conceito de aceitação, aparece, no número 93 (1947) do boletim, uma referência ao filme de desenhos animados de Walt Disney, *Branca de Neve e os sete anões* (Cfr. Fig. 15 - Apêndice), criado em 1938; a personagem da menina doce e gentil foi escolhida como base do artigo. Branca de Neve é o modelo da mulher ideal, que arruma a casa e prepara a comida para os homens que, pelo contrário, saem de casa para trabalhar. É este um dos modelos que acompanhou a infância de muitas meninas de todo o mundo, durante os anos 40 e não só. Esta personagem feminina é mencionada várias vezes nas páginas do boletim.

Cabe reparar que esta imprensa atribuía à mulher uma série de atributos e qualidades, sem lhe dar a possibilidade de escolher entre o que ela era capaz de fazer ou não. Entre as virtudes femininas contam-se a de adornar o quarto, dispor e enriquecer a casa, desde o arranjo da mesa de trabalho, aos quartos de dormir; ela embelezava o lar, graças à sua propensão artística e à educação para o bom gosto, capacidades atribuídas apenas à sensibilidade feminina.

Também na revista *Menina e Moça* aparece, repetidamente nos diferentes números, o símbolo do lar, como concretização do agregado familiar enquanto realidade sagrada. Por isso, em casa devem constar os elementos necessários à satisfação do espírito e ao bem-estar material aliando a beleza com o conforto<sup>79</sup>.

Todos estes conceitos tornam-se concretos e visíveis na sociedade: existiam, na Casa da Mocidade Portuguesa Feminina, em São João do Estoril, um Curso de Donas de Casa, para preparar a mulher nas suas competências domésticas. Além dos cursos, foi realizado o concurso Mulher Ideal Portuguesa, criado pela revista *Donas de Casa* em 1966, que consistia numa competição que avaliava não só a beleza da mulher, mas também as suas capacidades práticas, como saber cozinhar ou bordar.

Numa reportagem da RTP<sup>80</sup>, realizada pela jornalista Maria João Aguiar, em 1973, durante a sétima edição do concurso há uma clara explicação desta iniciativa; ela valoriza

---

<sup>79</sup> A. Neves das, “Tu e o lar”, in *Menina e Moça*, n.º 253, dezembro de 1969, p. 22.

<sup>80</sup> Arquivos RTP. *Concurso Mulher Ideal Portuguesa 1973*, online: <https://arquivos.rtp.pt/conteudos/concurso-mulher-ideal-portuguesa-1973/>.

a missão da mulher, pedra basilar da família e mostra as várias provas que cada uma das concorrentes devia enfrentar para chegar ao título de Mulher Ideal. Havia provas de culinária, onde cada mulher tinha de preparar um prato da própria região, uma prova de boas maneiras, que consistia na preparação e organização de uma mesa de jantar, com a criação de um centro de mesa floreal; ou ainda provas de coquetéis, costura e bordados.

As mulheres que participaram neste concurso apresentavam-se como pessoas sérias e responsáveis, e, portanto, capazes de governar, com ordem, o lar. A rapariga séria, segundo o regime, era aquela que fazia do lar o centro da sua vida e dava à família o primeiro lugar nas suas afeições e cuidados:

Uma rapariga séria deve ter amor pela casa. Não se aborrece de permanecer nela. E para que a casa lhe dê aquêlê aconchêgo que prende, gosta de cuidar pessoalmente do seu arranjo, do seu embelezamento e confôrto. [...] Uma rapariga séria não se julga humilhada ou infeliz com uma vassoura na mão. Os trabalhos caseiros na sua utilidade merecem-lhe todo o aprêço. [...] Aprende a limpar e a arrumar, a coser e a passar a ferro, e considera isto tudo não uma massada mas um ideal de utilidade e bondade.<sup>81</sup>

A seriedade é um valor que se coloca na base de diferentes artigos, indicando como é que a mulher devia ser para ser feliz; a revista transmitia às leitoras a mensagem de que os homens não escolhiam mulheres frívolas para se casar, mas raparigas sérias, que podiam cumprir os seus deveres de esposa. Além disso, a mulher não devia ter grandes ambições, senão a de servir os outros e educar as futuras gerações de portugueses.

O boletim não apresentava só os bons propósitos para o novo ano, mas fazia também um balanço do fim do ano, no mês de dezembro. No número 92, num destes balanços, a autora, Maria Benedita, critica a atitude de irresponsabilidade e inconsciência da mulher que, naquela época, queria trabalhar, usurpando o lugar do homem, mas sem adquirir “as fortes virtudes”<sup>82</sup> masculinas. Maria Benedita utiliza expressões depreciativas para mostrar às leitoras um modelo negativo de mulher, ou seja, a que

---

<sup>81</sup> Coccinelle, “Raparigas sérias. Vida familiar”, in *Mocidade Portuguesa Feminina: boletim mensal*, n.º 62, junho de 1944, p. 6.

<sup>82</sup> M. Benedita, “Balanço do fim do ano”, in *Mocidade Portuguesa Feminina: boletim mensal*, n.º 92, dezembro de 1946, p. 7 (atualização ortográfica nossa).



pretende ocupar um papel na sociedade, fora do lar. As mulheres ambiciosas e progressistas tornam-se indivíduos “fúteis”, “projeção de cinema”, “inúteis”, “inconsequentes, dispendiosas e egoístas”<sup>83</sup>. A autora atribui a este tipo de mulher, “eternas crianças”, a causa de todos os males da terra, afirmando, mais uma vez, que o dever da mulher era servir os outros, e não sonhar.

Segundo a ideologia do regime, a mulher não devia ter o interesse de participar na política do Estado, dado que ela já se ocupava da política no lar, espaço analisado, muitas vezes, como uma instituição política. Isto era, para a mulher, motivo de prestígio, dado que a ordem na sua casa era comparada com a ordem no Estado. No número 26 (1941) do boletim, no texto *Grandesa e glória de servir* mencionado anteriormente, sublinha este elemento utilizando, para o lugar da casa, palavras que pertencem ao âmbito da política, como “economia” e “dinheiro”.

Ao observar algumas das expressões utilizadas, faz-se visível a aproximação entre lar e Estado, uma vez que o discurso apresentado parece ser feito por uma personalidade política, com tom solene, para falar ao povo acerca da condição do próprio país, quando, na verdade, se trata de um texto escrito para as mulheres em relação à organização do lar: “A ordem é também método e disciplina. / Método na organização do trabalho. / Distribuir bem o tempo para fazer cada coisa na devida altura. / Sem ordem também não pode existir economia. A ordem economiza forças, tempo e dinheiro”<sup>84</sup>.

A missão política da mulher, no espaço doméstico, destaca-se também no número 220 da revista *Menina e Moça*, publicado em 1966, onde se afirma que a mulher, mesmo sem fazer política, não pode desinteressar-se da vida pública, mas tem de cooperar na defesa da família, nos bens económicos, na educação e cultura, contribuindo com a sua ação para o progresso da sociedade<sup>85</sup>.

A importância do espaço doméstico aparece, sobretudo, na rubrica do boletim da Mocidade Portuguesa Feminina, “Página das Lusitas”, onde os contos e rimas escritas por Maria Paula de Azevedo exprimiam, em forma literária, os mesmos princípios que o regime valorizava; pode-se tomar como exemplo o breve conto presente no número 13 (1940), intitulado *Maria José Ermida. A menina presumida*, que mostrava às leitoras um

---

<sup>83</sup> Ibidem.

<sup>84</sup> G.A., “Grandesa e Glória de servir”, in *Mocidade Portuguesa Feminina: boletim mensal*, n.º 26, junho de 1941, p. 3.

<sup>85</sup> “A mulher no mundo de hoje”, in *Menina e Moça*, n.º 220, novembro de 1966, p. 3.

modelo feminino negativo, pela sua presunção e excesso no vestuário; as raparigas da Mocidade, pelo contrário, deviam usar roupa simples e não chamativa.

Outra narrativa, dividida em vários episódios distribuídos ao longo de várias publicações, a partir do número 9 do boletim, tem o título *Aventuras de Rosa Teimosa* e abre-se com uma apresentação da protagonista, uma menina de dez anos chamada Rosa e apelidada de “Teimosa”, que vivia com os pais num pequeno bairro. Era generosa e muito bonita, mas tinha o defeito de ser teimosa e quando os pais lhe diziam para fazer uma coisa, ela sentia o desejo de fazer o contrário. As leitoras acompanhavam, episódio após episódio, a transformação da menina, que se torna cada mais responsável; o conto termina no número 17 do boletim com a alteração do nome da menina, que se torna “Rosa Bondosa”, por ser finalmente “uma rapariga sensata, estudiosa, bôa”<sup>86</sup>.

Destaca-se, então, mesmo nestes contos, a tentativa de transmitir uma mensagem educadora e forjar a mentalidade da juventude portuguesa por meio de personagens ficcionais, que fazem um percurso de crescimento para tornar-se modelos a emular. Já a partir dos títulos eram evidentes as características essenciais de cada figura, como por exemplo: *Era uma vez... a menina insatisfeita*<sup>87</sup>, *Era uma vez... as diabruras de Joaquina rabina*<sup>88</sup>, *A coragem de Tereza Telles*<sup>89</sup>, *Era uma vez... Violante a ignorante*<sup>90</sup>.

O conto *Uma rapariga simples*, que começa no número 95 (1947), tem como protagonista Guida, uma mulher que vestia de forma simples, com fato de saia e casaco, e que tinha cabelo cortado junto ao pescoço e ondeado. A sua amiga, Maria Luisa, era completamente o contrário: exageros na maneira de vestir, cabelo encaracolado e maquilhagem. A autora descreve a personagem de Guida como um modelo positivo, que se recusa a usar maquilhagem e trocar desnecessariamente de roupa, considerando estas ações absurdas: “Nem eu gostava. Nunca farei tal coisa; e então na minha idade! Oh Maria Luisa, que ridículo!”<sup>91</sup>.

---

<sup>86</sup> M.P. Azevedo de, “Rosa Teimosa”, in *Mocidade Portuguesa Feminina: boletim mensal*, n.º 17, setembro de 1940, p. 10.

<sup>87</sup> Idem, “Era uma vez... a menina insatisfeita”, in *Mocidade Portuguesa Feminina: boletim mensal*, n.º 2, junho de 1939, p. [11].

<sup>88</sup> Idem, “Era uma vez...as diabruras de Joaquina rabina”, in *Mocidade Portuguesa Feminina: boletim mensal*, n.º 4, agosto de 1939, p. [11].

<sup>89</sup> Idem, “A coragem de Tereza Telles”, in *Mocidade Portuguesa Feminina: boletim mensal*, n.º 18, outubro de 1940, p. [12].

<sup>90</sup> Idem, “Era uma vez... Violante a ignorante”, in *Mocidade Portuguesa Feminina: boletim mensal*, n.º 33, janeiro de 1942, p. [12].

<sup>91</sup> Idem, “Uma rapariga simples”, in *Mocidade Portuguesa Feminina: boletim mensal*, n.º 95, março de 1947, p. 11.

Também em *Menina e Moça* aparecem vários contos, sobretudo nas últimas páginas da revista, que tentam transmitir um modelo de comportamento para as leitoras, como por exemplo o texto *Um marido ideal*, escrito por Adriana Rodrigues e publicado em 1954, que mostra às raparigas a missão feminina depois do casamento:

[...] o verdadeiro lugar da mulher é dentro da casa: Governando-a, administrando-a. Há por esse mundo fora milhões de mulheres que diariamente fazem autênticos milagres para equilibrar os orçamentos, e sempre com um sorriso nos lábios, e graças a ele e ao seu esforço conquistam o mais alto pináculo da glória: um lugar juntamente enraizado no coração dos maridos, a ternura e veneração dos filhos; a admiração dos que as rodeiam...<sup>92</sup>

A leitura destes materiais de ficção incluídos nas revistas torna-se, de facto, num instrumento para educar as raparigas, embora, aparentemente, possa parecer um simples momento de lazer.

#### **II.4. Estratégias verbais e visuais nas revistas femininas**

A linguagem foi um elemento essencial para a divulgação das ideias do regime, não só em Portugal, mas também em Itália e na Alemanha, com as ditaduras de Mussolini e Hitler, e em outros regimes autoritários. Nas revistas, assim como em manuais e livros, as palavras, o tom e a própria forma dos termos desempenharam, sem dúvida, um papel essencial de propaganda e manipulação. O boletim utilizava palavras que se apresentavam sinceras, para que as leitoras se pudessem reconhecer nelas, assim como se utilizavam estratégias verbais para criar uma relação mais íntima entre leitora e autora: já a partir dos títulos nota-se esta aproximação, dado que muitos textos são introduzidos por termos como “amigas”, “queridas” ou “companheira”.

No número 78 do boletim, publicado em 1945, surge um texto, intitulado *Falemos como amigas*, que utiliza palavras e expressões que fazem parte da oralidade; esta técnica

---

<sup>92</sup> A. Rodrigues, “Um marido ideal”, in *Menina e Moça*, n.º 80, março de 1954, p. [18].

era utilizada para criar uma proximidade adicional entre as autoras e as leitoras e, quase que reconstruindo um diálogo entre amigas; não é por acaso que se utiliza, além da segunda pessoa pronominal, um tratamento informal. No texto há construções como “Vamos, Laura, deixa-te de tolices”, ou ainda formas interrogativas como “Pedante e sábia quem te suporta?” e interjeições típicas da oralidade como “ui!”. A partir de uma linguagem eficaz, a autora confronta a leitora com um modelo feminino negativo e apresenta-o numa perspetiva crítica, numa visão muito conservadora de mulher que não admite desejos de emancipação, e fá-lo como se estivesse a falar com um grupo de amigas.

A autora, Maria Benedita, transforma uma rapariga culta que fala de literatura e dos problemas sociais de forma consciente, num indivíduo pedante, degenerado, sabichão e insuportável. Além disso, critica o termo “feminista”, que “massa tôda a gente”, enquanto valoriza o termo “feminina”, afirmando que a mulher devia ser tal para estar em harmonia com o mundo; a humildade, a simplicidade e a graça vencem contra a instrução e a ciência: “quando o cérebro lhe toma o lugar de coração é porque está bastante degenerada”<sup>93</sup>.

Outra estratégia para criar esta aproximação e uma sensação de familiaridade entre emissora e destinatárias, consiste no uso dos adjetivos possessivos, sobretudo *nosso*, declinado em todas as suas formas. Não é por acaso que no primeiro número do boletim da *Mocidade Portuguesa Feminina*, no texto *À conquista do ideal*<sup>94</sup> (Cfr. Fig. 16 - Apêndice), a autora começa utilizando o adjetivo *vosso*, como no caso de “o vosso jornal”, “o vosso coração”, mas, logo depois, transforma estas expressões em “o nosso jornal”, “nossa História”, induzindo um sentimento de pertença a um grupo, onde os membros têm características em comum e compartilham o mesmo ideal. Algo parecido acontece também com o pronome pessoal *tu*, forma de tratamento típica de uma relação de familiaridade, proximidade e intimidade.

A força persuasiva das palavras, viradas a reforçar valores de caridade, pobreza e abnegação, funde-se com a simplicidade dos termos: a destinatária da mensagem era essencialmente a mulher da burguesia portuguesa, portanto era necessário utilizar

---

<sup>93</sup> M. Benedita, “Falemos como amigas”, in *Mocidade Portuguesa Feminina: boletim mensal*, n.º 78, outubro de 1945, p. 6.

<sup>94</sup> G., “À conquista do ideal”, in *Mocidade Portuguesa Feminina: boletim mensal*, n.º 1, maio de 1939, p. 6.

palavras não demasiado cultas, mas mantendo um registo apropriado e evitando gírias. Além disso, nas páginas da revista nunca aparecem estrangeirismos, em sintonia com uma visão nacionalista mesmo em relação ao idioma. No artigo *Em defesa da nossa linguagem*, a autora chega a redigir uma lista de termos que não foram traduzidos para português; começa-se com nomes de tecidos, como *crêpe de chine*, *georgette*, *crépon*, *chiffon*, *armure*, até chegar à gama de tons das cores, como o *brique*, o *grenat*, o *tête de nègre*<sup>95</sup>. A lista continua com termos relativos ao vestuário, às joias e aos utensílios da casa e no final do texto a autora condena todas as pessoas que não valorizam a língua portuguesa:

Hesitem, submetem-se a influência estranhas. Mas que nós, descobridores do Mundo e fundadores de impérios, nos deixemos civar (?) dêsses vícios, não ergamos alto o estandarte da nossa independência linguística, nos abastardemos a ponto de termos vergonha dêste rico instrumento de cultura que é a língua portuguesa, francamente, é loucura, ou vezânia.<sup>96</sup>

O artigo termina convidando as raparigas a procurar os termos esquecidos, usados pelas avós, para serem boas portuguesas. A questão da língua aparece também no número 71 (1945), onde se menciona João de Barros, pioneiro da gramática da língua portuguesa, para mostrar as qualidades, belezas e vantagens do idioma nacional, que as raparigas da MPF deviam resgatar: “como guarda vigilante dos lares e das tradições da Nossa Terra, que tarefa linda no entesourar, no arrecadar de tanta riqueza perdida!”<sup>97</sup>.

A língua constituía, efetivamente, um dos fundamentos principais da identificação de um povo e, portanto, o regime salazarista defendia o uso da língua portuguesa como instrumento de consolidação do nacionalismo. Recuperam-se, então, elementos linguísticos do passado e tenta-se dar uma explicação da origem de alguns estrangeirismos, como no caso da palavra *Macadam*, um tipo de pavimentação para as

---

<sup>95</sup> E.V., “Em defesa da nossa linguagem”, in *Mocidade Portuguesa Feminina: boletim mensal*, n.º 78, outubro de 1945, p. 12.

<sup>96</sup> *Ibidem*.

<sup>97</sup> E.V., “Em Louvor da língua portuguesa”, in *Mocidade Portuguesa Feminina: boletim mensal*, n.º 71, março de 1945, p. 6.

estradas, desenvolvido pelo engenheiro Mac Adam; *bechamel*, o molho criado pelo marquês Louis Bechamell; ou, ainda, *sandwich*, cujo nome se deve a Lord Sandwich.

Além de um eficaz uso de todos os recursos da língua, a imprensa também utilizava as imagens como instrumentos para representar e veicular conceitos, sensações e mensagens. As ilustrações tornam concreta uma ideia; por exemplo, enquanto as palavras descrevem a perfeita dona de casa por meio de listas sobre o que ela tem de fazer para limpar a casa, são as imagens que tornam real esta ideia, ilustrando a mulher alegre e sorridente que arruma a casa, prepara a comida ou cuida dos filhos.

No boletim foram utilizados não só desenhos a lápis, mas também fotos que reproduziam a vida quotidiana da mulher portuguesa durante o período do regime. Havia sempre imagens que transmitiam às leitoras uma sensação de serenidade e tranquilidade, e o mesmo acontecia também na capa da revista: nunca apareciam meninas e mulheres tristes ou melancólicas. Analisando as capas das noventa e seis revistas, destaca-se a constante presença da figura feminina conforme ao ideal defendido pelo regime: meninas que brincam com bonecas ou que rezam, raparigas da Mocidade Portuguesa Feminina que vestem o uniforme da organização, mães que cuidam das crianças, mulheres com trajas tradicionais, personagens da história portuguesa como D. Felipa de Lencastre<sup>98</sup>, protetora da MPF, ou ainda a Virgem Maria que aparece em Fátima. Desde o primeiro impacto da capa, é transmitido o ideal da perfeita mulher portuguesa, devota aos princípios cristãos, à sua nação e aos seus deveres de mãe. A capa antecipa o conteúdo do boletim, e oferece às leitoras exemplos de situações da vida de todos os dias das filiadas (Cfr. Fig. 17, 18, 19, 20 e 21).

Quanto à função educativa das ilustrações, elas serviam para mostrar o que uma rapariga tinha ou não de fazer. Por exemplo, no número 94 (1947) do boletim, a página, intitulada *Que feio quadro!* (Cfr. Fig. 22 - Apêndice) transforma-se numa parede, onde estão pendurados seis pequenos quadros; cada um deles ilustra um comportamento errado, como pentear-se em público, sentar-se sem compostura, pôr-se à janela de roupão ou fazer gestos pretensiosos com as mãos. Neste caso a imagem reforça a mensagem das palavras e torna concreta uma situação.

---

<sup>98</sup> D. Felipa de Lencastre nasceu em 1360 em Leicester, no Reino Unido. Foi rainha de Portugal graças ao casamento com o rei D. João I em 1387. A união luso-inglesa selou uma aliança contra Castela. Ela era uma mulher culta que teve seis filhos. Morreu em 1415.

O mesmo processo encontra-se na revista *Menina e Moça*, no número 223, publicado em 1967, onde as ilustrações foram utilizadas para indicar como é que uma rapariga tinha de sentar-se para evitar posições deselegantes com saias curtas. Cada imagem aparecia acompanhada pelo título “Sim” e “Não”, que indicavam, respetivamente, as ações recomendadas e as posições inelegantes a evitar. A revista mostrava como sentar-se numa cadeira, cruzar as pernas, sentar-se num sofá ou sair de um carro pequeno (Cfr. Fig. 23 - Apêndice):

SIM. A curva do joelho deve pousar sobre a ponta do outro joelho, o pé estendido para a frente, e os braços à vontade.

NÃO. As pernas cruzadas muito no alto deixam ver o fim da saia (sic) e talvez mais ainda... Sempre feio!...

SIM. Volta-te, e procura sair com as duas pernas ao mesmo tempo, levantando... o traseiro. Um bom truque é esconder as pernas pondo a mala de mão em frente.

NÃO. Não é elegante nem conveniente afastar assim as pernas<sup>99</sup>.

Na secção “Trabalhos de Mãos”, presente no boletim, a autora expõe na página a ilustração do resultado final do trabalho, ou explica, por meio de simples esboços, os procedimentos necessários para a realização do objeto. Graças à imagem, a leitora consegue também compreender melhor os conselhos práticos. No número 22 (1941) do boletim, por exemplo, há uma clara explicação para a realização de uma toalha em ponto de cruz; a mulher pode ler as instruções e também verificar o seu trabalho, observando a figura na parte inferior da página (Cfr. Fig. 24 - Apêndice).

Salienta-se também a importância, a nível visual, que é dada às decorações, da imagem no fundo e do carácter gráfico, dado que estes mudam em relação ao assunto principal da página; por exemplo nos artigos que abordam os aspetos históricos, aparecem uma grafia similar àquela dos textos medievais, com as letras grandes, com formas quadradas, para recuperar a grandeza do passado. Nas páginas sobre os trabalhos manuais e domésticos aparecem uma letra mais elegante, com a presença de decorações floreadas e da natureza. Há um grande cuidado e criatividade na parte gráfica, tanto que nunca há um

---

<sup>99</sup> “Saia curta”, in *Menina e Moça*, n.º 223, fevereiro de 1967, p. 13.

título que seja igual aos outros, em termos de tamanho, fonte, disposição no espaço e orientação. Tudo isso fazia com que a leitura da revista não fosse aborrecida; de resto, o seu fim era educar as mulheres, através do entretenimento. O boletim, guia prática de obrigações e proibições impostas pelo regime, transforma-se em leitura simples para passar o tempo.

Outra estratégia utilizada nestas revistas para a educação das mulheres era a publicação de artigos sobre obras artísticas realizadas por importantes pintores internacionais. Além do texto escrito, recorria-se à reprodução do quadro, para que as leitoras pudessem ter uma visão mais clara da imagem; isso acontece com a Gioconda de Leonardo da Vinci, retrato que se transforma no símbolo não só de beleza física, mas também de beleza espiritual e moral. No boletim há um texto, intitulado *Bondade e Paciência. Bezas da alma reflectidas no rosto*<sup>100</sup> (Cfr. Fig. 25 - Apêndice), que descreve como no sorriso misterioso e na postura solene da Mona Liza, o pintor conseguiu encerrar as virtudes femininas, como o equilíbrio, o rigor, a simplicidade e a tranquilidade de espírito.

A própria publicidade transforma-se em instrumento de manipulação e veiculação de mensagens. As agências de publicidade estavam condicionadas pela ideologia do Estado Novo, como no caso da Êxito, uma das maiores agências da década de 1960, que privilegiava o meio da imprensa para a publicação dos seus anúncios. Para o lançamento do gás butano da Cidla, em 1964, foram elaborados seis cartazes que mostravam figurinhas de mulheres que trabalhavam em diferentes espaços da casa, como na cozinha e na casa de banho (Cfr. Fig. 26 e 27 - Apêndice). Outra publicidade do mesmo produto ilustra, pelo contrário, um homem que, bem vestido, está prestes a comer o prato que a mulher preparou para a família, mostrando a divisão dos papéis sociais e de género; ou, ainda, outra apresenta uma figura masculina que se diverte ao ar livre, na montanha, no campo e na praia (Cfr. Fig. 28 - Apêndice). Não há nenhuma imagem feminina, porém, que descansa ou que apanha sol. Seria preciso chegar aos anos 70, período de mudanças em Portugal, para que a mulher deixasse de ser a “fada do lar”, para se tornar símbolo de elegância e beleza, representada em imagens que mostram uma figura feminina transgressora e objeto de desejo.

---

<sup>100</sup> M. Benedita, “Bondade e Paciência. Bezas da alma reflectidas no rosto”, in *Mocidade Portuguesa Feminina: boletim mensal*, n.º 72, abril de 1945, p. [6].



Até então, a maioria dos anúncios retratava a mulher como um fantoche sorridente, intérprete dos valores promovidos pelo regime, trabalhando em casa e feliz com a sua missão; as publicidades mostravam mulheres que usavam produtos para lavar a roupa e homens que, satisfeitos com o resultado, usavam camisas limpas e de aspeto impecável. Um exemplo é dado pela famosa marca do sabão OMO, o “milagre azul” (Cfr. Fig. 29 e 30 - Apêndice), detergente que apareceu em várias páginas de revistas, sempre com imagens que ilustravam mulheres que usavam este produto, e homens que concorriam entre si, para ter a camisa mais branca.

A publicidade sempre foi espelho da sociedade e, portanto, atenta às mudanças sociais. Vale a pena mencionar a marca de uma farinha portuguesa dos anos 50, exportada no Brasil, que apresentava o produto usando a violência doméstica como estratégia da publicidade: “Seu marido bate-lhe!? e não pode com a força dele? Pois então tome farinha de Fava [...] e verá como cria forças para até o atirar pela janela” (Cfr. Fig. 30 - Apêndice). Apesar de o anúncio não denunciar a violência doméstica, que pelo contrário é naturalizada, ele mostrava ao público uma mulher que não aceitava o comportamento violento do marido e que sentia a necessidade de se defender.

Analisando, de forma geral, os anúncios publicitários portugueses, entre as décadas de 1940 e 1960, destaca-se uma constante separação entre o papel da mulher e o do homem. A imprensa teve um papel essencial na atividade publicitária, sobretudo antes da década de 1970, ou seja, antes da penetração da televisão na sociedade portuguesa. A Rádio Televisão Portuguesa (RTP) foi oficialmente instituída em 1955, mas só a partir de meados da década de 1960 o sinal da televisão atingiu uma percentagem significativa da população portuguesa.

Os anos 70 coincidiram também com a decadência da ideologia salazarista e com um desenvolvimento acelerado do progresso e do capitalismo; a publicidade deixa então de transmitir valores tradicionais e abre-se ao luxo, ao conformismo, à concorrência e ao conforto. Se nos anos 50 a publicidade mostrava uma mulher que cuidava da família, nos anos 70, passa a representar figuras femininas sedutoras e símbolos de perfeição estética.

## CAPÍTULO III

### Uma nova imagem de mulher em *Crónica Feminina*

#### III.1. As revistas femininas entre emancipação e estagnação social

Com a instauração do Estado Novo, a tentativa de emancipação feminina, propiciada pela Primeira República, foi interrompida pelo regime, que, por meio da censura, limitava a circulação de qualquer tipo de material que pudesse transmitir uma ideologia diferente daquela do Estado.

O conteúdo das revistas femininas, publicadas durante o Estado Novo, apesar de apresentar questões acerca dos direitos civis femininos, acabava por ser bastante influenciado pela ideologia salazarista, enraizada na mentalidade da sociedade. Se por um lado a imprensa demonstrou uma certa coragem no que diz respeito à mensagem de modernidade que as revistas queriam passar, por outro lado, teve dificuldades em concretizar, completamente, um novo ideal de mulher portuguesa autónoma e que não dependia do lar. Destaca-se, de facto, que a maioria das revistas femininas, não fomentadas pelo regime, promoviam questões como o divórcio e o trabalho feminino, mas ainda incentivavam o papel da dona de casa.

A escritora portuguesa Isabel de Nóbrega (1925-2021), a este respeito, destaca que a sociedade portuguesa do passado mostrava a figura feminina como rainha da casa, membro essencial para o funcionamento da família, mas, ao fazê-lo, transformava-a, inconscientemente, num indivíduo com uma autonomia limitada:

A sociedade é dos homens, dos homens que elegeram a mulher rainha do lar para que se tornasse afinal escrava do lar. Dos homens que parecendo venerá-la como esposa e mãe, a situam à escala de simples objecto de prazer. Dos homens que, pregando a sua protecção, decretam

leis que a deixam desprotegida ou que então cerceiam e limitam a sua autonomia.<sup>101</sup>

A imprensa feminina publica, já a partir dos anos do regime, artigos sobre moda, beleza, saúde e feminilidade, demonstrando uma abertura à modernidade, mas, por outro lado, as revistas mantêm a figura feminina como objeto de beleza para agradar ao homem, para bem cozinhar e tirar nódoas<sup>102</sup>.

O conteúdo temático, assim como as imagens utilizadas nas páginas das revistas analisadas, refletiam mulheres modernas, independentes e sedutoras. Contudo o modelo feminino apresentado está ainda longe de ultrapassar a mentalidade patriarcal enraizada na sociedade portuguesa. De facto, a contraposição entre uma possível abertura à modernidade e um modelo impresso nas consciências continuará a existir também depois do 25 de abril de 1974.

Entre as revistas que tentaram sugerir um novo ideal da mulher, houve *Portugal Feminino*; o seu primeiro número foi publicado em 1930, enquanto o último saiu em 1937, num total de oitenta e cinco publicações. A diretora e proprietária foi Maria Amélia Teixeira, poetisa que, em 1931, aderiu ao Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas, uma organização feminista criada por Adelaide Cabete<sup>103</sup> (1867-1935) em 1914; também fez parte da Comissão de Arte e da revista *Alma Feminina*.

A publicação, literária e informativa, era dirigida principalmente à mulher da alta burguesia, para estimular a sua vida cultural e a sua educação. Colaborou para a publicação dos artigos também Elina Guimarães<sup>104</sup> (1904-1991), que se dedicou sobretudo ao tema do feminismo numa específica rubrica do periódico, realizando textos sobre os direitos da mulher ao voto e à educação.

Na primeira página, além dos nomes dos responsáveis para a publicação, aparecem as palavras “Visado pela comissão de censura”. O número, analisado

---

<sup>101</sup> Comunicação num colóquio organizado pela secção cultural da Associação Académica da Faculdade de Direito de Lisboa, citada em M. Tavares, *op. cit.*, p. 151.

<sup>102</sup> *Ibidem*, p. 207.

<sup>103</sup> Adelaide de Jesus Damas Brazão Cabete foi médica obstetra, ginecologista e professora portuguesa. Liderou a Liga Republicana das Mulheres Portuguesas e lutou pelos direitos políticos e educacionais da mulher. Reivindicou o direito ao voto feminino e à licença de maternidade. Faleceu em 1935 em Lisboa.

<sup>104</sup> Elina Júlia Chaves Pereira Guimarães foi escritora e jurista portuguesa. Era filha de um republicano, portanto a sua infância foi marcada pela presença constante da política. Dedicou a sua vida à defesa dos direitos da mulher e participou de várias iniciativas e fez parte do Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas (CNMP) e do Congresso Feminista e da Educação.

integralmente para esta pesquisa, foi, de facto, publicado nos anos 30, num momento em que a censura já estava ativa em todo o território português. De facto, os assuntos tratados nos artigos desta publicação, revelam uma dificuldade em mostrar, totalmente, uma abertura à modernidade e ao progresso.

As publicações de *Portugal Feminino* eram dirigidas não só a Portugal, mas também às suas colónias; o fim era oferecer uma visão positiva de Portugal, rico em história e paisagens naturais, também aos portugueses fora do próprio país.

Quanto à estrutura da revista, havia uma secção dedicada às figuras femininas do passado, como no caso do artigo sobre D. Isabel de Ornelas, descrita como uma grande figura de mulher que, “mais ainda do que a aristocracia do sangue, teve a ilustrá-la a fidalguia da alma onde floriram as mais raras virtudes do espírito cristão”<sup>105</sup>. Sublinha-se aí a sua vida caracterizada por renúncias e dores, ao serviço dos mais pobres; ela, de facto, fundou, em Lisboa, a Hora de Arte, ou seja, uma proposta de encontros musicais, palestras e conferências para todos, mas sobretudo para os trabalhadores que não tinham dinheiro suficiente para participar nos eventos artísticos mais caros.

Na descrição desta personagem destaca-se o maior propósito da sua existência, através do qual ela comentava todos os acontecimentos da sua vida social, ou seja, não ofender a Deus. Mais uma vez, portanto, aparece a figura devota a Deus, que se torna um modelo para todas as mulheres, independentemente da classe social. No texto, as renúncias, os sacrifícios, e os valores cristãos são representados como exemplos de grandeza moral e de missão, numa vida consagrada ao serviço de Deus.

*Portugal Feminino* retoma, por uma parte, alguns elementos da tradição cristã, mas estabelece, por outra parte, novos princípios relativos ao papel civil da mulher. Textos como *Um Congresso Feminista* e *A mulher e o direito do voto*, mostram um primeiro impacto com as questões femininas, mas acabam por ocupar, no periódico, um espaço reduzido e limitado: apenas uma página e meia dentro de uma revista que tem, aproximadamente, trinta e cinco páginas.

Para a elaboração dos textos desta secção, trabalhou, além de Elina Guimarães, também Bertha Lutz<sup>106</sup>. A primeira escreveu diferentes artigos na secção “Página

---

<sup>105</sup> O. Guerra, “D. Isabel de Ornelas”, in *Portugal Feminino*, n.º 17, junho de 1931, p. 4.

<sup>106</sup> Berta Lutz, zoóloga de profissão, foi uma líder na luta pelos direitos políticos das mulheres no Brasil. Ela criou a Liga para a Emancipação Intelectual da Mulher em 1919 e em 1922 organizou o I Congresso Internacional Feminista no Rio de Janeiro.

Feminista”, destacando a educação e os direitos políticos e civis da mulher. No texto *A mulher e o direito do voto*, ela incentivou as mulheres portuguesas que o poderiam fazer a votar para cumprirem o seu dever de cidadãs, como forma de respeito por quem lutou, corajosamente, pelos direitos femininos.

Elina Guimarães recorre à figura da dona de casa, ilustrada frequentemente nas revistas do regime, para criar um paralelismo entre a missão de ser uma boa mulher que trabalha em casa e o dever de ser uma boa cidadã que participa nas eleições: “Não cumprir o dever de cidadã é tão censurável como não cumprir os de dona de casa ou de educadora”<sup>107</sup>.

E acrescenta, acerca da necessidade da mulher portuguesa de ter interesse pelas questões políticas e civis:

O desinterêsse da mulher portuguesa pelos direitos agora conferidos seria não só o abandono de um efficacissimo meio de exercer uma acção benéfica e ainda a inutilização dos esforços isolados, sim, mas tão corajosos, que tanto espíritos de boa vontade vêem fazendo em seu favor. Seria sobretudo um terrível argumento para os nossos adversários, tão prontos a acusar o sexo feminino de frivolidade e apatia em face das questões de ordem geral.<sup>108</sup>

A autora no artigo menciona a figura emblemática de Carolina Beatriz Ângelo, médica e feminista portuguesa, que foi a primeira mulher a votar em Portugal durante as eleições da Assembleia Constituinte, em 1911; além disso, Elina Guimarães consegue, com palavras diretas e sinceras, transmitir às leitoras a nova missão feminina, ou seja, o dever de votar nos próprios representantes e tornar-se eleitoras conscientes e honradas por ter um papel civil, tão importante, na sociedade.

Se, por um lado, a revista concede aos assuntos relacionados com a tentativa de emancipação feminina um espaço limitado, por outro lado dedica, em cada publicação, mais de uma secção aos trabalhos manuais, como no caso do texto *Rendas de Portugal*, que explica como realizar rendas de bilros, ou de “crochet”, a fim de valorizar a arte portuguesa através de artefactos; ou ainda “Os nossos bordados”, que oferece à mulher

---

<sup>107</sup> E. Guimarães, “A mulher e o direito do voto”, in *Portugal Feminino*, n.º 17, junho de 1931, p. 13.

<sup>108</sup> *Ibidem*.

simples conselhos para criar, por exemplo, o bordado de um conjunto para a merenda, ou para bordar uma almofada realizada com pano de linho.

Ainda dentro da temática da organização da casa, havia outra secção anónima, “A Arte no Lar”, que exortava as mulheres a mobilar a casa com máxima originalidade e sempre com bom gosto. A decoração do lar basear-se-ia na simplicidade e na economia, sem necessidade por parte da mulher de recorrer a folhos e decorações excessivas.

Esta revista, como já mencionado, dirigia-se principalmente à mulher da alta burguesia, que tinha a possibilidade económica e o tempo de cuidar da beleza e do seu corpo; havia artigos como *A moda em Paris* ou *Academia Scientifica de Beleza*, com fotos de mulheres ricas que usavam vestidos caros e elegantes, que mostravam uma nova figuração do corpo feminino.

Com efeito, *Portugal Feminino* introduz um novo modelo de mulher, que usa produtos cosméticos, pinta o cabelo e altera o seu corpo para exaltar a sua beleza; ao contrário da filiada da Mocidade Feminina Portuguesa, mulher que, segundo a lógica da organização, podia ser elegante apenas graças à sua simplicidade e bom coração.

No artigo *Academia Scientifica de Beleza*, acima mencionado, apresentam-se métodos para tirar as rugas, e os defeitos da pele, para corrigir as formas do corpo, desenvolver os seios ou afinar as sobrancelhas. Além disso, faz-se uma lista de todos os produtos que a “larga clientela entre as senhoras da primeira sociedade portuguesa e brasileira”<sup>109</sup> podiam comprar, como tónicos para os cabelos, brilhantinas, loções, tinturas ou produtos para a higiene.

O mundo da moda portuguesa foi influenciado por novas tendências, provenientes, sobretudo, da França. A revista mostrava fotos de mulheres que usavam vestidos de noite, sombrinhas de renda, vestidos de seda e chapéus vistosos. Também o léxico da moda tinha uma influência francesa e se as revistas da Mocidade preferiam a tradução de termos estrangeiros para a língua portuguesa, pelo contrário *Portugal Feminino* acentua o uso do francês, mencionando, entre outras, as palavras que não pertencem ao léxico português, como, por exemplo: “paille”, “crepe georgette”, “cysel”, “Ensemble”, “mousseline imprimée”, e “lamé argent”<sup>110</sup>.

---

<sup>109</sup> “Academia Scientifica de Beleza”, in *Portugal Feminino*, n.º 17, junho de 1931, p. [34].

<sup>110</sup> “A moda em Paris”, in *Portugal Feminino*, n.º 17, junho de 1931, pp. 16-17.

Outro conceito que vale a pena mencionar surge no anúncio de uma nova máquina de escrever, mais fácil de usar e que conservava limpas as palavras, produzindo a dactilografia mais bela. Frases como “aquela horrível fadiga que no fim do dia torna a vida pesada e triste”, “lindo trabalho e saúde sem esforço”, ou “princípios mecânicos absolutamente novos”<sup>111</sup> poderiam ser as palavras do anúncio de uma máquina de lavar, onde se apresentavam todas as vantagens do novo produto.

Evidencia-se, mais em geral, a atenção para a educação da mulher abastada, que tem de saber ler e escrever, também por meio de outros anúncios e iniciativas, como o Curso A.F.C. de Redação Literária, publicitado neste número da revista, para aprender a redigir um texto, saber compor narrativas e aperfeiçoar os conhecimentos de literatura portuguesa.

Se a moda portuguesa foi influenciada pela França, o cinema, também muito presente, foi caracterizado pela presença norte-americana; na revista aparece o anúncio da marca de cinema Paramount Films, a marca que “todo o mundo aclama”<sup>112</sup> (Cfr. Fig. 32 - Apêndice), que evidencia a abertura aos meios de comunicação internacionais. Os filmes mencionados foram realizados nos Estados Unidos por diretores dos EUA, por exemplo, na década de 1930, surgem *Monte Carlo*, *Rango*, *A Desonrada*, todos eles produtos do cinema norte-americano que se popularizam em Portugal, também graças à presença das revistas femininas.

Outra revista significativa foi *Modas & Bordados*, que publicou, apesar do controlo da censura, textos sobre as condições de trabalho e de falta de formação, denunciando, em termos políticos, alguns jornais que dedicavam às mulheres artigos fúteis, sem terem a capacidade de valorizar as capacidades femininas. A revista nasceu como suplemento semanal de *O Século* em 1912, e, durante os anos do regime, foi uma das revistas femininas mais baratas (custava apenas 1 escudo em 1933), tendo aproximadamente vinte páginas por número.

As rubricas retomavam questões de moda e da beleza feminina, com secções como “A Estética da Mulher”, “A Cultura Física da Mulher”, com as explicações dos exercícios físicos para fazer e da correta alimentação a seguir. O modelo de mulher que se propõe é o da mulher que “deve ser culta, trabalhadora, produtiva, desempoeirada, se quer ser

---

<sup>111</sup> Publicidade da “Remington-Noiseless”, in *Portugal Feminino*, n.º 17, junho de 1931, p. [35].

<sup>112</sup> Publicidade de “Paramount Films”, in *Portugal Feminino*, n.º 17, junho de 1931, p. 10.

moderna e feminina, delicada, comedida, se quer ser mulher; de contrário, é uma boneca de todos os tempos, mais ou menos frívola ou... escandalosa”<sup>113</sup>.

Outra revista popular foi *Eva*<sup>114</sup>, publicada pela primeira vez em 1925, durante a Primeira República, prolongando-se até 1989. A diretora, nos primeiros anos da revista, foi Helena de Aragão (1880-1961), jornalista e escritora, também diretora do suplemento *Modas e Bordados*. A partir de 1933 a direção esteve nas mãos de Carolina Homem Christo (1895-1980); foi com ela que a revista começou a passar uma mensagem de modernidade, apesar da presença constante da censura que limitava a escolha das temáticas tratadas: assuntos como a sexualidade e a intimidade foram, de qualquer forma, sempre pouco abordados na revista<sup>115</sup>.

Carolina Homem Christo colaborou também com o *Jornal das Senhoras e O Notícias Ilustrado*, e dedicou-se, ainda muito jovem, ao jornalismo feminino. Ela organizou seminários, desfiles e eventos onde mulheres se exibiam, mostrando coleções de alta-costura, comparadas às das capitais europeias, como Paris e Viena; assim como oferecia às leitoras artigos sobre a moda e as estrelas do cinema. A revista *Eva* mostra, portanto, um novo modelo de mulher, carismática, elegante, na moda, mas sem conseguir sair totalmente da visão da mulher que dedica a sua vida ao lar.

Se por um lado a revista oferece à leitora um modelo feminino mais moderno e aberto ao mundo cultural e intelectual, por outro lado permanecem artigos que abordam as tarefas domésticas da mulher, enquanto dona de casa, como se o facto de ser mulher implicasse uma maior predisposição para estes trabalhos ou uma inevitabilidade em dedicar-se a eles. A revista apresentava, por exemplo, um calendário com todas as tarefas que as donas de casa tinham de fazer mensalmente, ou ainda, rubricas de trabalhos manuais, para aprender a bordar.

Observa-se, portanto, uma situação muito parecida com a apresentada no *boletim da Mocidade Portuguesa Feminina*, por meio de secções como “O Lar”, que considerava a ordem da casa apenas uma atividade feminina; a leitora recebia conselhos para limpar

---

<sup>113</sup> G. Abenches, J.P. Moreira, *A mulher na sociedade portuguesa. Visão histórica e perspectivas actuais*, Colóquio, 20 a 22 de março de 1985, Actas, vol. II, IHES, Coimbra, 1986, p. 390.

<sup>114</sup> Para este estudo foram analisados, em pormenor, duas publicações da revista, ou seja, o n.º 957, publicado no mês de outubro de 1951 e o n.º 1145, que saiu no mês de junho, em 1967.

<sup>115</sup> Em 1939, a revista *Eva* teve algumas dificuldades, sendo comunicado o fim das publicações, e foi naquele momento que Carolina Homem Christo adquiriu as quotas da empresa e tornou-se proprietária da revista.



a casa, lavar a roupa e arrumar o quarto. Uma das preocupações da dona de casa consistia na boa organização dos espaços domésticos, sobretudo na cozinha, lugar da mulher, e na sala de jantar, divisão onde o marido passava a maior parte do seu tempo. A organização nestes ambientes favorecia uma situação de serenidade e alegria para toda a família.

Refresque o arranjo da casa e faça limpeza completa a móveis, metais, pratos, etc. Arrume os seus armários, e não esqueça a limpeza da despensa. Faça compotas, se puder, e se gosta de flores tome nota de que é altura de pôr os bolbos na terra, para cultura em vasos.<sup>116</sup>

Além disso, na revista salienta-se a iniciativa Escola Técnica de Donas de Casa, para a formação de esposas sobre tarefas domésticas; apesar de elas terem uma profissão fora de casa, o papel doméstico era atribuído a elas. O tempo de que dispunha a maioria das mulheres para as tarefas domésticas era o mesmo do dos homens, no entanto, segundo a lógica da época, o homem, pela sua natureza, não era responsável pelo trabalho doméstico. Não podia haver igualdade entre o sexo feminino e o masculino.

Outra questão abordada é a maternidade; na rubrica “Problemas da mulher”, apresenta-se, por exemplo através do texto *Uma mãe sensatamente exemplar*, a figura de uma mulher que, apesar de trabalhar muito e não ter muita saúde, se sente feliz (“[...] embora me sinta intimamente feliz, pois acho que estou a cumprir o meu dever [...]”), todavia continua: “Não sei se é egoísmo o meu modo de pensar, mas confesso que nesta altura a vinda de um novo filho me transtornaria completamente”<sup>117</sup>. A mulher sente quase a necessidade de pedir desculpa por não querer outro filho e pensa que este comportamento de recusa é fruto do seu egoísmo.

A este excerto de artigo subjaz uma mentalidade que olhava para a mulher como indivíduo que, por natureza, devia ter o desejo de ter filhos; todas as mulheres deviam entender e sentir a maternidade como aspiração e missão. Em relação ao tema da maternidade, também na revista *Crónica Feminina*, analisada mais adiante, se frisa que a mulher que não quer filhos pode parecer egoísta; ela, que “não se sente comovida diante

---

<sup>116</sup> “Conselhos de Outubro”, in *Eva*, n.º 957, outubro de 1951, p. 30.

<sup>117</sup> A. Barbosa, “Uma mãe sensatamente exemplar”, in *Eva*, n.º 1145, junho de 1967, p. 26.

desses poemas vivos que são as crianças, devem [sic] afastar imediatamente da ideia o casamento, pois um matrimônio sem filhos dificilmente se mantém”<sup>118</sup>.

Além disso, na revista verifica-se uma tentativa de diálogo entre homem e mulher, que acaba forçosamente com a aceitação, por parte da mulher, de situações pouco agradáveis e insatisfatórias. Era quase sempre a esposa que devia esconder os seus sentimentos, pensamentos e desilusões, para atingir, no casal, a harmonia: “Mostra boa cara a todos, esconde da tristeza o véu. Nunca digas em voz alta: - ‘A escrava, em casa, sou eu...’”<sup>119</sup>. A mulher não só tinha de evitar as situações que podiam incomodar o marido, mas também tinha de aceitar o possível mau comportamento do homem, que podia chegar a casa cansado e incapaz de “ajudar” a mulher.

Havia, por outro lado, uma tentativa de oferecer uma imagem de mulher que escolhe a sua própria sorte, preferindo o amor à tradição; o texto *Cinderella... ao contrário*<sup>120</sup>, apresenta a história de amor entre Margrethe, princesa da Dinamarca e Henri, secretário de embaixada em Londres, símbolos de um casamento de amor, em que foi a princesa a encontrar o homem da sua vida e a romper as regras impostas pelo protocolo.

Vale a pena mencionar esta mudança significativa nos modelos de referência: se, no *boletim da Mocidade Portuguesa Feminina*, Branca de Neve se tornou símbolo positivo para todas as raparigas, nesta altura, na revista *Eva*, retoma-se a imagem da princesa Disney, mas numa perspectiva oposta, pois é a princesa, mulher culta e influente, que escolhe o casamento como ato de amor verdadeiro.

A revista *Eva* oferece às leitoras métodos e soluções para uma boa apresentação física e utiliza imagens e publicidades para apresentar novos produtos no setor dos aparelhos eletrodomésticos ou da higiene pessoal. No número 169, publicado no mês de outubro de 1951, por exemplo, aparecem anúncios de produtos para a higiene dos bebês, como sabonetes, balsamo, óleo e pó talco (Cfr. Fig. 33 - Apêndice). A mulher educava os filhos, bem como cuidava do marido; os dois eram o resultado da sua missão ao serviço dos membros da sua família. Eles deviam estar sempre impecáveis: a roupa perfeitamente asseada, os fatos bem engomados, sapatos limpos, dentes brancos e cabelo bem lavado.

---

<sup>118</sup> “As mulheres que não deveriam casar-se”, in *Crónica Feminina*, n.º 510, setembro de 1966, p. 33.

<sup>119</sup> Revista *Eva*, setembro de 1939, s.p.

<sup>120</sup> “Cinderella... ao contrário”, in *Eva*, n.º 1145, junho de 1967, p. 54.

Além disso, apresentam-se produtos para obter uma roupa perfeita, ou dentes perfeitos, como “a espuma Kolynos” que “limpa entre os dentes, chega aos recantos mais inacessíveis onde a cárie tão frequentemente começa”<sup>121</sup>, ou ainda “A máquina elétrica de lavar roupa ‘Hoover’ enlevo das boas donas de casa”<sup>122</sup>, e “Pepsodent. O único dentífrico que contém Irium”<sup>123</sup>. A higiene corporal era um assunto tão importante que aparece, nas páginas do mesmo número, mais de um anúncio de pastas de dentes; além dos dois já mencionados, mostra-se também outra marca: “Montegil. A melhor pasta dentífrica”<sup>124</sup> (Cfr. Fig. 34, 35 e 36 - Apêndice).

A revista *Eva* sofreu grandes mudanças a partir dos anos 70, graças também a um conjunto de movimentações sociais com participação de muitas mulheres. Destaca-se, de facto, uma evolução na imprensa, que projetou uma imagem de modernidade com a qual a mulher se identificava. Começaram a aparecer na revista rubricas como “Problemas da mulher”, que abordava, cada vez mais, questões atuais acerca do papel da mulher na sociedade. Introduziam-se também assuntos pouco convencionais para a época, como o conhecimento da sexualidade. No número 1145, publicado em 1947, na rubrica mencionada, aparece o texto anónimo *A educação sexual das crianças*, que mostra um dos aspetos da formação moral dos filhos e explica que é essencial falar da sexualidade com as crianças, de preferência a partir da puberdade, a mãe com a rapariga e o pai com o rapaz.

Este tipo de formação, que dependia sobretudo dos pais, influenciaria a mentalidade dos adolescentes portugueses e poderia vir a eliminar a maioria dos tabus impostos pelo regime:

Todas as vezes que uma criança formule perguntas destas não devemos dizer-lhe que se cale, mas sim responder sempre com muita prudência e de modo adequado à sua idade, mas com verdade. De uma forma delicada, se for preciso poética, mas de modo nenhum fantasiosa. [...] A criança habitua-se a considerar estes assuntos com a mesma naturalidade com que trata doutros, sem criar em relação a eles o preconceito de que é algo “tabu”. [...] Ao responder com toda a

---

<sup>121</sup> Publicidade de “Kolynos”, in *Eva*, n.º 957, outubro de 1951, p. [44].

<sup>122</sup> Publicidade da máquina de lavar roupa “Hoover”, in *Eva*, n.º 957, outubro de 1951, p. 46.

<sup>123</sup> Publicidade de “Pepsodent”, in *Eva*, n.º 957, outubro de 1951, p. 49.

<sup>124</sup> Publicidade de “Montegril”, in *Eva*, n.º 957, outubro de 1951, p. 50.

simplicidade, não quebrarão a confiança dos filhos em si, nem serão causa do seu mutismo.

Por outro lado, a criança tem direito o saber, a ser elucidada. Muito especialmente na pré-adolescência, os jovens devem estar bem informados (e formados) acerca da transformação física que sofrem nessa idade. A ignorância pode conduzir a erros, e até à criação de complexos vários com repercussões mais ou menos importantes.<sup>125</sup>

Nessa perspectiva, as crianças precisavam de ter consciência da sua própria sexualidade, nem tanto para conhecer o seu próprio corpo e o do outro sexo, mas para entender o sentido da constituição da família e o fim do sacramento do matrimónio: “irá formando neles uma consciência recta e limpa, a consciência de um verdadeiro cristão...”<sup>126</sup>. Emerge, mais uma vez, uma mentalidade influenciada pela fé cristã, e pelos princípios da religião; os pais deviam mostrar aos filhos que a função sexual tinha um fim específico no plano divino da criação, “fim que é preciso respeitar”<sup>127</sup>. No texto não se mencionam, pelo contrário e como era de esperar, algumas funções essenciais da educação sexual para as crianças, como o respeito do corpo do outro e o desenvolvimento afetivo e emocional de cada indivíduo.

No seu conjunto, a revista é, de facto, constituída por aparentes contradições: por um lado, a exaltação dos direitos femininos e, por outro, a constante aceitação da tradição cristã com a subsequente dedicação à família e ao lar. Na mesma rubrica apareciam também artigos sobre a condição da mulher perante o código civil, destacando como o sexo feminino caminhou para a emancipação do poder paternal, também graças a publicações de carácter social:

A partir do próximo número abordaremos, entre outras, questões diversas, todas relativas à mulher casada: à sua residência; ao seu direito ao nome; à desnecessidade da autorização marital para diversos fins, qual deles mais importante; ao governo doméstico; à administração de bens; ao regime de dívidas, etc.<sup>128</sup>

---

<sup>125</sup> M. Hermínia, “A educação sexual das crianças”, in *Eva*, n.º 1145, junho de 1967, pp. 28-29.

<sup>126</sup> *Ibidem*.

<sup>127</sup> *Ibidem*.

<sup>128</sup> “A mulher perante o código civil”, in *Eva*, n.º 1145, junho de 1967, p. 69.

Nas primeiras páginas apresenta-se uma rubrica dedicada à astrologia e aos signos zodiacais. Para cada um deles formula-se uma predição, em relação à vida sentimental, familiar e profissional, com típicas afirmações genéricas, como: “A sua situação profissional acusa uma melhoria bastante acentuada”, “No campo das suas actividades profissionais e financeiras o período é favorável”, “As suas actividades profissionais serão igualmente favorecidas, sendo provável algum ganho inesperado”, “excelentes resultados, especialmente no capítulo profissional” e “No capítulo profissional irá progredindo de maneira lenta mas bastante segura”<sup>129</sup>. As previsões astrológicas, como veremos melhor mais adiante, representavam uma secção essencial nas revistas femininas e, quase sempre, ocupavam uma posição inicial, podendo preceder o sumário, como no caso da revista *Eva*.

A revista demonstra-se atenta ao emprego feminino, mas, por outro lado, não deixa de abordar assuntos como a economia doméstica, as despesas e a gestão da casa e do tempo para organizar o trabalho. Na revista aparecem artigos que mostram como economizar o tempo, para realizar o maior número de tarefas com método e no menor tempo possível, utilizando a dose certa de energia.

Além disso, utilizam-se imagens para explicar às donas de casa como comprar bem os produtos alimentares, poupando dinheiro e obtendo a máxima qualidade. No número 1145 da revista (1967), por exemplo, na rubrica “As boas receitas de Alfacinha”, aparece o desenho de um carneiro, dividido em secções de diferentes cores; cada cor representa o preço daquela específica parte: caro, preço médio ou barato. A perna, por exemplo, realçada em vermelho, indicava uma carne mais cara; o peito, o cachaço e a língua, em branco, eram partes mais em conta, e, por último, o cinzento indicava uma carne com preço médio, como a mão e a pá<sup>130</sup> (Cfr. Fig. 37 - Apêndice). Além da imagem, havia também um breve texto que explicava como reconhecer uma boa carne, a partir da consistência e da cor, assim como mostrava a maneira correta de a conservar, para uma boa economia doméstica.

---

<sup>129</sup> Secção “Astrologia”, in *Eva*, n.º 1145, junho de 1967, p. 8.

<sup>130</sup> Cfr. “As boas receitas de Alfacinha”, in *Eva*, n.º 1145, junho de 1967, p. 47.

A revista não oferecia só conselhos às mães, mas transmitia também uma mensagem para todas as filhas, que deviam ajudar em casa durante toda a semana, e aprender a cada dia novos segredos da culinária e da organização do lar.

A revista *Eva*, número após número, põe em causa muitos assuntos contrastantes, querendo investigar os pensamentos, as ideias e os raciocínios da população. Nos anos 40, por exemplo, foram realizados dois inquéritos: o primeiro para conhecer a opinião das raparigas portuguesas acerca de assuntos como a família e o amor, e o segundo sobre o ingresso da mulher no mundo profissional.

Nesta segunda questão a revista destaca que as mulheres, durante a guerra, substituíram os homens, chamados para o exército, nos seus empregos. Levantaram-se questões sobre a possível masculinização da mulher que trabalha, a transformação da consciência feminina e a probabilidade de afetar a função de mãe que, tendo uma profissão, se poderia tornar economicamente livre do marido.

O inquérito interessou várias personalidades de destaque, com diferentes atividades profissionais; se, por um lado, a maioria deles não condenavam a atividade profissional feminina, por outro lado, tampouco a encorajavam, dado que incentivavam a mulher a permanecer no lar para educar as futuras gerações, sobretudo a mulher casada.

O inquérito foi realizado também junto de cinco Escolas Superiores de Lisboa, entre raparigas e rapazes; as primeiras apoiavam o trabalho feminino fora do lar, enquanto os rapazes afirmavam que a mulher, especialmente a casada, só excepcionalmente deveria trabalhar, por exemplo, quando o salário do marido não era suficiente para o sustento da família<sup>131</sup>.

O resultado mais marcante foi obtido a partir das entrevistas realizadas nos Armazéns do Chiado em Lisboa, onde todas as operárias consideravam o trabalho prejudicial e defendiam o regresso ao lar; estas respostas foram motivadas por condições de trabalho demasiado duras e pelo tipo de atividade exercida, que era tida como muito pesada.

A revista levou esta questão para o mundo do desporto, associações feministas e para o Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas, recebendo respostas mais favoráveis ao trabalho feminino, símbolo de progresso e modernidade. Contudo, de

---

<sup>131</sup> Os resultados dos inquéritos foram publicados nos números da revista *Eva*, a partir do janeiro de 1942. Cfr. Tânia Vanessa Araújo Gomes, *Uma revista feminina em tempo de Guerra: O caso da “Eva” (1939-1945)*”, tese de mestrado, Coimbra, Faculdade de Letras de Coimbra, 2011.

acordo com as respostas recolhidas, a mulher trabalhava por necessidade e exigência, vendo no trabalho uma fonte de riqueza, mais económica do que social.

### **III.2. Rumo a um novo ideal em *Crónica Feminina***

A revista *Crónica Feminina* foi criada em 1956 pela Agência Portuguesa de Revistas<sup>132</sup> e durou até aos anos oitenta. Milai Bensabat foi a sua editora e diretora até 1966, ano em que abandonou a revista para trabalhar para a *Magazine*. A direção do periódico passou, então, nas mãos de Isa Meireles, que sublinha a grande difusão desta revista, que contava com uma tiragem de cento e cinquenta mil exemplares vendidos, ultrapassando, de longe, qualquer outra publicação feminina portuguesa, naquele período<sup>133</sup>. O preço e o formato da revista contribuíram para este sucesso: o preço acessível a todas as camadas sociais e o formato prático (cerca de 12 x 16 cm), que permitia às mulheres levá-la consigo também nos autocarros e, mais em geral, fora de casa na bolsa.

Outro ponto de força era, também, o carácter popular e internacional da revista; *Crónica Feminina*, através dos seus artigos e conselhos, consciencializava mães, esposas e mulheres como elemento válido na sociedade. A revista, destinada às mulheres da classe média, transmitia uma mensagem de abertura, no que diz respeito à família, à relação amorosa e ao papel da mulher na sociedade, abordando temas como a beleza, a moda, a cultura e a saúde.

Além de uma linguagem simples, o tom era familiar e isso contribuiu para um elevado número de cartas que chegavam ao editor da revista. As leitoras pediam conselhos, sobretudo sobre o namoro, os problemas no casamento, ou familiares. A sua história durou trinta anos e representou um recorde editorial, pela quantidade de publicações, com um total de mais de 1.500 números.

Significativa foi também a publicação, nas páginas da revista, da primeira fotonovela portuguesa por episódios, produzida em 1959, para celebrar o terceiro

---

<sup>132</sup> A Agência Portuguesa de Revistas foi uma editora que publicou mais de cinquenta títulos de revistas e banda desenhada, nos anos 60. Foi fundada em 1948 e publicou até 1988.

<sup>133</sup> “Entrevista a Isa Meireles”, in *Arquivos RTP*, online: <https://arquivos.rtp.pt/conteudos/entrevista-a-isa-meireles/> (último acesso: 04/02/2023).

aniversário da revista; o título era *Casamento por Anúncio* e foi realizada por Mário de Aguiar, diretor da Agência Portuguesa de Revistas. As fotos, além de tornarem mais real e envolvente a narração da fotonovela, abundavam em todas as páginas desta revista: na capa, na publicidade, e nos artigos.

A capa, por exemplo, retratava não só imagens de mulheres e meninas, mas também de homens e meninos; a representação que se encontrava, mais frequentemente, era aquela de um casal no dia do casamento, a mulher com o seu vestido de noiva e o homem de fato (Cfr. Fig. 38 e 39 - Apêndice).

Nas primeiras páginas, havia, quase sempre, uma rubrica dedicada ao horóscopo com os prognósticos dos doze signos do zodíaco, como acontecia na maioria das revistas femininas daquele período (Cfr. Fig. 40 - Apêndice). A presença do horóscopo nas revistas femininas foi um primeiro sinal de rutura com os dogmas impostos pela Igreja católica, transmitidos, por exemplo, por meio das palavras e das imagens, no boletim da Mocidade Portuguesa Feminina. Tudo o que pertencia à astrologia, ao tarot, à adivinhação e à quiromancia era considerado, pela Igreja contrário aos princípios da fé cristã, portanto inaceitável.

Roland Barthes (1957), escritor, sociólogo, crítico literário, semiólogo e filósofo francês, afirmou que a astrologia, oferece ao público a possibilidade de sonhar, imaginar as realidades da vida; e para fazê-lo utiliza signos que parecem refletir o ritmo do nosso dia a dia, envolvendo as esferas da sorte, do amor, do trabalho, do dinheiro.

O horóscopo torna-se ponto essencial das revistas, porque, nas páginas dedicadas aos signos zodiacais, a leitora encontra a prefiguração clara de um possível futuro, marcando, sobretudo ou também, os aspetos da sua vida profissional, o que constitui um elemento inovador. Com efeito, as predições, cada vez mais frequentemente, fazem referência a mulheres independentes, que têm um emprego e uma estabilidade económica.

Em *Crónica Feminina*, além de muitos textos sobre assuntos da atualidade, surgia amiúde a secção “Consultório médico” com conselhos dados por médicos, e uma secção sobre as novas modas com imagens de mulheres com figurinos atraentes e, na maioria das vezes, provenientes do estrangeiro.

No meio da revista a leitora podia encontrar a fotonovela, que tinha cerca de dez páginas, geralmente estava interrompida por anúncios comerciais que, por volta dos anos 70, começaram a representar as únicas páginas da revista em cores. A fotonovela, assim



como a telenovela, não representava o espelho da realidade, mas, pelo contrário, constituía as expectativas e as esperanças das leitoras, criando, assim, uma discrepância com a vida real. Estes contos serviam à mulher para evadir da realidade e sonhar com uma vida romântica, onde podia exprimir os seus sentimentos.

Outra rubrica que sempre aparece na estrutura de *Crónica Feminina* é “Correio sentimental”, que representa um ponto de encontro entre as questões da leitora e a resposta das autoras; para aproximar as destinatárias da revista ao material publicado, havia a página intitulada “Parabéns a você” (Cfr. Fig. 41 - Apêndice), com fotos de pessoas que celebravam o aniversário, ou “Pequenos anúncios: grandes negócios”, com anúncios até cinco linhas que eram pagos (de 20\$00 a 50\$00). Eis alguns exemplos de anúncios publicados na revista *Crónica Feminina*, no número 735, em 1970: “Professor francês – ensina o seu idioma [...]”, “Cabeleiras de cabelo natural e qualidade garantida”, “Emagreça 5 quilos em 20 dias”, “Dama de companhia [...]”, “Brinquedos nacionais e estrangeiros”, “Fatos de judo [...]”, “Rissóis, croquettes, empadas, etc [...]”<sup>134</sup>. Sem uma ordem lógica na disposição dos anúncios, que eram publicados nas primeiras páginas da revista, estes iam do espaço doméstico e culinário à possibilidade de encontro entre pessoas.

A revista terminava, normalmente, com publicidades de produtos comerciais ou com adivinhas e poesias, que constituíam um espaço de entretenimento entre o culto e o popular.

### **III.3. Casamento e trabalho na transformação da imagem feminina**

Entre os assuntos abordados na revista, o tema do casamento representa um dos principais, estando ele presente já a partir da capa; era, de facto, um dos temas que ocupava mais páginas na revista, sendo as relações amorosas uma das questões mais discutidas e à qual as leitoras sempre atribuíram um grande interesse. Em *Crónica Feminina* destacam-se artigos que descrevem as problemáticas que um casal pode encontrar na vida conjugal.

---

<sup>134</sup> Secção “Pequenos anúncios: grandes negócios”, in *Crónica Feminina*, n.º 735, dezembro de 1970, p. 2.

Segundo o regime, a mulher tinha sempre de aceitar o próprio marido, dado existir na sua natureza o facto de servir o homem e ser devota a ele, sem objeções, resignação ou reclamações. A aceitação e o sacrifício faziam parte da sua missão. No entanto, na revista aparece, pelo menos em parte, uma nova imagem de mulher que não se submete às imposições do marido e que consegue escapar de uma situação que a torna prisioneira do próprio lar.

Os números das revistas analisados para este estudo foram publicados antes de 25 de abril de 1974, num momento em que a ditadura ainda não tinha terminado; os que saíram a partir dos anos 80, mostram um progresso lento para a emancipação feminina: as inumeráveis reformas no campo jurídico, civil e profissional, contribuíram para demonstrar o interesse em buscar o reconhecimento da mulher e de uma posição na sociedade. No artigo *Que tal aceitar o marido como é?* há, por exemplo, uma forte crítica a um sistema social que reprimia a liberdade e a felicidade da mulher; no boletim mensal da Mocidade a filiada era sempre caracterizada por um forte sentimento de alegria; na *Crónica*, pelo contrário, aparece a infelicidade da mulher que tenta mudar as atitudes do marido, causas da sua insatisfação. O texto começa com estas frases:

Que estranha mania essa que a gente tem de sufocar, exigir, fazer o outro à maneira mais conveniente e fácil de engolir. O seu casamento é assim? Quer dizer: tenta mudar o jeito do seu marido, querendo que ele seja diferente do que é? Bem... se for assim, provavelmente enganou-se no marido.<sup>135</sup>

No mesmo texto aparece, também, a figura de uma mulher irritada, mal-humorada, sufocada, enquanto o marido está descrito como “pequeno tirano intransigente”<sup>136</sup>, que se acha dono da sua esposa, exige determinados comportamentos, e invade a personalidade dela. A autora sublinha a infelicidade presente depois do casamento entre este casal e utiliza palavras como “egoísmo”, “desumanos”, “desrespeitosos”, “mundo de frustrações e ideais não conquistados” e “sentimento de posse geral”. Esta representação, evidentemente, já se opõe à imagem da família portuguesa, transmitida pelo regime, feliz e em harmonia, onde cada membro tinha a sua

---

<sup>135</sup> “Que tal aceitar o marido como ele é?”, in *Crónica Feminina*, n.º 1239, agosto de 1980, pp. 102-103.

<sup>136</sup> *Ibidem*.

função e determinadas características: o homem tomava as decisões e a sua esposa, dócil e terna, trabalhava, principalmente, em casa.

Em geral, a revista *Crónica Feminina* apresenta uma mulher que consegue observar a sua vida com criticidade olhando para soluções para ser feliz; muda, assim, a conceção do papel da mulher dentro do lar, e, como resultado, transforma-se também o conceito de casamento. Como se viu, na ideologia salazarista o casamento era considerado a base para a formação legítima de uma família e o fundamento para o bom funcionamento da sociedade e para a procriação de futuros portugueses. Com a mudança do conceito de casamento, recupera-se a questão do divórcio, que tinha sido proibido a partir de 1940 pelo Salazarismo, depois do acordo estabelecido com a Igreja Católica pelo que o divórcio passava a ser possível só para os casais que se tinham casado de forma civil, e não na Igreja<sup>137</sup>.

O casamento era visto como um compromisso, portanto a perda do afeto, principal razão de insatisfação apresentada na revista, não podia justificar a divisão dos casais; de facto, a revista não propõe a separação do casal, mas o diálogo entre homem e mulher, para atingir um casamento feliz:

Felicidade numa relação, seja qual for, só pode ser a união admirável de duas pessoas, distintas porque diferentes, distantes porque individualizadas, tentando somar personalidades e emoções. Em vez de diminuí-las.<sup>138</sup>

Também relacionado com o tema do diálogo entre cônjuges, na rubrica “Pequenos anúncios: grandes negócios”, destaca-se, por exemplo, que era dado espaço às ofertas de salvar o casamento, recorrendo inclusivamente a métodos não científicos, como a astrologia ou talismãs. Era necessário enviar os dados com data de nascimento para obter a solução para resolver os problemas relativos ao amor e à saúde, ou comprar talismãs, que afastavam malefícios: “se o seu Amor está perdido ou se o quer conservar, escreva-

---

<sup>137</sup> Cfr. “O divórcio em Portugal durante o Estado Novo”, in *Lex Familiae – Revista Portuguesa de Direito da Família*, ano 9, n.º 17 e 18, 2014, pp. 15-35.

<sup>138</sup> *Ibidem*.

me para sua defesa e protecção um Talismã de Amor e Sorte, preparado para si com orientação [...]”<sup>139</sup>.

A revista serviu também como meio para estabelecer novas relações amorosas ou de amizade; havia numerosos anúncios de pessoas, principalmente homens solteiros, que desejavam encontrar uma mulher com quem trocar correspondência, com anúncios do género “Jovem cabeleireiro, de 23 anos de idade, deseja trocar correspondência com sr. viúva, solteira ou divorciada, para futuro compromisso. [...]” ou “Eng.º 30 anos, separado, deseja contacto c/ senhora com boa situação financeira e casa posta [...]”<sup>140</sup>.

Os anúncios apresentavam também centros matrimoniais, onde se podia facilmente encontrar a pessoa com quem se sonhava em fazer um lar feliz. Estes eram introduzidos por títulos como *Quer ser muito feliz no amor*, ou *Casamento. Deseja saber se o haverá?*<sup>141</sup>. Existiam também anúncios de agências para realizar *casamentos felizes*, que enviavam referências de dezenas de indivíduos com fotos e descrições para escolher, de todos os gostos e feitios, a pessoa para casar, ou ainda anúncios para encontrar em sonho o futuro cônjuge: “NAMORA? CASARÁ? Deseja saber quem deve preferir para um feliz matrimónio? Poderá ver em sonhos a imagem da pessoa com a qual terá que casar. Terá resposta breve. Envie data de nascimento, nome, morada e 70\$00 [...]”<sup>142</sup>. É evidente, portanto, que o namoro e o casamento representavam os objetos principais do imaginário feminino, e permaneceram, ao longo de todas as publicações estudadas, os temas mais abordados. A revista reflete e veicula o imaginário da mulher portuguesa que procura conselhos na área mais pessoal e sentimental e estes anúncios constituíam um lugar seguro de esperança para todas as mulheres que desejavam uma vida amorosa.

Além disso, a revista revela, através das cartas recebidas das leitoras, a necessidade, por parte da mulher, de partilhar com outras pessoas as suas dificuldades, para receber uma ajuda ou um conselho de outras mulheres. As leitoras escreviam, de facto, cartas para a revista, descrevendo as situações de frustração e infelicidade que viviam na vida conjugal. Nesse espaço de correspondência, as leitoras sentiam-se à vontade em falar de questões ligadas ao quotidiano, mas sobretudo, sentiam-se livres de denunciar e criticar as situações de submissão que viviam em casa. Numa

---

<sup>139</sup> “Protector talismânico”, in *Crónica Feminina*, n.º 1239, agosto de 1980, p. 117.

<sup>140</sup> “Pequenos Anúncios: grandes negócios”, in *Crónica Feminina*, n.º 1239, agosto de 1980, p. 120.

<sup>141</sup> “Pequenos Anúncios: grandes negócios”, in *Crónica Feminina*, n.º 892, dezembro de 1973, pp. 82-83.

<sup>142</sup> *Ibidem*.

carta publicada na revista em 1971, observa-se a argumentação de uma jovem esposa que percebe, e não aceita, os papéis tradicionais dos sexos; ela acusa o facto que, depois dos almoços entre amigos, os homens iam ao café, enquanto as mulheres ficavam em casa a lavar a loiça e termina dizendo: “Embora goste de o fazer, assim não me agrada, pois parece que eles são os patrões e nós as criadas”<sup>143</sup>.

O modelo feminino promovido pela revista, distancia-se, nesse aspeto, do ideal apresentado pelas revistas da Mocidade, que ilustrava uma mulher totalmente disposta a trabalhar em casa e orgulhosa de o fazer. Pelo contrário, não só a *Crónica Feminina* dá espaço ao descontentamento da leitora, mas também a resposta da conselheira apoia a revolta da mulher, afirmando que a leitora devia dizer aos homens o que pensava, sem vergonha e defendendo a sua visão. A resposta termina, de forma provocadora, lançando, talvez, um desafio à leitora: “porque não dizer-lhe que quer ir ao café com ele depois de todos tratarem de loiça?”<sup>144</sup>.

A mesma carta sublinha, por outro lado, a atitude de algumas mulheres daquela época, caracterizadas por vitimização e contínuas queixas referentes aos maridos. A carta da leitora, assim como as respostas da autora, prova que muitas mulheres já tinham uma ideia de emancipação e tentaram romper com a perceção tradicional do casamento, enraizada na ideologia do Estado Novo. A resposta da conselheira à carta mostra uma visão moderna de mulher, esposa e companheira igual ao próprio homem:

O melhor é não dar ouvidos a essas conversas ‘de cozinha’ feitas por mulheres que ainda não compreendem que são as companheiras dos homens e não as pobres vítimas que em casa esperam a traição infaliável e o afastamento [...]. Não dê ouvidos a essas mulheres frustradas que não sabem o que é verdadeiramente o casamento.<sup>145</sup>

Na primeira página do número 601, publicado em 1968, aparece um artigo que introduzia às leitoras uma nova visão do casamento; se por um lado a autora, Maria do Carmo Abreu, afirmava que “difícilmente uma mulher se sente realizada sem possuir um lar, filhos, um companheiro com quem partilhe os bons e os maus momentos”, por outro

---

<sup>143</sup> *Crónica Feminina*, n.º 784, dezembro de 1971, p. 81.

<sup>144</sup> *Ibidem*.

<sup>145</sup> *Ibidem*.

lado, acrescenta que “é preferível estar só, preencher a vida com pequenas coisas de que goste, dedicar-se ao seu trabalho”. E termina o texto frisando a importância de respeitar e reconhecer a condição de mulheres livres, que não se devem vender por uma casa, por uma posição social ou por um marido<sup>146</sup>.

As leitoras entram em contacto, portanto, com um novo modelo de mulher, que tem de tomar as suas próprias decisões, com exigências mais lúcidas do que no passado, e que deseja um casamento que se baseie num amor sólido e adulto, e não num ato combinado sem amor ou que implique a submissão ao marido.

Outro elemento de emancipação presente na revista, como já se mencionou acima, consistia na possibilidade de as mulheres terem uma profissão: *Crónica Feminina* anunciava uma abertura ao mundo profissional para as mulheres, que, até então, tinham trabalhado principalmente no espaço doméstico.

Nos anos do salazarismo quase todas as mulheres eram economicamente dependentes do marido, já que era ele, geralmente, quem sustentava a família; por conseguinte, elas viam-se envolvidas num sistema que não incentivava nem a sua liberdade económica, nem a sua vida profissional, reprimindo as próprias insatisfações pessoais nas tarefas domésticas. A mulher que trabalhava fora do lar, principalmente no campo, era considerada pobre e julgada negativamente pela sua condição de miséria; manipulava-se, desta forma, a ideia de trabalho feminino, denegrindo-o e atribuindo-o às classes sociais mais pobres, pois a mulher rica ficava em casa e cuidava dos filhos, enquanto a mulher pobre trabalhava, também, fora de casa.

Além de destacar um interesse pela carreira profissional feminina, os artigos apresentam o modelo de uma mulher que estuda e que frequenta cursos para reforçar a sua formação; havia, em muitos números, textos como *Como devo dizer? Como devo escrever?* que forneciam às leitoras simples regras gramaticais ou novas palavras para aprimorar o conhecimento da língua portuguesa. Além disso, a revista anunciava cursos de guitarra, radiocomunicações, puericultura ou cabeleireira, todos por correspondência diretamente em casa.

---

<sup>146</sup> M. C. Abreu do, “Maio, mês das noivas”, in *Crónica Feminina*, n.º 601, maio de 1968, p. [1].

### III.4. O corpo da mulher na *Crónica Feminina*

A mulher busca, de forma lenta, uma igualdade social e profissional, para abandonar o papel, apenas, de fada do lar; para transmitir este novo ideal, a revista utiliza fotos e imagens de mulheres que se distanciam, em alguns aspetos, das mulheres ilustradas no *boletim da Mocidade Portuguesa Feminina*.

Antes das imagens que acompanham os artigos, as fotos das capas marcam o primeiro impacto entre revista e leitora. Elas representam sobretudo figuras femininas, meninas e raparigas que vestiam roupa colorida, ou trajes estrangeiros, como o quimono japonês, ou ainda, mulheres elegantes, maquilhadas e com cabelo de acordo com a tendência do tempo (Cfr. Fig. 42 e 43 - Apêndice). As imagens, em todo o caso, tendem a confirmar a representação da mulher sorridente, vestida de noiva, num contexto cristão.

Uma imagem que não ocupa as ilustrações da *Crónica Feminina* é a da perfeita dona de casa. A mulher que não quer mais ser escrava do seu próprio lar e, para ter facilidades, compra e utiliza aparelhos eletrodomésticos, como batedores, fritadeira, peladores, aspiradores; assim, por exemplo, na revista número 889, publicada em 1973, uma ilustração mostra uma mulher alegre que joga fora o avental da cozinha, como símbolo de rebelião contra o modelo salazarista da mulher escrava da casa (Cfr. Fig. 44 - Apêndice).

Apesar da consciencialização progressiva por parte das mulheres acerca da sua posição social, ainda não se pode falar de uma eliminação da figura da fada do lar, como se pode deduzir, além do mais, do papel atribuído à mulher no suplemento da *Crónica Feminina* sobre culinária, que será o tema principal do próximo parágrafo.

Regressando às temáticas veiculadas pelas imagens da revista, destaca-se a presença, cada mais forte, da reivindicação e da afirmação do corpo feminino, em particular a partir das revistas publicadas a partir dos anos 70, em sintonia com uma tendência global que apenas ecoa no Portugal da Primavera marcelista. A mulher começa a conhecer e reconhecer o seu próprio corpo e, sobretudo, percebe que existem produtos para eliminar, esconder ou reduzir pequenas imperfeições, para imitar os modelos de beleza propostos nas páginas das revistas. Ao contrário do ideal feminino da Mocidade

Portuguesa, simples, sem maquilhagem, que aceita o seu corpo e que pratica desporto em função da saúde, a imagem introduzida pela revista *Crónica Feminina* representa uma mulher com a possibilidade de retocar o seu corpo, para atingir o modelo feminino pretendido.

As publicidades oferecem métodos rápidos e eficazes para obter uma pele mais jovem e bonita, como no caso da Cire Aseptine, produto com cera de flores e óleo de calêndula: “a Cire Aseptine transforma a pele profundamente: a circulação subcutânea é estimulada, a pele fortifica-se, desaparecem os vermelhos, as impigens, as pequenas borbulhas”<sup>147</sup>. Ou ainda os anúncios de emagrecimento, como saunas finlandesas ou produtos como: “Adypok. Emagrece sem choque. Preço ultra económico para uma refeição normal equivalente a 250 calorias”<sup>148</sup>; ou para valorizar as formas do corpo, como o “Ideal Buste”, o busto para que “a mulher se sinta orgulhosa de possuir formas perfeitas”, “que proporciona às senhoras que o possuem a confiança em si próprias e o orgulho de terem um corpo perfeito”<sup>149</sup> (Cfr. Fig. 45 - Apêndice).

A revista mostra um modelo definido de mulher, assim como reproduz uma clara ideia de feminilidade e a que a imprensa se abre, sem ter vergonha de apresentar às leitoras novos modelos; os títulos, as imagens, as publicidades mudam, para dar vida a novos aspetos do mundo feminino. Destacam-se publicidades de diferentes marcas de tampões, anúncios que mostram como o corpo feminino começa a ser valorizado e protegido, salientando uma aproximação entre corpo e direito, para que a mulher se sinta confortável em falar de determinados aspetos da sua feminilidade. No *boletim da Mocidade Portuguesa Feminina*, pelo contrário, nunca apareceram artigos ou publicidades que mostravam como ajudar a mulher a não ter medo do seu próprio corpo, para se sentir à vontade. A sexualidade era um tabu, de que não se devia falar nas revistas.

No número 889, publicado em 1973, na página “Consultório Médico”, chega a apresentar-se o tema da anorexia, e convida-se todas as pessoas que sofrem deste distúrbio alimentar a consultar o médico. Começam a intervir e ser mencionadas nas revistas figuras como médicos e ginecologistas, que nunca foram mencionados nas revistas do regime: a filiada da Mocidade, segundo a organização, era uma mulher sã e não valia a

---

<sup>147</sup> “Uma pele sempre bonita com a Cire Aseptine”, in *Crónica Feminina*, n.º 678, novembro de 1969, p. 16.

<sup>148</sup> “Produto para cura de Emagrecer Adypok”, in *Crónica Feminina*, n.º 678, novembro de 1969, p. 77.

<sup>149</sup> “Um busto magnífico”, in *Crónica Feminina*, n.º 4, outubro de 1965, p. 70.



pena introduzir temáticas como os distúrbios alimentares ou a saúde do corpo feminino, assuntos que poderiam alarmar as mulheres. Querendo oferecer uma imagem do país forte e são, o salazarismo não previa uma educação sexual, que permitisse explicar o funcionamento e as possíveis problemáticas do corpo feminino.

Além disso, a revista aborda também a temática da saúde física dos filhos, referindo, por exemplo, a paralisia infantil, assunto inexistente nas revistas do regime, que silenciavam a existência de crianças doentes, dado que, segundo a propaganda do salazarismo, o povo português era feito de pessoas fortes e sãs. Já na *Crónica Feminina* se regista uma abertura mental e começa-se a promover uma imprensa que sensibilizava os cidadãos sobre incapacidades físicas, e outras doenças que as crianças podiam ter à nascença: “A saúde e a doença, a dor e a alegria, confraternizando desde a infância podem tornar menos tristes os infelizes e ainda mais alegres os sãos, porque compreendem melhor a abençoada ventura de ter saúde”<sup>150</sup>.

Havia também uma brochura, distribuída gratuitamente, com textos sobre o planeamento familiar, para informar às leitoras sobre questões relativas à gravidez, às consultas médicas gratuitas, aos métodos contraceptivos, com a indicação das suas vantagens e desvantagens, e ao trabalho durante os nove meses antes do parto.

Isto não era presente nas revistas promovidas pelo regime, dado que o salazarismo caracterizava-se por uma educação sexual completamente diferente: a mulher, segundo o regime, não tinha o direito de tomar contraceptivos contra a vontade do marido, que podia, por esta razão pedir o divórcio ou a separação judicial. Além disso, o aborto era punido em qualquer circunstância, com pena de prisão de 2 a 8 anos<sup>151</sup>.

Por fim, são focadas outras questões tais como os perigos do aborto, a adoção, a necessidade de exames médicos antes do casamento e a possibilidade de uma criança nascer doente, quando os pais são portadores de determinadas doenças. Não só, portanto, houve uma abertura mental em relação à saúde física, mas também apareceram anúncios para oferecer ajudas psicológicas, introduzindo na verdade pseudociências que iam para além do método científico, como parapsicologia, espiritualismo, astrologia e mentalismo.

---

<sup>150</sup> “Aqui entre nós” (título incerto), in *Crónica Feminina*, n.º 889, dezembro de 1973.

<sup>151</sup> As informações foram tiradas do artigo “Documentos. Dossier sobre o 25 de Abril e os direitos das mulheres”, online: <https://www.pcp.pt/actpol/temas/25abril/30anos/dossier-abril-mulher.htm> (último acesso: 04/02/2023).

Quanto à sexualidade feminina, não se fala explicitamente da intimidade entre mulher e homem e não se abordam determinadas temáticas, como as relações sexuais. Durante os anos da ditadura a sexualidade tinha supostamente uma finalidade apenas reprodutiva, para a construção do núcleo familiar: o prazer, assim como a sensualidade e a intimidade afetiva, eram proibidos e negados, sobretudo à mulher:

O acto sexual por prazer desonrava a mulher. Reconhecer oficialmente e publicamente à mulher o direito à sexualidade conduziria ao aniquilamento de todo o edifício da ideologia corporativista, que fazia da família a célula base da sociedade e da mulher a dedicada e casta esposa.<sup>152</sup>

Não só a Igreja, mas também a medicina oficial, recomendava às mulheres terem filhos dentro do casamento, porque dessa maneira as crianças podiam ser mais saudáveis e mais robustas. No entanto, a partir dos anos 60, começam a ser vendidos em Portugal métodos contraceptivos, como a pílula, ainda que prescrita com fins estritamente terapêuticos, sendo teoricamente proibida como prática contraceptiva. A Igreja, em particular, rejeitou os novos métodos contraceptivos, enquanto contrários ao ideal reprodutivo, afirmando inclusivamente que podiam ser perigosos para a saúde<sup>153</sup>. O método do calendário, ou Ogino-Knaus<sup>154</sup>, era o único tolerado pela Igreja.

Durante os primeiros anos do regime salazarista um número elevado de mulheres não tinha assistência médica e nem sequer a possibilidade económica para determinados cuidados, e, como resultado, aconteciam muitos abortos espontâneos e mortes infantis. Além disso, a falta de acesso à contraceção levava à proliferação de abortos clandestinos. Vale a pena mencionar que antes dos anos 80 o aborto era entre as principais causas de morte das mulheres, dado que, sendo uma prática proibida, tentavam interromper a gravidez na clandestinidade, com técnicas perigosas. O aborto foi permitido em Portugal

---

<sup>152</sup> J.M. Pais, “Austeridade e moralismo nos valores estéticos”, in A. Reis (dir.), *Portugal contemporâneo: 1926-1958: Ascensão e consolidação do Estado Novo. A ordem económica e social entre o desenvolvimento e a estagnação. Controlo ideológico e resistência cultural. Sob a égide dos valores conservadores*, Lisboa, Publicações Alfa, 1989, p. 350.

<sup>153</sup> M. Tavares, *op. cit.*, p. 90.

<sup>154</sup> O método Ogino-Knaus foi aceite pela Igreja em 1951, quando o papa Pio XII afirmou que a mulher podia controlar os dias férteis por meio dos ritmos, para evitar a procriação (cfr. “Influência católica no planeamento familiar: estudo sobre parentalidade responsável”, in *REVER*, v. 18, n.º 2, maio/agosto de 2018, p. 135).

a partir de 1984, ano em que surgiu a Lei n.º 6/84, que estabeleceu a interrupção da gravidez nos casos de perigo de vida da mulher, perigo de lesão grave, em caso de malformação do feto ou quando esta resultava de violação<sup>155</sup>. Só com a Lei n.º 90/97 se passou a permitir a interrupção de gravidez até às 24 semanas no caso de malformações, e até 16, em caso de situações de crime contra a liberdade sexual da mulher; mais tarde, a Lei, a n.º 16 de 2007 legalizou o aborto, estabelecendo que não seria punível desde que fosse realizado, por opção da mulher, nas primeiras dez semanas de gravidez<sup>156</sup>.

Todo esse contexto incutia nas mulheres não só uma sensação de desconfiança, mas mesmo um sentimento de medo pela vida sexual. Foi só a partir dos anos 60 que a imprensa começou a dedicar um espaço mais significativo às questões relacionadas com a saúde sexual e o aborto; *Crónica Feminina*, como mencionado acima, oferecia à leitora uma visão de sexualidade um pouco mais livre, sem vergonha e falsas crenças.

Ainda em relação ao corpo feminino, muda completamente o conceito de elegância e, graças às tendências de moda vindas do estrangeiro, a mulher reconhece o potencial do seu corpo, que tenta valorizar com saias mais curtas, blusas decotadas e, na praia, com o biquíni, afastando-se cada vez mais dos modelos regulamentados da Mocidade, que impunham limitações bem precisas nos comprimentos do traje de banho<sup>157</sup>. É o que se observa sobretudo a partir dos anos 60, quando o número de turistas, nas praias de Portugal, começava a aumentar significativamente, introduzindo, desta forma, novas modas, mais atrevidas e menos aceitas pelo regime. Apesar de tudo, porém, era impossível controlar todos os banhistas e a lei sobre os fatos de banho nas praias portuguesas foi ficando sem efeito. A descrição da nova moda frequentemente é acompanhada por palavras francesas, que evidenciavam, mais uma vez, uma abertura às tendências internacionais.

A revista *Crónica Feminina* foi símbolo de uma abertura mental no que diz respeito à vida social da mulher, que começava a ter novos modelos a seguir: aparece o ideal de uma mulher que trabalha fora do lar e que não tem de aceitar a sua sorte, caso ela

---

<sup>155</sup> Assembleia da República, “Lei n.º 6/84, de 11 de maio”, in *Diário da República*, n. 109/1984, p. 1518.

<sup>156</sup> Todas estas leis podem ser consultadas em *Diário da República Eletrónico DRE*: <https://dre.pt/dre/home> (último acesso: 04/02/2023)

<sup>157</sup> Em 1941 fora aprovada uma lei que obrigou a usar fatos de banho com medidas determinadas pelo Ministério do Interior. Quem não respeitava as regras podia ser detido e pagar uma multa até 300\$. (cfr. “As 10 proibições de Salazar”, in <https://quebichotemordeu.com/destaques/as-10-proibicoes-de-salazar/>) (último acesso: 04/02/2023).

seja motivo de infelicidade. As imagens reproduzem roupa para usar em situações profissionais, para participar em eventos sociais, ou, simplesmente, para encontros fora de casa (Cfr. Fig. 46 - Apêndice), refletindo uma sociedade feminina em mudança.

No número 644 de *Crónica Feminina*, publicado em 1969, aparece uma carta escrita por uma leitora acerca da sua relação amorosa; a leitora percebe o amor como algo de espiritual e não consegue ver a carnalidade deste sentimento, assim como não quer falar da sua intimidade com o seu namorado, ao contrário dele, que gostaria de abordar assuntos mais íntimos; ela sente-se um objeto de prazer nas mãos do homem. A autora da resposta afirma que este medo reflete as consequências de uma educação errada, de um conceito de amor que nada tem a ver com a realidade, porque o conhecimento do par não se adquire “com românticas conversas de mãos dadas, falando das flores, dos passarinhos”, mas, pelo contrário, é necessário “discutir todos os problemas com a maior naturalidade”: “porque ter vergonha das realidades que se relacionam com o nosso corpo, se ele é afinal o maravilhoso instrumento que nos foi dado para sabermos apreciar a vida? Não há temas proibidos”<sup>158</sup>.

Este texto rompe com o conceito de moral tradicional de amor, mostrando uma figura feminina que não tem de ter vergonha do seu corpo, e que aprecia tanto a harmonia física, como aquela espiritual com o seu par. A autora aconselha a leitora, no final da carta, a vencer os tabus que a sociedade lhe impôs e ler um livro de Educação Sexual.

À luz de tudo isso, pode-se afirmar que com a revista *Crónica Feminina* se criam novos códigos culturais para a representação da figura feminina, combinando sensualidade e elegância com força e autoridade e recusando, de alguma forma, determinar o lugar social da mulher em oposição ao lugar do homem.

### **III.5. Recuperação do modelo patriarcal nos suplementos**

A revista *Crónica Feminina* tinha um suplemento especial de culinária, em formato grande e a cores, com refeições económicas, segredos da cozinha e pratos rápidos, para todas as donas de casa, apresentados pela personagem feminina da Tia Filomena. Era uma publicação bimestral, realizada por Mário de Aguiar, dirigida e

---

<sup>158</sup> “Conversando”, in *Crónica Feminina*, n.º 664, agosto de 1969, p. 81.

editada por Milai Bensabat. As capas apresentavam, geralmente, imagens da comida típica portuguesa, meninas que preparavam os ingredientes ou, ainda, mesas cheias de pratos, para antecipar o conteúdo das páginas, que eram cerca de trinta.

O primeiro número, publicado em 1960, apresenta um texto intitulado *Atenção, amigas!*, ilustrado com a representação de uma jovem mulher de avental. Se por um lado, a revista valoriza a mulher que trabalha, por outro lado não abandona o ideal da esposa com a missão de servir em casa:

Todas sabemos quantas dores de cabeça uma dona de casa, zelosa dos seus deveres, pode sofrer, com a preocupação de trazer a sua família [...] pratos apenas suculentos e sem qualquer espécie de variante ou fantasia. [...] através de uma nova publicação, entre todas útil, que se destina a tornar as suas leitoras cozinheiras hábeis e donas de casa para quem não existem dificuldades. [...] Com prazer, vereis os maridos comer com satisfação [...].<sup>159</sup>

Assim, no número 18 do suplemento de *Culinária* deseja-se às mulheres que tenham a admiração das pessoas amigas e o orgulho de “S. Ex.<sup>a</sup> o Marido”<sup>160</sup>. Esta curiosa formalidade para falar do marido pode ser interpretada como irónica, mas, em todo o caso, coloca o homem numa posição de superioridade em relação à sua esposa.

As ilustrações eram essenciais para demonstrar a forte ligação que perdurava entre o sexo feminino e as tarefas domésticas; os únicos homens representados, ocupados em preparar a comida, são cozinheiros ou chefs que o fazem por profissão e que, por isso, recebem um salário. Pelo contrário, a mulher nunca ocupa uma posição profissional de cozinheira, mas deduz-se que a sua suposta paixão pela culinária seja motivada pela condição de ser mulher.

O suplemento, apesar de ser um ótimo material no seu género, cheio de conselhos e sugestões, perpetua uma mensagem tradicional e conservadora, ligada a uma ideia de mulher com o papel de servir a sua família, como se pode depreender, por exemplo, pelo excerto que se segue, onde se explica como preparar sanduíches para a hora do lanche. O texto escrito é acompanhado pela imagem de uma mulher que entrega ao filho e ao

---

<sup>159</sup> “Atenção amigas”, in *Crónica Feminina Culinária*, n.º 1, outubro de 1960, p. 1.

<sup>160</sup> “A Culinária e o mar”, in *Crónica Feminina Culinária*, n.º 18, p. 1.

marido, à porta de casa, algo para comer; a divisão dos papéis torna-se mais evidente através da ilustração, que mostra a mulher ocupada nas tarefas domésticas enquanto os homens trabalham fora de casa (Cfr. Fig. 47 - Apêndice):

Toda a boa dona de casa deve ter uma reserva de bolos secos e saber fazer sanduíches apetitosas e variadas para que, à hora do lanche, todos os membros da família recorram a ela, confiantes de que serão bem servidos.<sup>161</sup>

Por fim, mostra-se um último exemplo desta falta de concretização de um ideal feminino completamente novo; no número 23, publicado em 1963, o texto *Verão também na mesa* termina com as palavras: “É tudo uma questão de arte e de gosto. E qual das nossas leitoras não possui esses predicados essencialmente femininos?”. Segundo as palavras mencionadas no suplemento, faria parte da natureza feminina ser capaz de cozinhar e fazê-lo com alegria; ou seja, era óbvio que uma mulher, enquanto tal, devia ser apaixonada por culinária.

Existiam, naquela altura, diferentes suplementos, pertencentes a outras revistas, como o suplemento do *Diário de Lisboa*, onde se propõe ultrapassar a condição da mulher como escrava do lar, afirmando que:

A maior parte das publicações destinadas à mulher, e apesar da posição que ela conquistou no mercado de trabalho, continuam arreigadas à imagem da mulher escrava do lar, deprimida, oprimida, embrutecida, humilhada pelos pequenos afazeres domésticos, que a convertem em cozinheira e ama-seca, que desbaratam a sua actividade num trabalho absurdamente improdutivo, mesquinho, enervante, embrutecedor e fastidioso.<sup>162</sup>

A imagem da mulher que prepara a comida e que trabalha na cozinha está presente não só nas páginas do Suplemento, mas também na revista e nas contracapas de *Crónica*

---

<sup>161</sup> “Para a hora do lanche”, in *Crónica Feminina Culinária*, n.º 23, 1963, p. 28.

<sup>162</sup> L.M. Simões, “Pontos nos ii”, in *Diário de Lisboa Mulher* de 24 de outubro de 1973, p. 4.

*Feminina*. Existiam dezenas de publicidades de produtos para cozinhar, limpar a cozinha ou dar mais sabor aos pratos.

A partir dos anos 60, o crescimento económico acelerado, trouxe no mercado português novas modalidades e produtos para cozinhar que, na maioria das vezes, tornavam as ações das mulheres mais rápidas e imediatas; no comércio começaram a aparecer mais marcas para uma escolha mais diversificada, aparelhos e refeições prontas ou mais fáceis e preparar. Apareciam anúncios como “Puré de batata instantâneo. Boa cozinha. Vida melhor com Maggi”<sup>163</sup>, “Gel mar. Peixes de todos os mares prontos a cozinhar. A maior organização de alimentos congelados”<sup>164</sup>, “Peugimix. 7 aparelhos num só”<sup>165</sup>, ou “Os seus cozinhados ficarão ainda melhor com caldo de galinha Knorr-Suíça”<sup>166</sup> (Cfr. Fig. 48, 49, 50 e 51 - Apêndice).

Estes anúncios, cada vez mais frequentes a partir dos anos 60, eram o reflexo não só do crescimento económico do país, mas também de uma diversificação profissional das mulheres, que tinham a necessidade de organizar o seu tempo de forma diferente. Muitas mulheres começaram a trabalhar fora de casa e, portanto, o tempo para cozinhar ou para comprar alimentos frescos dos mercados diminuiu significativamente. Por este motivo, estes produtos prontos a cozinhar representavam uma solução para todas as mulheres que desejavam ter uma ajuda na gestão do tempo. O mesmo processo aconteceu com o desenvolvimento do mercado dos eletrodomésticos, que introduziu numerosas facilidades, em relação aos trabalhos domésticos.

A recuperação do modelo patriarcal, por seu lado, está bem visível também em *Crónica Masculina*<sup>167</sup>, revista criada em 1956 por Rui Costa, e em outros suplementos da revista como *Crónica Infantil*, que ocupava só poucas páginas no fim da *Crónica Feminina*. *Crónica Infantil* era dedicado aos mais pequenos, continha desenhos realizados por eles e enviados para a redação, pequenos contos acompanhados por imagens simples e infantis, secções dedicadas às fotografias dos filhos enviadas pelos pais para serem

---

<sup>163</sup> Contracapa de *Crónica Feminina*, n.º 484, março de 1966.

<sup>164</sup> *Crónica Feminina*, n.º 594, abril de 1968, folha de rosto.

<sup>165</sup> Anúncio “Peugimix”, in *Crónica Feminina*, n.º 678, novembro de 1969, p. 95.

<sup>166</sup> Anúncio “Knorr-Suíça”, in *Crónica Feminina*, n.º 302, setembro de 1962, p. 74.

<sup>167</sup> Revista criada em 1956, por Rui Costa. Apesar da tentativa de oferecer temas atuais para os homens, a revista não teve muito sucesso e acabou de ser publicada em 1957. Na primeira publicação, os editores indicam a mulher como principal assunto da revista, dado que, como eles escrevem, sem ela “não nos seria possível apresentar este magazine. A mulher está na origem de todas as coisas e é por causa dela que debaixo do sol há sempre novos eventos”.

publicadas, ou ainda jogos como adivinhas, palavras cruzadas, labirintos ou banda desenhada. Todo esse material continuava a ilustrar uma mulher que trabalhava no lar e que cuidava dos seus filhos, como no caso do texto *Um passeio com a mamã*, no número 640 (1969) da revista, que mostra uma figura feminina enquanto prepara a comida para os filhos, os leva a passear pelo campo e passa os dias com eles. Ou ainda nos poemas realizados pelos leitores, publicados nas últimas páginas da revista, que ilustravam uma mãe atenciosa: “Minha mãe é muito triste, passa a vida a chorar. Para criar os filhinhos, muito tem de trabalhar”, ou “Quero-te tanto ó Mãe, tanto amor tenho por ti, tens-me feito tanto bem, e eu sou tão mau para ti”<sup>168</sup>.

Entretanto, o suplemento *Crónica Feminina Culinária* tornou-se testemunho na história portuguesa de novos produtos alimentares, de novos aparelhos eletrodomésticos e de novas modalidades de cozinhar, que refletiam um novo estilo de vida: as receitas tornam-se cada vez mais rápidas a fazer e introduzem-se, cada vez mais, pratos da cozinha internacional, saindo da cozinha típica portuguesa.

É bem visível uma transformação, gradual e cautelosa, em relação aos signos, ao sistema de comunicação e aos conceitos presentes nas páginas desta revista feminina. Tenta-se não só difundir informações e um conteúdo mais moderno que visa ao progresso, mas também se procura formar opiniões e uma nova consciência acerca do papel social da mulher e da sua participação na vida pública.

---

<sup>168</sup> “As 10 quadras vencedores do nosso concurso de mini poetas”, secção *Crónica Infantil*, in *Crónica Feminina*, n.º 904, março de 1974, p. 105.



## Conclusão

Ao longo deste trabalho apresentou-se o panorama das revistas femininas publicadas durante o período do regime salazarista, analisando-as do ponto de vista sociocultural, como testemunhos da história portuguesa. O *Boletim da Mocidade Portuguesa Feminina*, *Menina e Moça*, *Crónica Feminina* e as outras revistas mencionadas nesta pesquisa representam uma nítida demonstração do poder da imprensa, veículo de valores e educação, sobretudo num estado opressivo em que a propaganda vai de par e passo com o recurso à censura.

A análise não se debruçou apenas sobre o conteúdo temático das revistas, mas também sobre as estratégias verbais e visuais da imprensa feminina. Se a revista feminina da época, com todas as suas secções, parece ser, à primeira vista, um meio de lazer e entretenimento, para preencher o tempo livre da mulher, na verdade, sob um olhar mais crítico, revela-se um instrumento de propagação de ideias, espelho da sociedade da época.

Apesar das análises realizadas revelarem uma imprensa vinculada pela censura, tornou-se evidente que havia diferenças significativas entre as várias revistas; se por um lado o *Boletim da Mocidade Portuguesa Feminina* promove uma figura feminina esboçada a partir de alguns modelos antigos, por outro lado, *Crónica Feminina* introduz, com cautela, um novo ideal, que olha não só para Portugal, mas também para o estrangeiro, discutindo, cada vez mais frequentemente, a participação ativa da mulher na sociedade, no âmbito profissional e civil.

Outros temas poderão também ser explorados a partir desta pesquisa, na área do conteúdo temático das revistas femininas, como no campo dos estudos iconográficos, tanto na questão da imprensa, depois do 25 de Abril de 1974; seria, de facto, interessante ver o desenvolvimento das revistas analisadas, depois do regime salazarista, assim como seria curioso pesquisar sobre as novas publicações que apareceram nos anos 80, acompanhando como foi mudando o ideal de mulher e como foram ultrapassados os modelos femininos enraizados na mentalidade salazarista. Seria, sem dúvida, estimulante analisar também as revistas masculinas publicadas naquele mesmo período histórico, como por exemplo *Crónica Masculina*, para identificar o modelo feminino que se apresentava nas revistas destinadas, supunha-se, aos homens.

Depois da Revolução dos Cravos surgiram novas associações femininas que queriam intervir na luta pela igualdade dos sexos no âmbito do trabalho, da cidadania e dos direitos civis; pelo contrário, as organizações criadas durante o Estado Novo pelo regime, foram eliminadas definitivamente. A Mocidade Portuguesa Feminina foi extinta pelo Decreto-Lei n.º 171/74, assim como também desapareceu a Obra das Mães pela Educação Nacional, em 1975. As movimentações sociais foram numerosas e nelas houve uma enorme participação das mulheres, que conseguiram organizar, de uma forma teórica, o pensamento sobre a própria identidade, mas que, na prática, ainda não encontraram e conquistaram o espaço necessário de participação: na política, por exemplo, a presença de mulheres era muito fraca, assim como nas direções dos sindicatos.

Na primeira metade dos anos 80, as associações feministas continuaram a lutar pela legalização do aborto e pela luta contra a violência doméstica. Houve muitas iniciativas, também a nível internacional, acumulando cada vez mais visibilidade junto de instituições e levando adiante novas causas, como a participação da mulher na vida política, a educação e a afirmação da vida profissional da mulher.

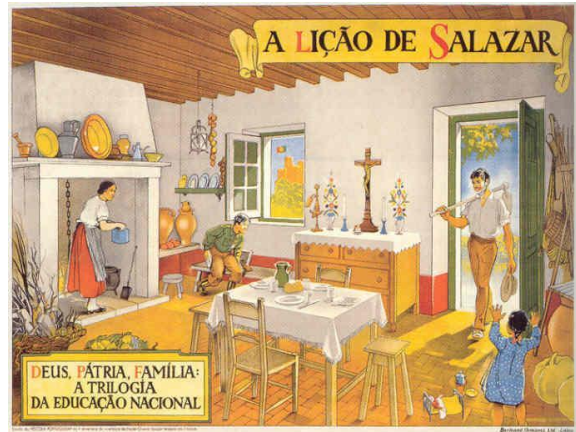
Contudo, como este trabalho conseguiu demonstrar, já nas últimas décadas do regime as mulheres começaram a perceber a necessidade de exprimir a sua própria identidade, e, para o fazer, recorreram a diferentes canais de imprensa, como boletins, revistas e jornais. Começou-se então uma mudança, que não foi uma transformação repentina e instantânea, mas, pelo contrário, constituiu um processo lento e gradual, uma transição para a democracia: a mentalidade patriarcal incutida pelo regime era tão enraizada na sociedade portuguesa que não podia ruir do dia para a noite. A revista *Crónica Feminina*, foco principal do terceiro capítulo, mostra, de facto, os progressos da sociedade portuguesa que se queria abrir à modernidade e, por outro lado, torna-se o espelho de uma sociedade ainda fechada nos seus dogmas e nos seus princípios patriarcal.

Apesar das dificuldades que o mundo feminino encontrou na afirmação do seu próprio ser, é evidente que a presença de mulheres fortes, com conhecimento e consciência, foi essencial para a superação de alguns dogmas e para a construção dos princípios que permitiram à mulher portuguesa de hoje viver numa sociedade mais livre e aberta, que, infelizmente, não abandonou, ainda, alguns mecanismos sociais presentes na mentalidade patriarcal promovida pelo obscurantismo salazarista.

## APÊNDICE ICONOGRÁFICA



**Fig. 1.** Cartaz de propaganda política do Estado Novo, Biblioteca Nacional Digital:  
<https://purl.pt/28182>



**Fig. 2.** Cartaz de propaganda política do Estado Novo, *A Lição de Salazar*, 1938:  
<http://visualizingportugal.com/ed-vn3-8-lessons-salazar/2013/4/2/a-liao-de-salazar>



**Fig. 3.** Parte interior da capa de *O livro da primeira classe*, 1941.



**Fig. 4.** Parte interior da contracapa de *O livro da primeira classe*, 1941.



**Fig. 5 e 6.** Obra das mães pela Educação Nacional – 15 bons conselhos:

<https://ephemerajpp.com/2020/09/27/obra-das-maes-pela-educacao-nacional-15-conselhos/>



**Fig. 7.** “A questão dos fatos de banho”, in *Menina e Moça*, n.º 95, julho, agosto 1955.



**Fig. 8.** Ilustração de mulheres com fatos de banho da MPF. *Boletim da Mocidade Portuguesa Feminina*, n.º 27, junho de 1941.



Fig. 9. Excerto do artigo “Canção da vida” in *Mocidade Portuguesa Feminina: boletim mensal*, n.º 16, agosto de 1940.

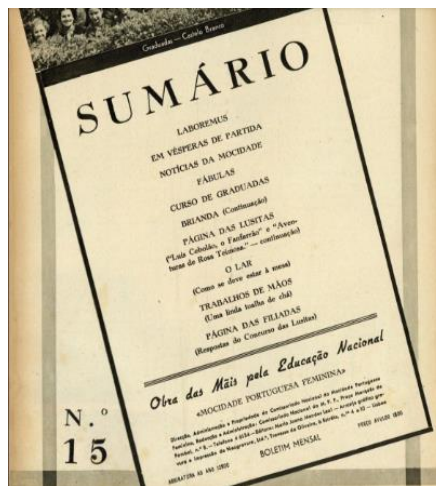
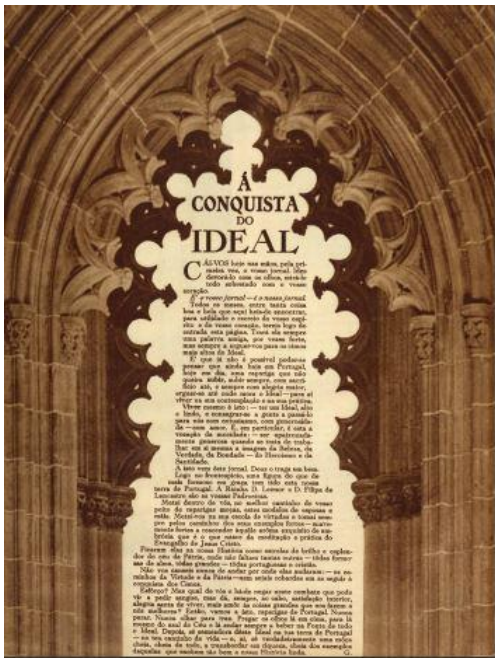
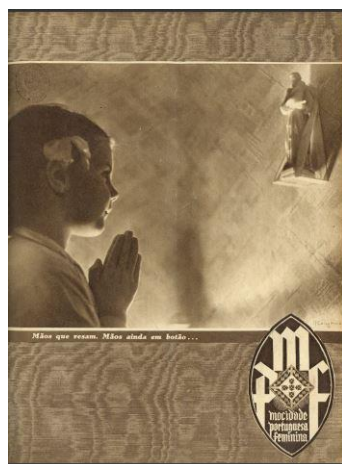
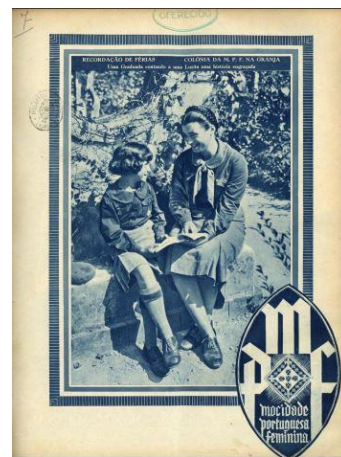


Fig. 10, 11 e 12. Alguns exemplos de sumários na revista *Mocidade Portuguesa Feminina*, boletim mensal, n.º 11-15-67.





**Fig. 16.** “Á conquista do ideal”, in *Mocidade Portuguesa Feminina*, boletim mensal, n.º 1, maio de 1939, p. [5].  
Recuperação do passado heroico através da arquitetura medieval.



**Fig. 17, 18, 19, 20 e 21.** Capas do boletim mensal *Mocidade Portuguesa Feminina*, n.º 1 (maio de 1939), 2 (junho de 1939), 7 (novembro de 1939), 11 (março de 1940), 12 (abril de 1940).

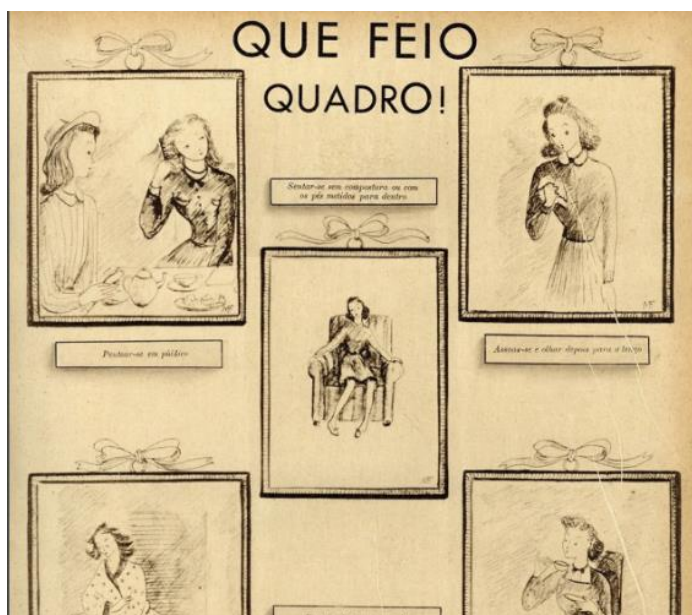
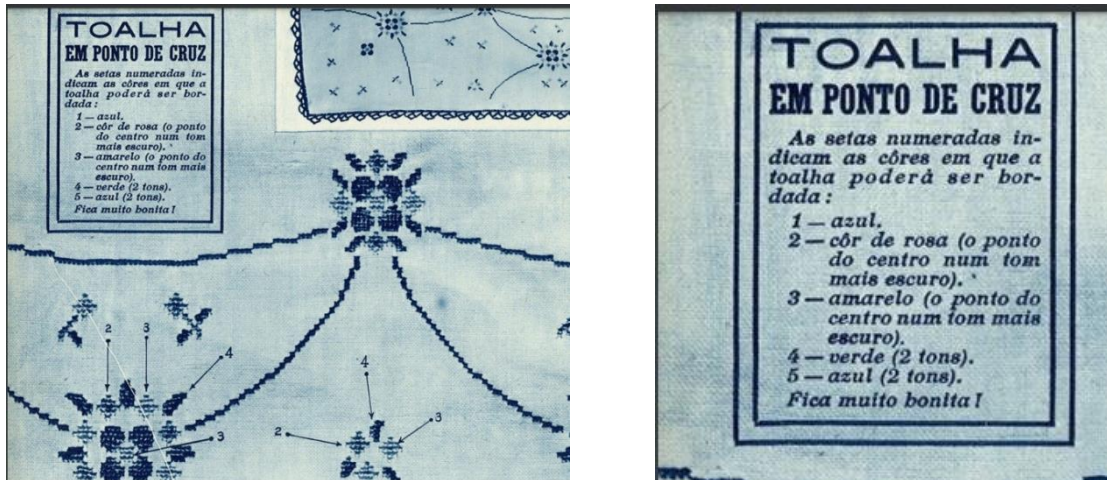


Fig. 22. Ilustração tirada da revista *Mocidade Portuguesa Feminina*, boletim mensal, n.º 94, 1947.



Fig. 23. “Saias curtas”, ilustrações tiradas da revista *Menina e Moça*, n.º 223, fevereiro 1967, p. 13.





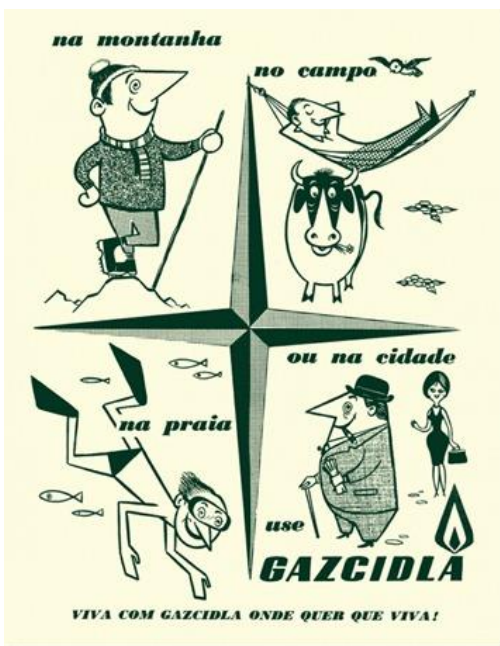
**Fig. 24.** Ilustrações tiradas do boletim mensal da *Mocidade Portuguesa Feminina*, n.º 22, fevereiro 1941, p. [14]. Explicação detalhada para a realização de uma toalha em ponto de cruz.



**Fig. 25.** “Bondade e paciência. Belezas da alma reflectidas no rosto”, in *Mocidade Portuguesa Feminina*, n.º 72, abril de 1945, p. [6].



**Fig. 26 e 27.** Cartazes para o lançamento do gás butano da Cidla, em 1964. Ilustrações tiradas do livro de Rui Estrela *A Publicidade no Estado Novo, Volume II, (1960-1973)*, Coleção Comunicando, Lisboa, p. 110.



**Fig. 28.** Cartaz do gás butano da Cidla, anos 60:  
<https://almanquesilva.wordpress.com/?s=cidla>



Fig. 29 e 30. Publicidade sabão OMO, anos 50 e 60: <https://www.propagandashistoricas.com.br/search?q=OMO>



Fig. 31. Publicidade dos anos 50 da Farinha de Fava "A Mariazinha": <http://sossegodaflora.blogspot.com/2022/11/farinha-mariazinha-bater-na-mulher-anos.html>

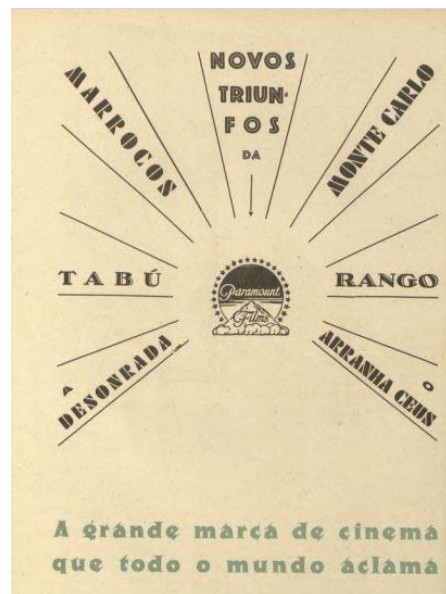


Fig. 32. Anúncio da marca de cinema Paramount Films, in *Portugal Feminino*, n.º 17, junho de 1931, p. 10.

Directora e Editora: CAROLINA HOMEM-CHRISTO  
 Ano 25.º — Nº 951 — Outubro de 1951 — Preço: 7500  
 Redacção e Administração: Largo Teófilo Coelho, 9, 2.º,  
 Lisboa — Telefone 2 7507 — Proprietária: da Editorial Ogi-  
 magem, Limitada — Composto e impresso na Imprensa  
 (Hindal), L.ª — Travessa do Cardo do Rio, 7 — Lisboa.  
 Telefone: P.R.X. 2 1368 e 2 1227

NÃO DEIXE DE PROTEGER O SEU FILHO

ÓLEO PARA O BÊBÊ

- Controla uma secura a que dá origem a muitas irritações de pele.
- Elimina as irritações profundas pelo leite.
- Remove a pele morta e o fiavel.
- Proporciona um agradável cheiro.

APLIQUE O ÓLEO A SEGUIR AO BANHO E APÓS A HIGIENA DAS FRaldas

De SAÚDE BELEZA E HIGIENE ao seu bebê COM DE PRODUTOS DDD.

TELEX 24724

Plissados

8.º DE DEZEMBRO, 64 LISBOA

AJOURS BOTOS BORDADOS

Salão dos Plissados

RUA 1.ª DE DEZEMBRO, 64

Fig. 33. Anúncios de produtos para a higiene dos bebês, como sabonetes, balsamo, óleo e pó talco, in *Eva*, n.º 169, outubro de 1951, p. [2].

Agradecido a

**KOLYNOS**

A espuma Kolykos penetra e

**ESPUMA**

limpa entre os dentes, chega aos recantos mais inacessíveis onde a cárie tão frequentemente começa.

Um centímetro na escova de dentes basta. Por isso é o Kolykos tão económico.

Os dentes dos seus filhos precisam de Kolykos para se conservarem saudáveis e fortes. Além disso, gostarão imenso do paladar a hortela-pimenta deste Creme.

Os ensaios feitos durante anos levaram à adopção de uma excelente fórmula especial do Creme Dentífico Kolykos.

pela brancura dos meus dentes

Compre um tubo de creme dentífico Kolykos ainda hoje. Preço 12350

"Ela tem os dentes mais brancos que se possa imaginar"

O seu segredo é simples: Pepsodent! O Irium contido neste maravilhoso dentífico faz desaparecer integralmente e com suavidade, a "película" que todos os dias se deposita nos seus dentes e lhes tira o brilho. Pepsodent dá assim ao seu sorriso um brilho, um encanto incomparável.

**Pepsodent**

O ÚNICO DENTIFRICO QUE CONTEM Irium

TAMANHO GRANDE - 10 Esc., Indústrias Lever Portuguesa, Lda - Sacovém

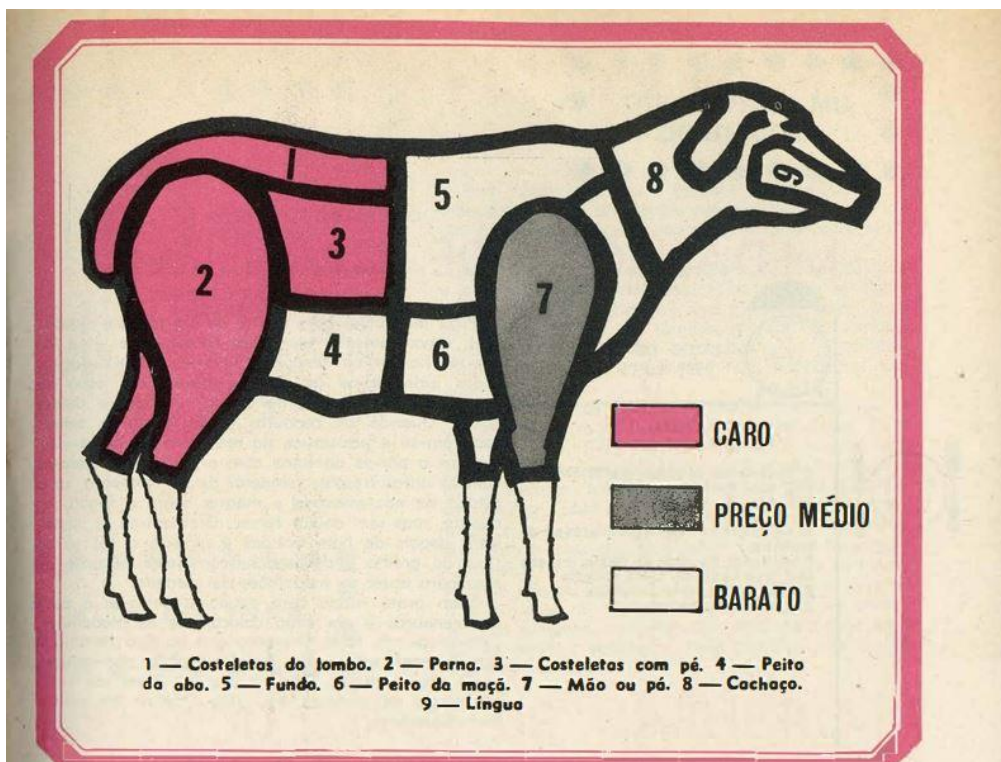
PP. 75. 008

**MONTEGIL**

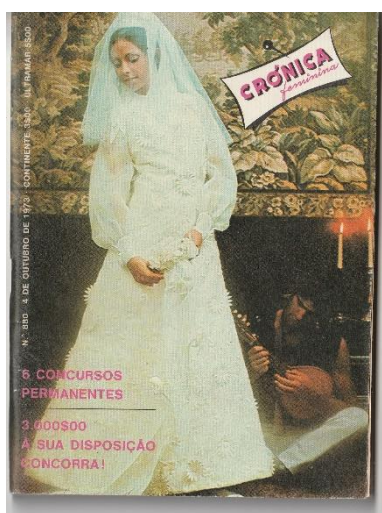
A MELHOR PASTA DENTÍFRICA

5\$00

Fig. 34, 35 e 36. Três anúncios de pastas de dentes presentes na revista *Eva*, n.º 169, outubro de 1951, p. [44], 49, 50.



**Fig. 37.** Desenho de um carneiro dividido em secções e cores. Cada cor representava o preço daquela parte. Figura tirada da revista *Eva* n.º 1145, 1967, p. 47.



**Fig. 38 e 39.** Exemplos de capas da revista *Crónica Feminina*, n.º 880 (outubro de 1973) e n.º 884 (novembro de 1973), que mostram o momento do casamento.

## HOROSCOPO

<p><b>CARNEIRO</b> 21-3 a 20-4</p> <p>Domina a sua tendência para se mostrar colérica, pouco paciente e um pouco egoísta. Corre na adulação e no carinho dos que a rodeiam e sabe retribuir como deve ser. Para os amadores, este será um período de grandes projectos que devem tentar organizar convenientemente para o futuro.</p>	<p><b>TOURO</b> 21-4 a 21-5</p> <p>Dia feliz e interessante, desde que não abuse do seu sentido crítico e domine a língua moída que lhe vem aos lábios. Aceptáveis encontros com os entes que lhe são queridos. Não se deixe enganar e saiba interessar-se pelos problemas dos outros. Uma carta transpassada.</p>
<p><b>GÊMEOS</b> 22-5 a 21-6</p> <p>Não se deixe abater por críticas ou retróscios murmurados. Se se mostrar dinâmica, conseguirá levar a bom termo algo que empreendeu há algum tempo. Uma carta fria de homem amado poderá afectar. Não se deixe impressionar o seu estado de espírito, pois ele maracá.</p>	<p><b>CARANGUEJO</b> 22-6 a 22-7</p> <p>Possibilidade de realização de um projecto elaborado há pouco tempo. Demonstrações de carinho e simpatia de parte dos que o amam. Não se deixe arrastar por entusiasmos momentâneos que podem comprometer o bom êxito das suas tentativas no campo profissional.</p>
<p><b>LEÃO</b> 23-7 a 23-8</p> <p>Não espere acontecimentos excepcionais nem milagres, mas verá que não o afectará igualmente desolados de grande vulto. Seja paciente e calma, pois a situação tende a evoluir favoravelmente. Sentir-se-á em boa forma e seu carácter optimista. Recobrará notícias.</p>	<p><b>VIRGEM</b> 24-8 a 23-9</p> <p>Cuidado com as partidas que pode pagar. Há uma sensibilidade dilatada à flor da pele. Seja hábil e evite interpretar demasiado rotundamente os gestos e as palavras das pessoas que o amam. Interesse-se pelos problemas alheios para mais facilmente esquecer os seus.</p>
<p><b>BALANÇA</b> 24-9 a 23-10</p> <p>Uma agradável modificação pode surgir na sua vida. Saiba estar preparada para a receber. O seu equilíbrio a tornará indiferente em relação aos problemas e preocupações dos que a rodeiam. Lute contra isso, pois arriscar-se a provocar desentendimentos profundos.</p>	<p><b>ESCORPIÃO</b> 24-10 a 23-11</p> <p>Uma calma corrente de compreensão e felicidade rodeia-a, permitindo-lhe a quietude e o aborrecimento. Possibilidade de encontros com pessoas de grande interesse para o seu futuro. Pode, sem medo, empreender qualquer tarefa, pois tudo se resolverá bem.</p>

**PROGNÓSTICO PARA AS PESSOAS**



**NASCIDAS ENTRE 23 DE FEVEREIRO E 1 DE MARÇO**

As pessoas nascidas neste período aliam a um talento especial para o negócio, o amor e o trabalho, porque sabem exactamente o que querem. São felizes no casamento e sabem aproveitar os seus talentos. Não são muito ambiciosas e não se preocupam com o futuro. São muito simpáticas e bondosas, mas esse espírito e bondade, por de mais modesto, faz-lhes perder algum dos seus talentos que precisam sempre tem de desenvolver a que val da aparência até à realidade, sendo um defeito. Mas têm o encanto da pessoa capaz de se adaptar a circunstâncias diversas. São objectivas no amor, mas a forma como finalmente perseguem o seu ideal não se duvida ver muito coisa feita pelo caminho. Tendem para pertubar-se da vivacidade vanguarda.

## HOROSCOPO

Fig. 40. Rubrica dedicada ao horóscopo na revista *Crónica Feminina*, n.º 535, fevereiro de 1967, pp. 6-7.

**\* MANCHAS NA PELE**

**\* VEIAS SALIENTES**

**\* CICATRIZES**

**\* SINAIS DE NASCENÇA**

**\* TATUAGEM**

OS PRODUTOS

**LYDIA O'LEARY**


**RESOLVEM ESTES PROBLEMAS NOS HOMENS MULHERES E CRIANÇAS**


ESCREVA PARA REPRESENTANTES DE

**LYDIA O'LEARY**


Rua do Castelo Cultural, 13-A-Tel. 71 20 12 LISBOA 2 - PORTUGAL

**Parabéns a você**







Virginia Dulce Dias Afonso  
25-2



Luciana de Matos Simões  
25-2




Marta Helena Elói Lopes  
26-2




Isabel Virginia Ferreira da Costa  
26-2

PÁG. 10


**MINHA SENHORA: GOSTA DE TRICOT E DE CROCHET? QUER RESOLVER OS PROBLEMAS DE VESTUÁRIO DE TODA A FAMÍLIA?**




Maria do Conceição Pêgo (Sobrinha)  
27-2




Marta Dulce Amaral Carreira  
28-2



Maria Guilhermina Magalhães Almeida  
28-2



Marta Leonor Gomes Santana  
1-3



Marta Celeste de Silva Brandão  
1-3

Deverá enviar a foto da pessoa a quem pretende dar os parabéns, acompanhada de 2000\$, e com um mês de antecedência, para que no número seguinte, entre, mais próximo do dia do aniversário venha publicada.

Não nos responsabilizamos pela devolução dos fotos.

É favor enviarem-nos as mensagens dos festejados para efeito de ficheiro.

**vosso tricot**

**RESOLVE-LOS-A POR SI!**

NAS 66 SUGESTIVAS PÁGINAS DESTES BELOS ALBUMS PARA 1967 ENCONTRARÁ A SOLUÇÃO IDEAL PARA VESTIR BEM!

**30 PÁGINAS A CORES**

Perdidos à:

AGÊNCIA PORTUGUESA DE REVISTAS  
Rua Sariva de Carvalho, 207 - Lisboa -  
enviando a respectiva importância em selos ou vale de correio

Fig. 41. Rubrica dedicada aos aniversário dos leitores na revista *Crónica Feminina*, n.º 535, fevereiro de 1967, pp. 10-11.

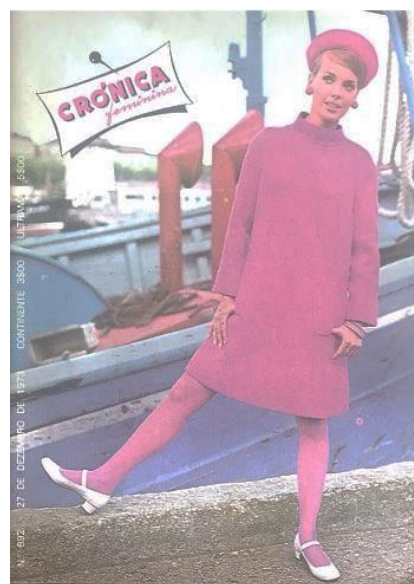


Fig. 42 e 43. Exemplos de capas da revista *Crónica Feminina*, n.º 155 (novembro de 1959) e n.º 892 (dezembro de 1973).



Fig. 44. Anúncio publicitário *Moulinex* mostra uma mulher que joga fora o avental. Ilustração tirada da revista *Crónica Feminina*, n.º 889, 1973.



Fig. 45. Anúncio publicitário *Ideal Buste*, na revista *Crónica Feminina*, n.º 4, outubro de 1965, p. 70.



Fig. 46. Rubrica de moda presente na revista *Crónica Feminina*, n.º 535, fevereiro de 1967, pp. 22-23.



Fig. 47. Imagem que mostra uma mulher que prepara a comida, enquanto os homens trabalham fora da casa. Ilustração tirada do *Suplemento Crónica Feminina Culinária*, n.º 23, 1963, p. 28.





**Fig. 48.** Anúncio do puré Maggi  
 Contracapa de *Crónica Feminina*, n.º  
 484, março de 1966.



**Fig. 49.** Anúncio dos alimentos congelados Gel  
 mar, Folha de rosto *Crónica Feminina*, n.º 594,  
 abril de 1968.



**Fig. 50.** Anúncio “Peugimix”, na revista  
*Crónica Feminina*, n.º 678, novembro de 1969,  
 p. 95.



**Fig. 51.** Anúncio “Knorr-Suíça”, na  
 revista *Crónica Feminina*, n.º 302,  
 setembro de 1962, p. 74.

## Bibliografia

### Bibliografia ativa

*A Capital*, n.º 294, abril de 1911.

*Boletim da Associação Feminina Portuguesa para a Paz*, n.º 6, julho de 1949.

*Crónica Feminina*, n.º 4, outubro de 1965.

*Crónica Feminina*, n.º 302, setembro de 1962.

*Crónica Feminina*, n.º 484, março de 1966.

*Crónica Feminina*, n.º 510, setembro de 1966.

*Crónica Feminina*, n.º 594, abril de 1968.

*Crónica Feminina*, n.º 601, maio de 1968.

*Crónica Feminina*, n.º 664, agosto de 1969.

*Crónica Feminina*, n.º 678, novembro de 1969.

*Crónica Feminina*, n.º 735, dezembro de 1970.

*Crónica Feminina*, n.º 784, dezembro de 1971.

*Crónica Feminina*, n.º 879, setembro de

*Crónica Feminina*, n.º 889, dezembro de 1973.

*Crónica Feminina*, n.º 1239, agosto de 1980.

*Crónica Feminina Culinária*, n.º 1, outubro de 1960.

*Crónica Feminina Culinária*, n.º 18.

*Crónica Feminina Culinária*, n.º 23, 1963.

*Diário de Lisboa*, outubro de 1973.

*Eva*, setembro de 1939.

*Eva*, n.º 957, outubro de 1951.

*Eva*, n.º 1145, junho de 1967.

*Gazeta das Damas*, n.º 1, novembro de 1822.

*Menina e Moça*, n.º 9, janeiro de 1948.

*Menina e Moça*, n.º 80, março de 1954.

*Menina e Moça*, n.º 182, maio de 1963.

*Menina e Moça*, n.º 190, outubro de 1960.  
*Menina e Moça*, n.º 220, novembro de 1966.  
*Menina e Moça*, n.º 223, fevereiro de 1967.  
*Menina e Moça*, n.º 229, setembro de 1967.  
*Menina e Moça*, n.º 253, dezembro de 1969.  
*Menina e Moça*, n.º 254, janeiro de 1970.  
*Mocidade Portuguesa Feminina: boletim mensal*, n.º 1, maio de 1939.  
*Mocidade Portuguesa Feminina: boletim mensal*, n.º 2, junho de 1939.  
*Mocidade Portuguesa Feminina: boletim mensal*, n.º 3, julho de 1939.  
*Mocidade Portuguesa Feminina: boletim mensal*, n.º 4, agosto de 1939.  
*Mocidade Portuguesa Feminina: boletim mensal*, n.º 6, outubro de 1939.  
*Mocidade Portuguesa Feminina: boletim mensal*, n.º 12, abril de 1940.  
*Mocidade Portuguesa Feminina: boletim mensal*, n.º 13, maio de 1940.  
*Mocidade Portuguesa Feminina: boletim mensal*, n.º 14, junho de 1940.  
*Mocidade Portuguesa Feminina: boletim mensal*, n.º 16, agosto de 1940.  
*Mocidade Portuguesa Feminina: boletim mensal*, n.º 17, setembro de 1940.  
*Mocidade Portuguesa Feminina: boletim mensal*, n.º 18, outubro de 1940.  
*Mocidade Portuguesa Feminina: boletim mensal*, n.º 26, junho de 1941.  
*Mocidade Portuguesa Feminina: boletim mensal*, n.º 27, julho de 1941.  
*Mocidade Portuguesa Feminina: boletim mensal*, n.º 30, outubro de 1941.  
*Mocidade Portuguesa Feminina: boletim mensal*, n.º 33, janeiro de 1942.  
*Mocidade Portuguesa Feminina: boletim mensal*, n.º 34, março de 1942.  
*Mocidade Portuguesa Feminina: boletim mensal*, n.º 35, março de 1942.  
*Mocidade Portuguesa Feminina: boletim mensal*, n.º 42, outubro de 1942.  
*Mocidade Portuguesa Feminina: boletim mensal*, n.º 46, fevereiro de 1943.  
*Mocidade Portuguesa Feminina: boletim mensal*, n.º 49, maio de 1943.  
*Mocidade Portuguesa Feminina: boletim mensal*, n.º 62, junho de 1944.  
*Mocidade Portuguesa Feminina: boletim mensal*, n.º 71, março de 1945.  
*Mocidade Portuguesa Feminina: boletim mensal*, n.º 72, abril de 1945.  
*Mocidade Portuguesa Feminina: boletim mensal*, n.º 78, outubro de 1945.  
*Mocidade Portuguesa Feminina: boletim mensal*, n.º 90, outubro de 1946.  
*Mocidade Portuguesa Feminina: boletim mensal*, n.º 92, dezembro de 1946.

*Mocidade Portuguesa Feminina: boletim mensal*, n.º 93, janeiro de 1947.  
*Mocidade Portuguesa Feminina: boletim mensal*, n.º 94, fevereiro de 1947.  
*Mocidade Portuguesa Feminina: boletim mensal*, n.º 95, março de 1947.  
*O Toucador. Periódico dedicado às senhoras portuguesas*, n.º 1, 1822, Lisboa.  
*Os Nossos Filhos*, n.º 180, maio de 1957.  
*Portugal Feminino*, n.º 17, junho de 1931.

## **Bibliografia crítica**

ARAÚJO, Tânia Vanessa Gomes, *Uma revista feminina em tempo de Guerra: O caso da “Eva” (1939-1945)*, dissertação de mestrado em História Contemporânea, Faculdade de Letras de Coimbra, 2011.

AZEVEDO, Cândido de, *A censura de Salazar e Marcelo Caetano: Imprensa, teatro, cinema, televisão, radiodifusão, livro*, Lisboa, Caminho, 1999.

BASTO, Joana Isabel Barroso Pereira Leite, *A representação de género em manuais escolares do ensino primário do Estado Novo*, dissertação de mestrado em Design, Escola Superior de Artes e Design de Matosinhos, 2015.

BRAGA, Paulo Drumond, “Os ministros da Educação Nacional (1936-1974). Sociologia de uma Função”, in *Revista Lusófona de Educação*, n.º 16, 2010, pp. 23-38.

CABRAL, João Pina de, *Filhos de Adão, filhas de Eva: a visão do mundo camponesa no Alto Minho*, Lisboa, Etnográfica Press, 2019 [1989].

CANDEIAS, António, SIMÕES, Eduarda, “Alfabetização e escola em Portugal no século XX: Censos Nacionais e estudos de caso”, in *Análise Psicológica*, 1 (XVII), 1999, pp. 163-194.

CARDOSO, Sandra Isabel dos Santos, *A Mulher e a censura no Estado Novo. O coro das Novas Cartas Portuguesas*, Dissertação de mestrado em Estudos Editoriais, 2015-2016.

CARVALHEIRO, Ricardo, SILVEIRINHA, Maria João, “Género e receção mediática no Estado Novo”, in *Mediapolis – Revista de Comunicação, Jornalismo e Espaço Público*, n.º 7, 2018, pp. 199-213.

CARVALHO, Ana Claudia Campina, *António Oliveira Salazar: discurso político e “retórica” dos Direitos Humanos*, Departamento de Historia Medieval, Moderna y Contemporánea de Salamanca, 2013.

CID, Nuno, “O divórcio em Portugal durante o Estado Novo”, in *Lex Familiae – Revista Portuguesa de Direito da Família*, ano 9, n.º 17 e 18, 2014, pp. 15-35.

COVA, Anne, PINTO, António Costa, “O salazarismo e as mulheres. Uma abordagem comparativa”, in *Pénélope*, v. 17, 1997, pp. 71-97.

ESTRELA, Rui, *A Publicidade no Estado Novo. Volume II (1960-1973)*, Lisboa, Coleção Comunicando, 2005.

FACADA, Mariana Aguiar de Oliveira Franco, *Magazine da Mulher: reinterpretação Gráfica e Editorial de Periódicos Femininos do Estado Novo*, Dissertação de mestrado em Práticas Tipográficas e Editoriais Contemporâneas, Faculdade de Belas Artes, 2018.

FERREIRA, Isabel Alves, “Mocidade Portuguesa Feminina: um ideal educativo”, in *Revista de História das Ideias*, v. 16, 1994, pp. 193-233.

FERRO, António, *Salazar: o homem e a sua obra*, Lisboa, Empresa Nacional de Publicidade, 1933.

FILOMENA, Maria Mónica, ““Deve-se ensinar o povo a ler?”: a questão do analfabetismo (1926-39)”, in *Análise Social*, vol. XIII (50), 1977-2º, pp. 321-353.

GORJÃO, Vanda, *Mulheres em tempos sombrios: oposição feminina ao Estado Novo*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, 2002.

JOAQUIM, Teresa, *Dar à Luz. Ensaio sobre as práticas e crenças da gravidez, parto e pós-parto em Portugal*, Lisboa, Etnográfica Press, 2019 [1983].

JOAQUIM, Teresa, *Maria Lamas e as Mulheres do meu País ou a deslocalização de uma intelectual*, Torres Novas, Universidade Aberta, 2017.

LUCENA, Manuel de, “Salazarismo no feminino”, in *Análise Social*, v. XXXVIII (169), 2004, pp. 1171-1187.

MACHADO, José Pais, “Austeridade e moralismo nos valores estéticos”, in REIS, António (dir.), *Portugal Contemporâneo: 1926-1958: Ascensão e consolidação do Estado Novo. A ordem económica e social entre o desenvolvimento e a estagnação. Controlo ideológico e resistência cultural. Sob a égide dos valores conservadores*, Lisboa, Publicações Alfa, 1989, pp. 349-352.

MENESES, Filipe Ribeiro de, *Salazar: biografia definitiva*, São Paulo, Leya, 2011.

MONTEIRO, Natividade, “Falar de paz em tempo de guerra”, in *Faces de Eva*, n.º 41, 2019, pp. 67-85.

NÓBREGA, Isabel de, *A condição da Mulher Portuguesa*, Lisboa, Editorial Estampa, 1972.

OSÓRIO, Ana de Castro, *Alle donne portoghesi*, trad. e org. de Vanessa Ribeiro Castagna, Padova, Linea Edizioni, 2022.

PEREIRA, Sónia Marina Martins, *Da edição de guias para a mulher e ensaios sobre a condição feminina durante o Estado Novo (1933-1950)*, dissertação de mestrado em Estudos Editoriais, Universidade de Aveiro, Departamento de Línguas e Culturas, 2014.

PEREIRA, Susana Bastos, *O Estado Novo e os seus vadios: contribuições para o estudo das identidades marginais e a sua repressão*, Lisboa, Etnográfica Press, 2019 [1997].

PESSOA, Ana Maria, “Revista Os Nossos Filhos: resistência e oposição ao Estado Novo: um olhar sobre as ligações sociais e profissionais da sua autora”, in *Faces de Eva: Estudos sobre a Mulher*, v. 36, 2016, pp. 97-114.

PIMENTEL, Irene Flunser, *A cada um o seu lugar: a política feminina do Estado Novo*, Lisboa, Editoras Temas e Debates e Círculo de Leitores, 2011.

PIMENTEL, Irene Flunser, *História das Organizações Femininas no Estado Novo*, Lisboa, Temas e Debates, 2001.

PIMENTEL, Irene Flunser, MELO Helena Pereira de, *Mulheres Portuguesas. História da vida e dos direitos das mulheres num mundo em mudança*, Lisboa, Clube do Autor, 2015.

PINHO, Maria Eugénia Alves de, MARQUES, Maria Gabriela, GUIMARÃES, Maria Alice, *Entre Garçonnes e Fadas do lar. Estudos sobre as mulheres na sociedade portuguesa do séc. XX*, Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2004.

PIRES, Ana Margarida Valadas Pulido Garcia, *A Moda feminina no Estado Novo. A relação da Moda e da Política nos anos sessenta em Portugal*, dissertação de mestrado em design de moda, Universidade técnica de Lisboa, Faculdade de Arquitectura, 2011.

RAMOS, Rui, *História de Portugal*, Lisboa, A Esfera dos Livros, 2009.

RUNDLE, Christopher, *Translation Under Fascism*, New York, Palgrave Macmillan, 2010.

SANCHES, Mário Antônio, CASAGRANDE, Castorina Honorato Vidal, FERNANDES, Marcio Luiz, SIMÃO-SILVA, Daiane Priscila, “Influência católica no planeamento

familiar: estudo sobre parentalidade responsável”, in *REVER*, v. 18, n.º 2, maio/agosto de 2018, pp. 131-144.

SERRA, Felipe Mascarenhas, “A imagem nos manuais do ensino primário do Estado Novo”, v. 21, in *Cultura Revista de História e Teoria das Ideias*, 2005.

TAVARES, Manuela, *Feminismos. Percursos e desafios (1947-2007)*, Alfragide, Texto Editores, 2010.

TENGARRINHA, José, *História da Imprensa Periódica Portuguesa*, Lisboa, Editorial Caminho, 1989.

## **Artigos eletrónicos**

COUTO, Anabela, “O retrato da mulher durante o Estado Novo”, in *JornalismoPortNet (JPN)*, 2005, online: <https://www.jpn.up.pt/2005/04/26/o-retrato-da-mulher-durante-o-estado-novo/>. (Último acesso: 04/02/2023)

“Elina Guimarães”, in *Movimento democrático de mulheres (MDM)*, online: <https://www.mdm.org.pt/elina-guimaraes/>. (Último acesso: 04/02/2023)

GARRONCHINHO, Antonio, “Fatos de banho e a imoralidade de costumes. Os fatos de banho aprovados pela Mocidade Portuguesa Feminina”, in *Blog sapo*, 2016, online: <https://casepaga.blogs.sapo.pt/fatos-de-banho-e-a-imoralidade-de-3843114>. (Último acesso: 04/02/2023)

PIMENTEL, Irene, “A Mocidade Portuguesa Feminina e a Itália fascista”, in *OS Officina della Storia*, 2020, online: <https://www.officinadellastoria.eu/it/2020/06/29/a-mocidade-portuguesa-feminina-e-a-italia-fascista/>. (Último acesso: 04/02/2023)



PIMENTEL, Irene, “A Obra das Mães e a caridadezinha”, in *Caminhos da Memória*, 2009, online: <https://caminhosdamemoria.wordpress.com/2009/02/19/a-obra-das-maes-e-a-caridadezinha/>. (Último acesso: 04/02/2023)

RAMOS, C. Marina, “O ditador da voz doce”, in *Público, rubrica Media*, 1999, online: <https://www.publico.pt/1999/01/11/jornal/o-ditador-de-voz-doce-123431>. (Último acesso: 04/02/2023)

SAMARA, Maria Alice, ROSAS Leonor, “A mulheres na Resistência à ditadura do Estado Novo”, in *Setenta e quatro*, online: <https://setentaequatro.pt/ensaio/mulheres-na-resistencia-ditadura-do-estado-novo>. (Último acesso: 04/02/2023)

## Sitografia

Arquivo RTP Ensina:

<https://ensina.rtp.pt/>

Casa Comum. Desenvolvido por Fundação Mário Soares:

<http://casacomum.org/cc/arquivos>

Diário da República Eletrónico DRE:

<https://dre.pt/dre/home>

## Recursos multimédia

Arquivos RTP. “Concurso Mulher Ideal Portuguesa 1973” (37:28). Disponível em:

<https://arquivos.rtp.pt/conteudos/concurso-mulher-ideal-portuguesa-1973/>.

(Último acesso: 04/02/2023)

JORGE Marta, OLIVEIRA Carlos, BRÍZIDO Vanessa, TUDELA Nicolau, FERNANDES Teresa, “Antes do 25 de Abril a mulher ideal era a dona de casa perfeita”, in *RTP*, 2014. Disponível em:

<https://ensina.rtp.pt/artigo/antes-do-25-de-abril-a-mulher-ideal-era-a-dona-de-casa-perfeita/>.

(Último acesso: 04/02/2023)

Ordem dos Advogados – Conselho Geral, “Documentário Prémio Elina Guimarães – Ordem dos Advogados”. Youtube, 15 de março de 2016 (vídeo, 9:36). Disponível em:

<https://www.youtube.com/watch?v=g4UsnNTKhLc>.

(Último acesso: 04/02/2023)

PINTO Felipe, ARAÚJO David, TOMÁS Sérgio, “O ideal feminino do Estado Novo”, in *RTP Ensina*, 2014. Disponível em:

<https://ensina.rtp.pt/artigo/o-ideal-feminino-do-estado-novo/>.

(Último acesso: 04/02/2023)

PÚBLICO. “As mulheres censuradas pelo Estado Novo, a nova colecção do PÚBLICO e o debate no Aljube”. YouTube, 15 de maio de 2021 (51:49). Disponível em:

[https://www.youtube.com/watch?v=Y4rj89\\_sEcw&t=62s](https://www.youtube.com/watch?v=Y4rj89_sEcw&t=62s).

(Último acesso: 04/02/2023)

TEDx Talks, “A mulher no Estado Novo visto de hoje: Irene Pimentel at TEDxFCTUNL”. Youtube, 19 de fevereiro de 2013 (11:27). Disponível em:

<https://www.youtube.com/watch?v=4b5-8jp7KSO>.

(Último acesso: 04/02/2023)

## Ringraziamenti

Un ringraziamento speciale lo dedico alla prof.ssa Vanessa Castagna, relatrice di questo lavoro, per avermi accompagnata per cinque anni, con passione e costanza, nel mio percorso accademico. La mia gratitudine va inoltre alla prof.ssa Mônica Simas, correlatrice di questa tesi e a tutte le professoresse e professori incontrati durante questo lungo viaggio, perché la loro passione per la cultura lusofona, mi ha permesso di vedere, con occhi diversi, la bellezza di questa realtà.

Un ringraziamento alla mia famiglia; ai miei genitori che si sono fidati di ogni mia scelta e mi hanno sempre dato la possibilità di essere la versione migliore di me stessa. Grazie a mia sorella Barbara, per i consigli, gli aiuti e per la presenza costante.

Un ringraziamento ai miei parenti e alle mie nonne, donne coraggiose e determinate, e ai miei nonni, uomini riservati e rispettosi. Se oggi sono questa, è anche grazie a loro. Per avermi trasmesso il valore dell'istruzione, seppur a loro, in parte, privata.

Un ringraziamento a Damiano, mio compagno di viaggio, per avermi sostenuto negli ultimi anni e, soprattutto, durante gli ultimi mesi nella preparazione di questo lavoro; per condividere con me la quotidianità e i progetti futuri.

Un ringraziamento a Valentina e alla fiducia continua che ripone in me, come collega e come amica; per avermi insegnato a muovere i primi passi nel mondo del lavoro. Un ringraziamento all'Imperia, il mio rifugio sicuro, dove nel corso degli anni sono cresciuta come sportiva, educatrice e persona.

Un grazie a tutti i miei amici di oggi, per le immagini di spensieratezza create in questi anni. A Rachele, Carlotta, Lisa e Elena, amiche da una vita; è stato un attimo... dai giochi nel cortile dell'asilo fino al giorno della laurea.

Un ringraziamento a Carlotta Sorgato, amica e collega universitaria, per aver vissuto assieme a me, dal primo all'ultimo giorno, la bellezza di Venezia e la passione per il mondo lusofono.

Un grazie al Portogallo, ai suoi profumi e ai suoi colori. A Coimbra, perché ancora riesco ad emozionarmi quando ripenso al Mondego. Ti porto sempre nei miei ricordi.

Un grazie alla bambina che sono stata, per avermi stretto sempre forte la mano, e per avermi accompagnata negli anni, fino a diventare la donna che oggi sono.

Grazie.